

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História



Dissertação

**História de vida de mulheres sindicalistas: o caso das professoras do 17º
Núcleo do CPERS/Sindicato (Bagé/1979-2022)**

Diênifer Alves Ramos da Rosa

Orientadora: Profª Drª Lisiane Sias Manke

Pelotas, 2024

Diênifer Alves Ramos da Rosa

**História de vida de mulheres sindicalistas: o caso das professoras do 17º
Núcleo do CPERS/Sindicato (Bagé/1979-2022)**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História do Instituto
de Ciências Humanas da Universidade
Federal de Pelotas, como requisito à
obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^{fa} Dr^a Lisiane Sias Manke

Pelotas, 2024

**História de vida de mulheres sindicalistas: o caso das professoras do 17º
Núcleo do CPERS/Sindicato (Bagé/1979-2022)**

Dissertação de mestrado, como requisito, para obtenção do Título de Mestre em História, Programa de Pós Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 22 de Abril de 2024.

Banca examinadora:

Profª Drª Lisiane Sias Manke (Orientadora)

Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica (UNIPAMPA)

Profª Drª Lorena Almeida Gill (UFPel)

Profª Drª Patrícia Weiduschadt (UFPel)

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

R788h Rosa, Diênifer Alves Ramos da

História de vida de mulheres sindicalistas [recurso eletrônico] : o caso das professoras do 17º Núcleo do CPERS/Sindicato (Bagé/1979-2022) / Diênifer Alves Ramos da Rosa ; Lisiane Sias Manke, orientadora. — Pelotas, 2024.
104 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2024.

1. Mulheres. 2. Sindicalismo. 3. Professoras. 4. Memória. 5. História de vida. I. Manke, Lisiane Sias, orient. II. Título.

CDD 305.4

À minha avó, Maria dos Santos
Gonçalves da Rosa.

Uma mulher excepcionalmente forte e
autônoma, que viveu a vida como
desejou até seu último dia.

A saudade e o amor por ti são eternos,
mãe velha.

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço ao grupo de mulheres participantes da pesquisa, Regina Quadros, Delcimar Delabary, Nara Maestri, Gladis Deble e Itamara dos Santos, sem vocês essa pesquisa não seria possível. Sobretudo agradeço por terem confiado em mim compartilhando suas histórias de vida, pelas risadas e pelas lágrimas que dividimos ao longo das entrevistas.

A minha mãe, Teresa, que é a pessoa mais importante da minha vida. Obrigada por ser meu maior exemplo e a pessoa que faz com que todos os meus sonhos se tornem realidade. Espero um dia poder ser essa pessoa para ti também.

A minha avó, dona Santa, que teve um impacto gigantesco em minha vida e infelizmente me deixou no final do ano passado, aos 95 anos de idade. Obrigada por todo amor e por ter se tornado uma das minhas melhores amigas. O tempo que tivemos pareceu pouco diante de tanto amor, hoje minha maior luta é aprender a viver sem ti, que estive ao meu lado durante toda minha vida.

Ao meu namorado, Bruno, que tem sido meu companheiro incansável nos últimos anos. Por ser a pessoa que, depois de mim, é quem viveu mais de perto todo o processo de desenvolvimento deste trabalho e sabe o que ele significou. Obrigada por todo apoio, pela escuta sensível e sobretudo por ser uma certeza tanto nos momentos bons como nos ruins.

A minha gata Gisele, por ter mudado minha vida e me ensinado tanto ao longo dos últimos anos que pudemos estar juntas.

A minha orientadora, professora Lisiane, por toda dedicação e paciência desde os imprevistos durante as orientações *online* ao longo da pandemia como a decisão do meu trancamento. Obrigada pela leitura atenta e, sobretudo, pelo zelo e comprometimento com a qualidade da produção acadêmica através do desenvolvimento desta pesquisa.

Aos membros da banca, professoras Lorena e Patrícia, agradeço por terem aceitado o convite, pela leitura atenta, assim como as críticas e sugestões feitas. Tenho certeza que o parecer dos três enriquecerá imensamente minha pesquisa.

Em especial, agradeço ao professor Alessandro, que foi meu orientador ao longo da graduação e que contribuiu muito para que eu chegasse a trilhar esse caminho na pós-graduação.

Resumo

O presente estudo tem como objetivo principal analisar como se constituíram as trajetórias femininas de professoras sindicalistas atuantes no 17º Núcleo do Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS/Sindicato), seguindo os princípios da História de Vida. Essa instituição sindical é a segunda maior da América Latina e, ao longo de toda sua história, têm mantido um quadro de sócios composto majoritariamente por mulheres. No entanto, a historiografia acerca do CPERS/Sindicato parece ainda não ter explorado significativamente as questões de gênero interpostas a este movimento sindical. Sendo assim, a pesquisa desenvolve um diálogo com campos de estudo como a História das Mulheres (Perrot, 2020; Lerner, 2019), a História Oral, com ênfase na modalidade de História de Vida (Alberti, 2004; Bosi, 1979; Meihy, Holanda, 2020) e o conceito de Memória (Halbwachs, 1990; Pollak, 1992). Além disso, lançou-se também um olhar sobre a história do movimento sindical, bem como a do CPERS/Sindicato e as singularidades do 17º Núcleo, localizado em Bagé/RS. As participantes da pesquisa são cinco mulheres, professoras e sindicalistas que atuavam na rede pública estadual em Bagé e municípios da região. O período histórico de análise segue os anos de existência do 17º Núcleo e de atuação do grupo na entidade, tendo início em 1979 e se estendendo até 2022. Assim, por meio de suas trajetórias de vida, foi possível compreender que fazer parte do sindicato não só forma parte de sua identidade e memória como molda ambos aspectos de suas vidas na esfera pública e privada. Além disso, foram encontrados indícios que expõem o impacto que a atuação sindical teve no âmbito pessoal e profissional de suas vidas. Através dos seus relatos, são inequívocos os desafios que encontraram, para sua atuação no movimento sindical do 17º Núcleo do CPERS/Sindicato.

Palavras-chave: Mulheres; Sindicalismo; Professoras; Memória, História de Vida.

Abstract

The following study aims at analyzing the path followed by a group of active female trade unionist teachers from the 17^o Section of CPERS/SINDICATO (Bagé/RS) through their live stories. This institution is the second largest trade union in Latin America and is mainly composed of women. However, the historiography surrounding the CPERS/SINDICATO seems to have not yet significantly explored the gender issues interposed with this union movement. Therefore, the research develops a dialogue with fields of study such as Women's History (Perrot, 2020; Lerner, 2019), Oral History, with an emphasis on the Life History modality (Alberti, 2004; Bosi, 1979; Meihy, Holanda, 2020) and the concept of Memory (Halbwachs, 1990; Pollak, 1992). Furthermore, a look was also taken at the history of the union movement, as well as that of CPERS/Sindicato and the singularities of the 17th Section, located in Bagé/RS. The research participants are four women, teachers and trade unionists who worked in the state public schools network in Bagé and other cities in the region. The historical period of analysis follows the years of existence of the 17th Section and the group's activities within the entity, beginning in 1979 and extending until 2022. Thus, through their life trajectories, it becomes evident that being in the union movement not only forms part of their identity and memory but also shapes both aspects of their lives in the public and private spheres. Furthermore, evidence was found that exposes the impact that union activity had on the personal and professional spheres of their lives. Through their narratives, the challenges they encountered in their work in the union movement of the 17th Center of CPERS/Union are unequivocal.

Keywords: Women, Trade Union Movement, Teachers, Memory, Life Story.

Lista de tabelas

Tabela 1 - Perfil das entrevistadas	37
Tabela 2 - Greves do CPERS/Sindicato (1979-1991)	45
Tabela 3 - Greves do CPERS/Sindicato (1997-2017)	50

Lista de Abreviaturas e Siglas

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNTE - Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação
CPB - Confederação dos Professores do Brasil
CPPE - Centro dos Professores Primários Estaduais
CPERS - Centro dos Professores Estaduais do Rio Grande do Sul
CPPERS - Centro dos Professores Primários do Estado do Rio Grande do Sul
CRE - Coordenadoria Regional de Educação
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EJA - Educação de Jovens e Adultos
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
GEEHN - Grupo de Estudos em Educação, História e Narrativas
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MUS - Movimento Unificado de Servidores
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PIB - Produto Interno Bruto
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PTC - Partido Trabalhista Cristão
SEC - Secretaria de Educação
UFPEl - Universidade Federal de Pelotas
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa

Sumário

Introdução	12
Capítulo 1. História das Mulheres, feminismo e gênero: encaminhamentos teórico-metodológicos	17
1.2 O movimento sindical como um espaço possível para as mulheres	22
1.3 Os entrelaçamentos entre história oral, história de vida e memória	29
1.3.1 A produção de fontes da pesquisa	37
Capítulo 2. O Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS/SINDICATO)	41
2.1 A história do CPERS/Sindicato	42
2.2 Reconstruindo passos: a trajetória do 17º Núcleo	54
Capítulo 3. História de vida de professoras sindicalistas	60
3.1 Regina Quadros: “Eu trabalhava de manhã e de noite na escola para poder vir para o Núcleo de tarde.”	60
3.2 Gladis Deble: “Nós somos vistas como doidas, mas estamos direto na frente do Piratini”	65
3.3 Delcimar Delabary: “Eu acho que se eu nascer de novo, eu vou ser professora novamente”	69
3.4 Itamara Santos: “Eu sozinha não faria nada”	74
3.5 Nara Maestri: “Eu vou morrer na luta.”	77
Capítulo 4. Professoras sindicalistas: significados, desafios e tensões	83
4.1 O significado da atuação sindical	84
4.2 Do sindicalismo aos desafios no espaço privado	89
4.3 Tensões no espaço público	92
Considerações finais	96
Referências bibliográficas	97

Introdução

As mulheres sempre foram sujeitos e agentes da história, mesmo que tenham vivido uma experiência histórica significativamente diferente da dos homens (Lerner, 2019). No entanto, sua trajetória nem sempre foi contemplada pela historiografia, pois os historiadores ao basearem seus estudos na ideia de um sujeito universal, ignoraram que esse sujeito, na verdade, tinha sim um sexo, e não era o feminino.

Lerner (2019) afirma ainda que durante muito tempo o cenário foi “concebido, pintado e definido por homens. Homens que escreveram a peça, dirigiram o espetáculo, interpretaram os significados da ação.” Assim, eles conseguiram se autodeclarar “para os papéis mais interessantes e heroicos, deixando para as mulheres os papéis de coadjuvante.” (p. 58)

Mesmo diante deste contexto seria um erro grave tentar caracterizá-las como meras vítimas, já que contribuíram efetivamente para o desenvolvimento da sociedade e o desenrolar da história. Em outras palavras, “as mulheres “fizeram história”, mesmo sendo impedidas de conhecer a própria História e de interpretar a história, seja delas mesmas ou a dos homens.” (Lerner, 2019, p. 29)

Deste modo, não é de surpreender que a historiografia acerca do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS/Sindicato) - a segunda maior entidade sindical da América Latina - quase não tenha explorado o caráter majoritariamente feminino da instituição, presente desde a sua criação em 21 de Abril de 1945 até os dias atuais.

Contudo, a partir de Hirata e Kergoat (1994) é possível afirmar que este não é um fenômeno isolado ao caso do CPERS/Sindicato. Isso pois de acordo com as autoras, a literatura sobre os operários, ou a classe operária, também não faz nenhuma referência ao sexo dos atores sociais.

Diante deste contexto, a presente pesquisa tem como proposta analisar como se constituíram as trajetórias femininas de professoras sindicalistas atuantes no 17º Núcleo do CPERS/Sindicato (Bagé/RS), a partir da perspectiva da história de vida. Assim, por meio das trajetórias individuais, é possível compreender questões como o que significa ser mulher sindicalista, e averiguar quais seriam as possíveis implicações da atuação dessas mulheres no movimento sindical no âmbito pessoal e também profissional.

O período histórico da análise contempla os anos de existência do 17º Núcleo do CPERS/Sindicato, de 1979 aos dias atuais. Deste modo, foram escolhidas professoras sindicalistas vinculadas ao Núcleo, tendo como critério de seleção o maior tempo de atuação e participação ativa na entidade, somada a disponibilidade em participar da pesquisa. Trata-se de cinco mulheres, com idade média de 67 anos, que atuaram como professoras tendo formação em disciplinas como: Educação Artística, Biologia, Pedagogia, Letras e Magistério. Atuando no ensino de séries iniciais, fundamental e médio, na rede pública estadual e/ou municipal de Bagé e/ou cidades vizinhas. Todas foram concursadas e atualmente estão aposentadas. No entanto, ainda atuam diretamente no 17º Núcleo em cargos de caráter diverso e também no Departamento dos Aposentados.

Para responder ao objetivo da pesquisa, a ferramenta metodológica utilizada foi a História Oral (Meihy; Holanda, 2008). Mais especificamente, a modalidade de História de Vida (Alberti, 2004) em diálogo com o conceito de Memória (Halbwachs, 1990).

A justificativa para o desenvolvimento deste trabalho contempla um interesse pessoal, como mulher e professora, mas vai além disso. Ainda como bolsista de iniciação científica do CNPq, junto ao Grupo de Estudos em Educação, História e Narrativas (GEEHN) da Universidade Federal do Pampa (Campus Bagé), foi possível observar a seguinte lacuna: pesquisas que tratam do CPERS/Sindicato, e que na grande maioria das ocasiões desconsideravam fatores relativos ao caráter majoritariamente feminino da instituição e o sexo dos atores sociais envolvidos nos contextos analisados.

Essa tendência foi confirmada a partir de uma revisão bibliográfica feita durante o desenvolvimento de minha monografia¹, realizada em 2019. A partir desse momento foi possível dividir as pesquisas sobre o CPERS/Sindicato em três grupos distintos, levando em consideração suas especificidades.

O primeiro conjunto de estudos está composto pelos trabalhos de Bulhões e Abreu (1992), Dresch (1994) e Correa (2006), estes se destacam por seu caráter pioneiro, essenciais para qualquer trabalho acerca do CPERS/Sindicato. O segundo

¹ ROSA, Diênifer Alves Ramos. **Memória feminina sindical como forma de resistência**: a luta das professoras do 17º Núcleo do CPERS/ SINDICATO. Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Letras Línguas Adicionais: Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas, Universidade Federal do Pampa, 2019.

engloba investigações sobre temas mais específicos, o que demonstra um olhar mais apurado para com a entidade, mas ainda sem considerar questões que dialoguem diretamente com o presente estudo. É o caso das pesquisas de Marquês (2017), Ozório (2017) e Tombini (2010). Por fim, o terceiro grupo está composto por pesquisadoras que, de algum modo, lançam um olhar para as mulheres ou as relações de gênero e suas implicações dentro da instituição. O que impressiona, além do fato de serem estudos desenvolvidos por mulheres, é a atualidade destas iniciativas, já que a grande maioria foi desenvolvida entre o período de 2019 e 2020, são elas: Lopes (2019), Pereira (2020), Rosa (2019) e Ücker (2019).

Contudo, é importante destacar que há uma exceção. As investigações desenvolvidas por Márcia Ferreira (2004; 2008) tem como proposta específica pensar as relações e representações de gênero muito antes de qualquer uma das citadas acima, de forma pioneira. No entanto, o objeto de seus estudos está centrado especificamente no 24º Núcleo (Pelotas/RS).

É importante destacar ainda que cada uma das autoras citadas no terceiro grupo trata a temática das mulheres e do gênero de acordo com seus objetivos de pesquisa. Algumas apenas reconhecem o caráter majoritariamente feminino do CPERS/Sindicato, outras procuram lançar um olhar mais atento sobre possíveis implicações desta característica. Ainda assim, citá-las aqui demonstra que embora o presente estudo tenha um cunho inovador, por tratar do contexto específico do 17º Núcleo e das trajetórias femininas, ele tampouco está isolado.

Sendo assim, diante da lacuna apresentada, decido me aventurar neste universo com o compromisso de investigar as trajetórias de mulheres sindicalizadas, dialogando com a História de Vida. Assim, por meio de trajetórias de vida, busco responder aos objetivos apresentados, compreendendo o que significou e significa ser mulher sindicalista, bem como as implicações da atuação no movimento sindical na vida pessoal e profissional dessas mulheres.

A escolha por pesquisar mulheres ligadas ao 17º Núcleo se deu primeiramente, pelo fato de já ter o contato de algumas das professoras vinculadas a ele e a proximidade com a própria instituição, relação estabelecida devido ao desenvolvimento do meu Trabalho de Conclusão de Curso. Além disso, residir no município que é a sede do Núcleo e onde moram as entrevistadas, é um outro ponto que não só justifica o interesse pelo 17º Núcleo, como também torna este estudo possível.

Tendo dito isso, expresso que, para além das questões académicas, a escolha por um tema de pesquisa está geralmente ligada a questões pessoais, como é o caso aqui. Considerando que, são raras as vezes em que um/a pesquisador/a pode desenvolver um estudo, especialmente os de carácter similar a este, sem incorporar a ele suas experiências. Por esse motivo, me parece fundamental compartilhar aqui parte da minha própria história.

Para começar, gostaria de destacar que cresci em uma família tradicional e mesmo que tenha tido, ao longo de toda vida, a presença e o apoio de meu pai, à minha volta sempre se destacaram as mulheres, desempenhando papéis fundamentais para o desenvolvimento da minha família e também da sociedade como um todo. Sem muitas vezes receber o devido reconhecimento.

Sendo assim, ao longo dos anos, crescendo e percebendo-me no papel de mulher, com as implicações que isso representa, minhas inquietações também cresceram. Na universidade encontrei um espaço para discutir e compreender parte dessas inquietações que, como pesquisadora dando os primeiros passos ainda como bolsista na iniciação científica, refletiram diretamente em meus estudos e minha prática docente. Como fazem ainda hoje.

Por isso, ao recordar diferentes momentos da minha vida, percebo que meu olhar sempre se voltou à elas - mulheres -, seja diante de sua ausência ou de sua presença. É a história dessas agentes históricas, mulheres, que gostaria de ouvir e tentar compreender, contemplando os diferentes papéis que assumem na sociedade.

O texto foi organizado em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, são apresentadas as ideias teóricas com relação à História das Mulheres. Nesse espaço, procuro evidenciar que a experiência histórica das mulheres não é igual a dos homens, tendo em mente o processo de exclusão e apagamento pelo qual passaram (LERNER, 2019) devido à ideia de um “sujeito universal”, presente no cerne das disciplinas das Ciências Sociais, como é o caso da História. Em seguida, no segundo capítulo, apresento algumas discussões teóricas pertinentes aos aspectos metodológicos em que essa pesquisa foi desenvolvida, traçando um diálogo tênue entre a História de Vida e a Memória. Além disso, procuro apresentar detalhes fundamentais a um estudo ligado à História Oral, como o perfil do grupo de mulheres idosas entrevistadas e os parâmetros metodológicos utilizados para a realização e transcrição das entrevistas.

No terceiro e quarto capítulo, passo a dialogar com as experiências de vida das mulheres sindicalizadas. Primeiramente tendo como objetivo descrever com detalhes meu primeiro encontro com cada uma delas e logo explorar suas trajetórias, percorrendo os primeiros passos ainda na infância com a família, passando em seguida por momentos como a adolescência e o início da vida jovem, para no final chegar a fase que vivem atualmente como mulheres idosas, já aposentadas e na maioria dos casos avós. Por fim, no quarto capítulo, empenhei-me em analisar suas histórias de vida focando principalmente em dados coletados no segundo encontro que tive com cada uma, onde o questionário tinha como objetivo aproximar diferentes esferas de suas trajetórias a atuação no movimento sindical.

Capítulo 1. História das Mulheres, feminismo e gênero: encaminhamentos teórico-metodológicos

“A primeira história que gostaria de contar é a história das mulheres” (Perrot, 2019, p. 13). É o que diz a historiadora francesa no começo da obra intitulada “Minha História das Mulheres” e é o que se pretende fazer aqui. Embora atualmente História das Mulheres pareça evidente, contando inclusive com grupos de pesquisa espalhados pelo Brasil, fazendo parte do currículo dos cursos de graduação e pós-graduação em História - mesmo que geralmente no âmbito dos componentes de caráter eletivos -, a realidade nem sempre foi essa.

As mulheres, como sujeitos e agentes da história, passaram por um longo processo de apagamento e exclusão, isso mesmo sempre tendo participado ativamente do seu desenrolar. Problema que pode se justificar, primeiramente, na ideia da mulher como um indivíduo subjugado ao espaço privado, associadas exclusivamente às suas características biológicas generalizantes, especialmente no que diz respeito à reprodução. Contexto este que durante um longo período não se figurava como um universo de interesse dos historiadores ou dos pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais de modo geral.

Além disso, a ideia de um sujeito universal, muito enraizada no cerne dessas disciplinas, fez com que por muito tempo se acreditasse que a experiência dos homens servisse também para falar das mulheres. Afinal, a própria língua, especialmente as de origem latina, como é o caso do Português, contribuem para esse processo quando o uso de “eles” obscurece “elas”.

No entanto, de acordo com Lerner (2019), as mulheres tiveram uma experiência histórica significativamente diferente dos homens. Sendo assim, a utilização do conceito de um “sujeito universal”, sobre o qual havia-se construído as bases de interpretação e compreensão da história, encobriu o fato de que este sujeito, na realidade, tinha um sexo, e não era o feminino.

As mulheres foram impedidas de contribuir com o fazer da História, ou seja, a ordenação e a interpretação do passado da humanidade. Com esse processo de dar significado é essencial para a criação e perpetuação da civilização, podemos logo ver que a marginalização das mulheres nesse esforço as coloca em uma situação ímpar e segregada. As mulheres são a maioria, mas são estruturadas em instituições sociais como se fossem a minoria (Lerner, 2019, p. 28) .

Por este motivo, quando Beauvoir (1970) escreveu, ainda na década de 1940, que as mulheres não tinham passado e nem história, ela não estava errada. É a partir dessa tomada de consciência que as mulheres passam a perceber que não apenas não se viam nos livros de história, como elas mesmas não sabiam sua própria história. Assim nasce a História das Mulheres, a partir do “desejo de um outro relato, de uma outra história.” (Perrot, 2019, p. 20)

Para pensar a História das Mulheres é impossível ignorar sua estreita relação com o movimento feminista. Para Lerner (2019), a História das Mulheres é um campo de estudo indissociável do feminismo como movimento que evidenciou a ausência das mulheres na historiografia.

É a partir da segunda onda do movimento feminista, por volta da década de 1960, que se tornará possível não só o nascimento, como também os primeiros passos da História das Mulheres. Isso pois esse período foi acompanhado de um forte questionamento da condição da mulher na sociedade. Nesse momento, discussões sobre o sistema patriarcal e a situação de subordinação na qual as mulheres viviam, passaram a provocar grandes mudanças nos parâmetros sociais e culturais que, por sua vez, refletiram também nos modelos teóricos adotados pelos pesquisadores.

Sendo assim, é possível afirmar que o movimento feminista não só possibilitou o nascimento da História das Mulheres, como também contribuiu diretamente para viabilizar a produção desse novo campo de estudos da história. Varikas (1994) diz que “esta vontade política de conceder às mulheres o estatuto de sujeitos da história contribuiu amplamente para o encontro das historiadoras feministas com as experiências históricas das mulheres.” (p. 69)

No Brasil, Rago (1995) afirma que a História das Mulheres nasce por volta da década de 1970, no centro da historiografia do trabalho. E como marco dos primeiros estudos desenvolvidos em solo brasileiro está o trabalho de Heleieth Saffioti intitulado “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”.

É inegável que a produção historiográfica sobre as mulheres toma como ponto de partida uma referência teórico-metodológica assentada nas premissas epistemológicas da história social, fortemente marcada pelo marxismo. Assim, a partir da década de 1970, quando sociólogas, antropólogas e historiadoras procuraram encontrar os rastros da presença das mulheres no cotidiano da vida social, desponta toda uma preocupação em identificar os signos da opressão masculina e capitalista sobre elas. Especialmente valorizadas foram a temática do ingresso das mulheres no mercado de trabalho e a denúncia das formas perversas desta integração (Rago, 1995, p. 82).

Em outras palavras, os estudos pioneiros da História das Mulheres no Brasil tinham clara inspiração marxista e um olhar voltado para questões que diziam respeito à vida das trabalhadoras. No entanto, ao longo da década de 1980 emerge o que poderia ser chamado de uma nova vertente da História das Mulheres. Estes são estudos voltados para revelar e observar “a presença das mulheres atuando na vida social, reinventando seu cotidiano, criando estratégias informais de sobrevivência, elaborando formas multifacetadas de resistência à dominação masculina e classista.” (Rago, 1995, p. 82)

Com o tempo, a História das Mulheres foi se transformando e a certo modo também se expandindo, não só no Brasil como no mundo todo. De acordo com Rago (1995), embora no caso brasileiro ela tenha partido das mulheres oprimidas, aos poucos isso muda, e as mulheres ativas e heroínas ganham espaço. Essa perspectiva vai ao encontro com o que afirma Perrot (2019):

A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. Alargou suas perspectivas espaciais, religiosas, culturais (Perrot, 2019, p. 15-16).

A História das Mulheres encontrou também diversos desafios. Além da própria resistência em reconhecer a importância desse novo campo de estudo, há também a problemática das fontes. Isso porque as mulheres passaram por condições múltiplas de exclusão, que dificultaram tanto o registro como a preservação de fontes que teriam sido valiosas aos historiadores.

Ainda assim, mesmo com as dificuldades em encontrar fontes e também a condição de subjugadas na qual viviam, seria um erro grave conceituar as mulheres essencialmente como vítimas ou meras espectadoras do desenrolar da história. Isso porque as mulheres, bem como os homens, são e sempre foram sujeitos e agentes da história (Lerner, 2019).

Neste sentido, agora já com alguns anos de existência, a História das Mulheres parece ter cumprido a missão a qual tinha se proposto. Tendo não só comprovado a presença e intensa atuação das mulheres na história, como também denunciado o caráter excludente da história que havia sido escrita, contribuindo

imensamente para os movimentos emancipatórios femininos. Tilly (1994) diz que sua contribuição particular “foi a de reorientar o interesse pelas pessoas comuns do passado - motor da história social - na direção das mulheres e das suas relações sociais, econômicas e políticas.” (p. 35)

No entanto, com o tempo, a História das Mulheres passou a receber algumas críticas relevantes. Isso devido tanto ao seu caráter essencialmente descritivo e interpretativo (Tilly, 1994), como ao questionamento da categoria universal do feminino a partir de impasses dentro do movimento feminista (Gonçalves, 2015). Como bem desenvolve Tilly (1994):

Afim de obter mais do que o simples reconhecimento das suas descobertas como “fatos históricos”, os (as) historiadores (as) das mulheres devem tornar sua metodologia mais analítica na sua própria perspectiva e mostrar como seus resultados contribuem para a explicação de problemas mais gerais, estejam eles já na agenda da história, ou sejam eles facilmente compreensíveis do ponto de vista dos principais conceitos da disciplina. Ambas as abordagens, a descritiva e a analítica, deveriam figurar o campo da história das mulheres (Tilly, 1994, p. 41).

Já não bastava demonstrar que as mulheres foram sujeitos e agentes da história, tendo estado presente e atuado nos pequenos e grandes feitos da humanidade. Era necessário ir além, no sentido de compreender que as relações entre os sexos são, sobretudo, demarcadas por fatores sociais e culturais, e também por relações de poder.

Por esse motivo, ainda na década de 1970, surge o conceito de gênero (Lerner, 2019). Sendo não só fruto de um movimento de formulação de conceitos que pudessem ser uma alternativa à categoria mulher (Banuth, 2019), como também uma possibilidade para estudos que buscassem dar conta das complexidades das relações em sociedade para além das oposições binárias entre homens e mulheres.

É neste sentido que Scott (1988), considera o gênero um importante instrumento metodológico e teórico, capaz de ser útil às feministas no sentido de transpor a descrição. Isso pois o gênero, no modo como é conceituado e defendido por ela, “é tanto um elemento constitutivo das relações sociais, fundado sobre as diferenças percebidas entre os sexos, quanto uma maneira primária de significar relações de poder.” (Scott, 1988, p. 27)

Recusar-se a tomar como moeda corrente as definições dominantes da diferença dos sexos (que, por exemplo, reservariam às mulheres a religião e os costumes e aos homens a política) poderia permitir, portanto, não

somente estudar novas experiências históricas das mulheres, mas também analisar a dinâmica das relações de poder que as tornam possíveis e que reformulam sem cessar as divisões sobre as quais está fundada a construção do gênero (Varikas, 1994, p. 69).

Sendo assim, o gênero apresenta-se como um fator extremamente enriquecedor de pesquisas não só historiográficas, como também de outras áreas. Ao recorrer a ele, Piscitelli (2001) diz que seria possível estabelecer “um novo olhar sobre a realidade, situando distinções entre características consideradas femininas e masculinas no cerne das hierarquias presentes no social.” (p. 7)

No entanto, assim como a História das Mulheres, o gênero também passou por um processo natural de transformações e de recebimento de críticas. Piscitelli (2001) afirma que, assim que o gênero passou a ganhar espaço em pesquisas, ele também recebeu releituras e reconceitualizações que o tornaram cada vez mais amplo. A partir desse momento, passou a ser algo mais do que uma ferramenta para identificar as diferenças entre homens e mulheres “adquirindo significado de múltiplas configurações possíveis, além de uma condição de fluidez e grande variabilidade, conforme a sexualidade é atravessada por outras categorias e experiências dos indivíduos.” (Piscitelli, 2001, p. 59)

Mesmo com toda essa ampliação, o conceito de gênero não esteve isento à críticas. Tendo a categoria mulher nascido no cerne do feminismo radical, onde enfatiza-se que a mulher é oprimida para além de questões como raça e classe, mas sim por ser mulher (Piscitelli, 2001), algumas teóricas feministas têm apontado para o desuso dessa categoria como um problema. O que, para Piscitelli (2001), tem levado algumas pensadoras feministas a defenderem o seu retorno, temendo que ocorresse um esvaziamento do caráter político das reivindicações dos direitos femininos.

Por esse motivo, a autora alerta para os cuidados que devem acompanhar o uso da categoria mulher em investigações. Devendo-se estar atento aos perigos de ideias essencialistas, evitando utilizar significados culturais já estabelecidos através de um olhar que seja capaz de verificar as particularidades históricas e sociais, de acordo com o contexto específico de cada pesquisa (Piscitelli, 2001)

Neste trabalho se compreende a categoria mulher como aberta. Isso pois as mulheres, ainda que sejam muitas vezes definidas pelo sexo, são algo mais do que uma categoria biológica (Tilly, 1994). Conforme afirma a autora, elas pertencem “a

diferentes classes sociais, nações e comunidades, suas vidas são modeladas por diferentes regras sociais e costumes, em um meio no qual se configuram crenças e opiniões decorrentes de estruturas de poder.” (Tilly, 1994, p. 31)

Deste modo, para finalizar, destaco que o presente trabalho está situado no campo de estudo da História das Mulheres. Além de evidenciar a presença feminina no CPERS/Sindicato, mais especificamente no 17º Núcleo, analisou-se também as complexidades que envolvem a atuação dessas mulheres no meio sindical, e como essa atuação pode ter afetado demais âmbitos de sua vida em sociedade.

1.2 O movimento sindical como um espaço possível para as mulheres

Diversos registros (Reina, 2014; Lima, 2010) apontam que a presença das trabalhadoras no movimento sindical e em greves é consistente e antiga. No entanto, a atuação feminina nestes espaços também apresenta muitas particularidades. Entre elas, estatísticas históricas e relatos de desigualdade com relação aos homens, seja nos obstáculos impostos para a inserção e atuação no meio sindical, ou no apagamento da sua presença e de suas reivindicações.

Lima (2010) afirma que as mulheres sempre estiveram presentes no movimento operário e sindical brasileiro, a sua participação nos movimentos de trabalhadores data a meados do final do século XIX. Contudo, mesmo formando “grande parte da classe trabalhadora, nesse momento elas não eram bem vindas nos sindicatos.” (Lima, 2010, p. 7)

Ainda assim, as mulheres tiveram um importante papel na histórica greve geral de 1917². Além disso, Reina (2014) destaca que, já em 1907, as trabalhadoras da indústria têxtil estavam em volta de greves e suas reivindicações eram específicas, procurando defender demandas prioritárias para as mulheres. Entre elas estava o aumento dos salários, melhores condições de trabalho, redução das horas de trabalho e a proibição do trabalho infantil.

² Para Lima (2015), a Greve Geral de 1917 foi um movimento de reação operária a um contexto geral de eclosão de greves contra um período contextualizado pela exploração do trabalhador através da intensificação do horário de trabalho, a subida repentina dos preços e a estagnação dos salários. Ela foi “resultado da constituição de organizações operárias de inspiração anarcossindicalista aliada à imprensa libertária” (p.44) Além de ter dado início a um processo de politização nas categorias profissionais, também mudou “substancialmente as relações trabalhistas, dando mais participação à classe operária e criando um ideário do que viria a ser uma “consciência de classe” no campo laboral” (p. 47)

Portanto, é possível afirmar que essa relação é antiga. Isso significa dizer que mesmo tendo sido limitadas ao espaço privado por um longo período, passando por um processo complexo de exclusão e apagamento, isso não deve servir para caracterizá-las como meras coadjuvantes. Especialmente no que diz respeito às lutas desenvolvidas pelo movimento sindical brasileiro.

As mulheres não são passivas nem submissas. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, foram concretas de resistência - à hierarquia, à disciplina - que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história (Perrot, 2006, p. 212).

As mulheres participaram ativamente não só das lutas do movimento sindical, como da história como um todo. No entanto, ainda há muito o que desvendar sobre como se desenrolaram suas experiências, isso tendo em mente o que a autora menciona acima sobre suas formas de ação particulares e sua própria condição perante a sociedade.

Sendo assim, conforme foi mencionado anteriormente, as trabalhadoras brasileiras participaram diretamente da histórica greve geral de 1917 e uma década antes já estavam organizadas em prol de suas reivindicações específicas, como é o caso das trabalhadoras em greve na indústria têxtil (Reina, 2014). Contudo, existem outros acontecimentos que ajudam a demonstrar a direta relação das mulheres com o ambiente sindical no Brasil.

Um dos mais importantes é a criação do Comitê de Mulheres Trabalhadoras, em 1928. De acordo com Sardenberg *et al* (2001), essa é uma das primeiras instituições dessa natureza no Brasil. Iniciativa que se espalha por todo país, formando diversas instituições como essa, resultando na Primeira Assembleia Nacional de Mulheres, realizada no Rio de Janeiro, em 1952.

Ali reunidas, as mulheres discutiram a situação das trabalhadoras, aprovando, entre outras resoluções, o respeito ao dispositivo legal de salário igual para trabalho igual, direito a creches e aposentadoria aos 25 anos de trabalho (Sardenberg *et al*, 2001, p. 1).

Portanto, já nesses primeiros marcos mais concretos é possível observar dois pontos importantes. O primeiro é a própria participação das mulheres trabalhadoras no meio sindical, organizando sua luta através de instituições femininas pioneiras que pudessem não só reunir as trabalhadoras, como também impulsionar discussões sobre sua realidade. E o segundo é a existência de pautas específicas

sugeridas por elas, o que indica um grupo organizado e consciente de seus problemas e suas necessidades enquanto classe, mas também quanto às mulheres na sociedade.

Sua aparição no espaço público durante muito tempo causou desconforto pois a sua imagem sempre esteve intrinsecamente ligada à família e a casa, ambos parte do universo privado. Sendo assim, agir no espaço público nunca foi fácil para as mulheres.

De maneira geral, quando as mulheres aparecem no espaço público, os observadores ficam desconcertados; eles as veem em massa ou em grupo, o que, aliás, corresponde quase sempre a seu modo de intervenção coletiva: manifestam-se na qualidade de mãe, de donas de casa, de guardiãs dos viveres, etc. Usam-se de estereótipos para designá-las e qualificá-las. Os comissários de polícia falaram de “megeras” ou de “viragos” (mulheres de aspectos e atitudes masculinizadas) para designar as manifestantes, quase sempre taxadas de histéricas caso soltem o menor grito (Perrot, 2019, p. 21).

Se por um lado a imagem dos homens no espaço público, seja ele político ou não, está geralmente relacionada a um líder, uma figura de destaque, a situação das mulheres é outra. Há sempre uma dissimetria, uma desconfiança e, sobretudo, um rechaço à sua interferência nesses espaços.

Devido a fatores como as guerras, a expansão do mercado de trabalho e do próprio sistema educacional, a presença das mulheres passou a ser cada vez mais comum em diversos âmbitos da sociedade. No entanto, a sua movimentação não significou necessariamente a alteração das atividades desenvolvidas no privado ou igualdade perante aos homens. Na realidade, mesmo com essas mudanças o papel da mulher na esfera privada permaneceram quase sem alteração, gerando fenômenos como as múltiplas jornadas de trabalho.

Nos sindicatos e nos partidos políticos, espaços predominantemente masculinos, não houve real interesse em incluir as mulheres, especialmente em posições de poder. Para Sarti (1998), nesses dois ambientes “a igualdade entre homens e mulheres era apenas retórica, fazendo a questão de gênero eclodir em suas contradições com o projeto de emancipação das militantes.” (p. 4)

Na prática, a suposta desconstrução e o caráter democrático dessas duas instituições não ia tão longe. Conforme Teles (1993), um exemplo claro disso é que as “reivindicações apresentadas pelas mulheres às pautas das campanhas salariais são incorporadas nos últimos itens, fator que indica a falta de respeito dos homens pela luta das mulheres.” (p. 113) Para muito além desse apagamento, a atuação das

mulheres nos sindicatos se reflete em práticas como a divisão sexual do trabalho, assédio, múltiplas jornadas de trabalho, a falta de representatividade em cargos de alta hierarquia, etc.

No caso de professoras sindicalizadas, a situação se torna um pouco mais complexa. Isso ocorre por alguns fatores, mas principalmente por haver uma concepção do magistério diretamente ligado à condição materna (Carminati, 1993). As próprias professoras, em um primeiro momento, “parecem se mostrar mais apegadas às exigências ou ao perfil tradicional de professora-mãe; responsável (sempre) por seus alunos-filhos e demonstram dificuldade de se inserir nos movimentos organizados pela categoria.” (p. 91)

Ainda assim, as mulheres professoras se organizaram e fundaram diversas instituições sindicais docentes Brasil afora, como é o caso do CPERS/Sindicato. Coronel (2015) realizou um levantamento bibliográfico das dissertações e teses disponíveis do Banco de Teses da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) onde os resultados vão ao encontro com alguns dos fatores já listados acima. Entre eles destacam-se alguns fenômenos encontrados em pesquisas sobre professoras sindicalizadas, como por exemplo a domesticidade, onde o trabalho doméstico é um importante dificultador para que as mulheres possam se engajar nas lutas de sua categoria; a imagem do magistério ligado ao materno; a invisibilização e práticas sexistas contra as mulheres, como a própria divisão sexual do trabalho no interior dos sindicatos (Coronel, 2015).

Sendo assim, não há dúvida de que o espaço público e/ou político, entre os quais destaco aqui os sindicatos, são considerados territórios masculinos. Morente (2015) afirma que a participação das mulheres como ativistas nesses lugares quase sempre é acompanhada “de resistência por parte de seus pais, companheiros e/ou filhos, que interpretam tal postura como a quebra de padrões morais familiares e sociais.” (p. 22)

No entanto, a atuação feminina nesse ambiente, por mais desigual que tenha sido, trouxe também um mundo de possibilidades para as mulheres, como membras atuantes na sociedade, que tinham voz e saíam às ruas para reivindicar seus direitos, não apenas como mães ou donas de casa, mas como profissionais em busca de melhores condições de vida e trabalho.

Apesar dessas restrições, o sindicalismo foi, para muitas mulheres, um espaço de solidariedade, de sociabilidade, de abertura para o mundo e de

tomada de responsabilidades. Os congressos foram verdadeiros propedêuticos da palavra da mulher. (...) Entre as duas guerras, foram as professoras primárias que desenvolveram um sindicalismo ativo, muito sensível às reivindicações das mulheres, inclusive quanto ao controle de natalidade, o que as envolveu em processos judiciais (Perrot, 2019, p. 150).

Mesmo com as diversas problemáticas mencionadas, o sindicalismo, em muitos casos, foi para as mulheres uma possibilidade de autoconhecimento revolucionário. Isso pois, a passagem da mulher para o espaço público muito além de constituir um novo sujeito político que busca a participação, implica também em demandas específicas e provoca novas formas de relações de poder com o Estado (Pinto, 1992):

a mulher deixando de atuar nos limites do privado provoca novas situações no interior da família e nas relações informais de vizinhança e amizade; a mulher passa a articular, no interior dos movimentos, lutas diferenciadas em relação a seus companheiros homens; e mulheres organizadas em torno de questões tradicionalmente femininas passam a questionar a sua própria condição de mulher (Pinto, 1992, p.128).

Isso ocorre pois essa movimentação gera uma rede de rupturas e a constituição de uma nova identidade pública (Pinto, 1992). Essa adesão faz com que o sujeito seja colocado “frente a novas relações de poder e, conseqüentemente, de tensão no interior da família, do local de trabalho, nas relações de afeto com a vizinhança.” (p. 129) Sendo assim, a autora destaca que aquele que adere acaba por se diferenciar, rompendo assim com “relações de poder estabelecidas no interior da família, como bastante comum quando se trata de uma mulher que passa a participar de um movimento.” (Pinto, 1992, p. 129)

No entanto, a literatura produzida sobre os trabalhadores demorou em produzir estudos que reconhecessem que a classe tem dois sexos. E que esses, por sua vez, resultam em processos de exploração diferentes dentro do grande sistema.

A literatura existente costuma falar de “operários” ou de “classe operária”, sem fazer nenhuma referência ao sexo dos atores sociais. É como se o lugar na produção fosse um elemento unificador de tal ordem que por fazer parte da classe operária já remeteria a uma série de comportamentos e de atitudes relativamente unívocos. É verdade que essa tendência de apresentar uma imagem da classe operária relativamente homogênea, cujo únicos elementos distintivos seriam o emprego e o desemprego, o lugar da produção e a qualificação não ignora apenas a categoria sexo. Mas variáveis como nacionalidade, idade, etc, mesmo se sua qualidade heurística não é muito reconhecida, já há muito tempo recebem tratamento sociológico. Sobre a variável sexo, não há praticamente nada (Hirata; Kergoat, 1994, p. 1).

As produções sobre o CPERS/Sindicato podem ser consideradas um exemplo dessa tendência. Isso pois, conforme foi mencionado anteriormente, a grande maioria das pesquisas que trabalham com a instituição, tendem a não considerar sua característica majoritariamente feminina, ou até mesmo o sexo dos indivíduos envolvidos nos processos analisados e suas possíveis especificidades. Com exceção dos poucos exemplos que apenas recentemente têm procurado lançar um olhar sobre esse aspecto.

Parte desse grande problema teria ocorrido pois “a classe operária, no Brasil e no mundo, foi olhada amiúde de modo homogêneo, sem considerar a distinção de gênero, raça/etnia e menos de geração.” (Reina, 2014, p. 627) De acordo com o autor, as mulheres acabaram sendo associadas exclusivamente a suas características biológicas, ou seja, a reprodução privada. Desse modo, elas “representam a categoria de trabalho reprodutiva, que se caracteriza pela separação do social do trabalho.” (Reina, 2014, p. 627)

Sendo assim, não surpreende que o próprio Karl Marx, não tenha se atentado a reconhecer e analisar a perspectiva de “que o trabalho de reprodução é o pilar de todas as formas de organização do trabalho na sociedade capitalista.” (Federici, 2018, p. 18) (Tradução minha) Embora a autora considere que Marx apresentava “certa consciência feminista”, na obra *O Capital*, analisou somente o trabalho de mulheres operárias da grande indústria e nos três volumes dessa mesma obra não faz nenhuma análise sobre o trabalho de reprodução, só mencionando esse aspecto em pequenas notas (Federici, 2018).

Para Sardenberg *et al* (2001), esse problema seria ainda maior no caso específico das ciências sociais e humanas. Isso devido a perspectiva androcêntrica instalada no centro de ambas as áreas, sobretudo no que diz respeito aos estudos sobre a classe operária nacional.

De fato, pensado [*o trabalhador*], tradicionalmente, não apenas como uma coletividade homogênea, mas quase que tão somente sob a perspectiva do elemento masculino - como se todos os operários fossem homens, brancos, adultos e expostos de igual forma aos determinantes estruturais - esse operariado, na historiografia existente, não mostra um lado feminino. Pelo menos, até pouco tempo, as mulheres (assim como outras minorias sociais) foram pouco vislumbradas na história social do trabalho no Brasil, pouco sabendo-se de sua participação nas lutas operárias e na vida sindical (Sardenberg *et al.*, 2001, p. 2).

Junto a isso, há mais uma vez a questão da escassez de fontes documentais referentes à história dos sindicatos. Essa realidade, que já é problemática no caso

das mulheres, torna-se ainda mais flagrante no que diz respeito à sua atuação neste espaço. Isso pois segundo Reina (2014), inicialmente, a história do movimento sindical teria sido escrita pelas próprias instituições e com as investidas da repressão policial a essas organizações muitos desses documentos se perderam. Enquanto isso, aqueles que foram preservados pairam sobre o próprio caráter patriarcal das instituições sindicais (Sardenberg *et al*, 2001), onde os responsáveis por sua escrita eram geralmente membros da liderança sindical, em maioria quase sempre absoluta, homens.

Sardenberg *et al* (2001) aponta que esse processo acabou “bloqueando a visualização da presença feminina na vida sindical, dificultando a reconstrução da trajetória do sindicalismo brasileiro.” (p. 134) E se por um lado, os estudos sobre as mulheres operárias tenha tido inestimável importância no que diz respeito ao questionamento de uma definição do feminino baseada essencialmente em aspectos biológicos (Gonçalves, 2015), Reina (2014) afirma que “a narrativa da história da participação de mulheres nas lutas sindicais está apenas no começo” (p. 630)

Deste modo, é possível observar que a presença das mulheres no movimento sindical é uma antiga realidade. Apesar de enfrentarem diversos desafios, diferente do que se pensou durante muito tempo, suas ações eram organizadas e consistentes. E mais do que isso, tinham forte relação com o movimento feminista, tendo contribuído de forma direta para a emancipação das mulheres em diferentes âmbitos da sociedade, muito para além do que diz respeito a luta das trabalhadoras.

No entanto, está claro que, até certo ponto, o mal entendido persiste. Se de um lado o movimento sindical teria muito a oferecer às mulheres, por outro o seu acesso e permanência nesse espaço ainda apresenta condições muito desiguais. Ainda que ao longo dos últimos anos, talvez décadas, tenha sido possível observar uma postura mais proativa diante da necessidade de mudar essa relação. Um fruto deste processo foi a criação da Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora pela CUT (Central Única dos Trabalhadores), uma das mais importantes entidades de representação sindical no Brasil, que desde 1986, realiza regularmente atividades com trabalhadoras urbanas e rurais.

Além disso, a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) atualmente conta com uma “Secretaria de Relações de Gênero”, que

tem à sua frente uma mulher e procura desenvolver atividades e campanhas nacionais que tenham como objetivo organizar a participação das trabalhadoras em educação. O próprio CPERS/Sindicato, vinculado à CNTE, conta também com um departamento de “Gênero e Diversidade” que, embora tenha um nome e objetivos demasiadamente amplos, com certa frequência aborda questões como a violência contra mulher e a importância da luta das mulheres para o avanço da sociedade brasileira.

Sendo assim, espera-se que este trabalho contribua para o avanço mencionado acima ao possibilitar conhecer e compreender o que significou/significa ser mulher professora atuante no movimento sindical no contexto específico das professoras vinculadas ao 17º Núcleo do CPERS/Sindicato. Assim, torna-se possível preencher uma entre tantas lacunas ainda existentes no que diz respeito à história das mulheres em ambientes como o dos sindicatos.

1.3 Os entrelaçamentos entre história oral, história de vida e memória

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste estudo é a História Oral, partindo das especificidades da modalidade de História de Vida. Já que existem três modalidades, a História Oral de Vida, a Tradição Oral e a História Oral Temática (Meihy; Holanda, 2020). Enquanto isso, Alberti (2004) trabalha com uma perspectiva um pouco diferente, onde são considerados apenas dois tipos de entrevista, a temática e a história de vida.

Segundo Alberti (2004), a modalidade conhecida como História Oral de Vida consiste em um método que procura conhecer a história dos entrevistados por inteiro, o que significa percorrer suas trajetórias do nascimento até o momento de realização da entrevista.

Se alguém colhe uma grande quantidade de narrativas orais, tem pouca coisa nas mãos. Uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta, como coisa, mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu (Bosi, 2003. p. 18).

Desta forma, ao afirmar que este estudo se baseia na ideia de uma História de Vida, assumiu-se um compromisso em procurar explorar não somente as memórias relativas ao processo de vinculação e atuação no movimento sindicalista, através do 17º Núcleo do CPERS/Sindicato, como também conhecer e levar em consideração suas histórias de vida pessoais e profissionais. Isso implica em um

modo de condução específico das entrevistas, como por exemplo a necessidade de mais de um encontro com cada uma das professoras e também o uso de perguntas abertas e direcionadas ao objetivo da pesquisa.

Nesse sentido, é importante destacar que a escolha da História Oral como metodologia deste trabalho se deu por diversos motivos. Entre eles destaca-se o seu compromisso com a construção de uma narrativa histórica mais democrática e subjetiva, capaz de ir além do mito dos grandes heróis, antes privilegiados pela historiografia. Além disso, a sua potencialidade diante de estudos que dialogam com a História das Mulheres e a Memória é outro ponto inegável.

Sendo assim, vale reconhecer que durante muito tempo a tradição historiográfica determinava a utilização de fontes escritas e oficiais, justificando seu emprego em questões como a suposta imparcialidade dos documentos escritos e a necessidade de distanciamento do historiador para com o seu objeto de estudo. No entanto, após um período marcado pela desconfiança, a História Oral é hoje uma ferramenta metodológica reconhecida e que tem conquistado seguidores para além do campo das Ciências Humanas e Sociais, e até do próprio meio acadêmico.

De acordo com Tedeschi (2014), foram as transformações ocorridas na historiografia a partir da escola dos Annales que possibilitaram o nascimento da ideia de “novos sujeitos” nas investigações, que até o momento pareciam não atrair o interesse dos historiadores. Entre eles, destacam-se as mulheres.

Assim, a subjetividade dos testemunhos orais, antes vista como um problema, passa a ser um ponto de interesse, uma vez que a história oral permite que se possa ter acesso não apenas ao acontecimento em si, mas principalmente ao sentido histórico que esse acontecimento teve, ou ainda tem, para os sujeitos. Sua riqueza está justamente na possibilidade de transmitir “os sentimentos, as dúvidas, as contradições em jogo em uma revolução, em uma greve ou em qualquer situação na qual o homem interfira.” (Barela; Miguez; Conde; 2009, p. 8) (Tradução minha)

No Brasil, as primeiras experiências com a história oral datam de 1975, quando cursos foram fornecidos por especialistas estrangeiros patrocinados pela Fundação Ford. De acordo com Ferreira (2018), até 1990, o cenário insinuava que “a história oral não merecia figurar nos currículos dos cursos universitários, implicava pouca reflexão e não constava das programações de seminários e simpósios.” (p. 89)

No entanto, superados esses primeiros desafios, a história oral é uma metodologia que transita por diversas áreas do conhecimento. Mesmo com o claro vínculo com a história, o que poderia ter delimitado seu uso entre os cientistas das Ciências Humanas e Sociais, ela atravessa diversos contextos. É muito utilizada por jornalistas, além dos próprios historiadores, chegando a cruzar fronteiras um pouco mais distantes, como é o caso da Ciência da Saúde, especialmente no que diz respeito a cursos como os de Enfermagem e Medicina.

Mesmo com o seu largo alcance, não há consensos no que diz respeito à sua definição (Patai, 2010). Ainda assim, a nível de esclarecimento, fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa, defendo que a história oral deva ser vista, sobretudo, como um trabalho em conjunto (Portelli, 1997), que se dá a partir de um processo dialógico (Costa, 2014). Isso pois uma das condições essenciais para um estudo que parte dessa perspectiva, é a existência de, pelo menos, duas pessoas. Uma delas é o pesquisador, interessado em fazer perguntas; e a outra é o entrevistado, disposto a respondê-las.

Neste sentido, o encontro que se dá entre duas ou mais pessoas, a partir das entrevistas em história oral, “devem ser entendidos como um ponto de intersecção entre duas subjetividades.” (Patai, 2010, p. 20) De modo que os historiadores devem estar conscientes de que a atividade desenvolvida entre “pesquisadores e entrevistados resulta um trabalho conjunto em que aquele que ouve e aquele que trata têm igual valor.” (Portelli, 2001, p. 9)

Foi com esse intuito que as entrevistas foram realizadas. De todo modo, na prática, seria ingênuo dizer que o relacionamento entre pesquisador e entrevistado não é complexo. Isso acontece pois nessa operação está inserido um contexto no qual não só os papéis e hierarquias variam, como também as motivações e os significados por detrás da experiência, situações que nunca estarão isentas de possíveis conflitos e embates.

No presente caso, acredita-se que esses atritos tenham sido minimizados por alguns motivos. O primeiro, e talvez o mais importante, é o meu papel duplo de professora e aluna em escolas públicas da rede estadual, onde inclusive algumas das entrevistadas lecionaram no passado. Sendo assim, esse aspecto parece ter feito com que as entrevistadas encontrassem confiança e cumplicidade na presença de alguém que conhece, minimamente, a realidade a qual se referem.

Além disso, ser alguém jovem, e ainda com experiência limitada no que diz respeito ao ensino, pareceu fazer com que elas se empenhassem em responder às minhas perguntas, desejando genuinamente que eu compreendesse o contexto em que viveram, a complexidade de suas vidas, assim como os desafios e as felicidades que encontraram ao longo do caminho. Para isso recorreram a comparações, exemplos e também me faziam eventuais perguntas, às quais respondi da melhor maneira que pude.

Ao falar do processo de entrevistas, é fundamental mencionar o contexto imposto pela pandemia de COVID-19, que forçou a implementação do distanciamento social e que impactou diversas pesquisas, entre as quais ressalto aquelas que fazem uso da História Oral. Isso pois, um dos princípios que regeu o seu uso, durante muito tempo, foi justamente a suposta necessidade do contato direto (Meihy; Holanda, 2020), uma pessoa frente a outra, presentes em um mesmo ambiente. Situação que antes era tão corriqueira aos historiadores que trabalham com essa ferramenta, se tornou perigosa durante a pandemia, gerando desafios diversos para os pesquisadores que precisavam levar suas pesquisas adiante. No entanto, resultando também em novas formas de realizar as entrevistas, através da utilização de ferramentas como *Skype* e *Whatsapp*, que tornaram esse encontro possível novamente, encurtando a distância entre os indivíduos, mesmo que com certas adversidades, conforme apontam Santhiago e Magalhães (2020).

Vale destacar que todas as entrevistas realizadas foram feitas de modo presencial, realidade que só se tornou possível graças a chegada da vacina. Ainda assim, embora o contexto transmitisse certa tranquilidade, cuidados como a utilização da máscara, o distanciamento e o uso do álcool em gel fizeram parte de todo processo de realização das entrevistas. Essa rotina formou parte intrínseca do meu trabalho como pesquisadora e teve como objetivo proteger não somente as entrevistadas, que fazem parte do grupo de risco, mas também seus familiares e entes queridos.

As entrevistas foram extremamente valiosas. Todas tornaram possível o acesso ao íntimo das lembranças de cada uma dessas professoras, ao lembrarem fragmentos de suas vidas como a saudade dos pais ou da infância, o carinho das recordações com a imagem dos filhos pequenos e a imensa nostalgia do período em que estiveram inseridas no movimento sindical.

Diante da realidade desse contexto, o valor, os significados, os sentimentos, as emoções, a nostalgia, as lágrimas, os risos, e tudo isso que vai muito além da palavra, também me emocionou. Assim, saí de cada uma das entrevistas com sentimentos diversos, misturados a empolgação de pesquisadora, pensando em possíveis pontos para análise, ansiosa pelas próximas entrevistas mas, sobretudo, tocada por suas histórias.

Sendo assim, considerando que “existe uma distância intransponível separando a palavra falada da escrita” (Patai, 2010, p. 31), foi feita a escolha de não utilizar programas ou aplicações no processo de transcrição, tendo sido feita por mim, seguindo alguns dos princípios estipulados por Matos e Senna (2011).

Isso quer dizer que a passagem do falado para o escrito foi feita o mais próximo possível do final de cada entrevista; as passagens pouco audíveis foram colocadas entre colchetes; dúvidas e silêncios, foram seguidas por reticências; e, por fim, as palavras de forte entonação foram colocadas em negrito (Matos; Senna, 2011).

Além disso, considerando que a língua falada não segue os mesmos parâmetros da norma escrita, foi feita a escolha de corrigir apenas erros flagrantes. Por isso, a correção foi feita apenas em casos em que fosse facilitar a compreensão de suas histórias. Escolha que teve por intuito preservar a individualidade de cada uma das professoras entrevistadas.

Deste modo, como é possível observar, ao longo de todo esse processo, foi a memória de cada uma dessas mulheres que permitiu o acesso a suas histórias. Por isso, destaco que a Memória e a História Oral se configuram como grandes parceiras. Ao recorrer à História Oral, explora-se, sobretudo, a memória dos indivíduos entrevistados. E por esse motivo é fundamental ter em mente do que consiste a memória e seus processos. Isso com o objetivo de superar as conceitualizações da memória apenas como um arquivo, ou um espaço inerte exclusivamente responsável pela conservação de informações.

(...) de modo a superar a inadmissível avaliação da memória como mero depósito de dados e de informações relativas à coletividade ou à vida individual, devemos pensar a memória como instância criativa, como uma forma de produção simbólica, como dimensão fundamental que institui identidades e com isto assegura a permanência de grupos. A memória, portanto, já não pode mais nos dias de hoje ser associada metaforicamente a um “espaço inerte” no qual se depositam lembranças, devendo antes ser compreendida como “território”, como espaço vivo, político e simbólico, no qual se lida de maneira dinâmica e criativa com as lembranças com os

esquecimento que constituem o Ser Social a cada instante (Barros, 2009, p. 37).

Isto é, a perspectiva da memória como um grande arquivo que guarda todos os acontecimentos e informações com as quais nos deparamos não só é errônea, como inconcebível. Há um trabalho envolvido no processo de selecionar quais fatos serão guardados e quais serão descartados. Na verdade, a atualização e a movimentação são constantes, o passado é constantemente reconstruído em relação ao presente e também com as expectativas com o futuro Candau (2012).

A memória, contudo, nunca é: na variedade de seus processos de conservação e transformação, ela não se deixa aprisionar numa forma fixa ou estável. A memória é, simultaneamente, acúmulo e perda, arquivo e restos, lembrança e esquecimento. Sua única fixidez é a reconstrução permanente, o que faz com que as noções capazes de fornecer inteligibilidade a esse campo devam ser plásticas e móveis. (Gondar, 2016, p. 19)

Neste sentido, trabalhar com a memória pode ser uma tarefa complexa, já que ela tende a não seguir um caminho previsível, se preocupar com a linearidade ou em ser regida por padrões como “verdade” ou “mentira”. Almeida (2004) diz, inclusive, que trabalhar com ela “é como entrar em um “terreno movediço”, em que nada parece estável, tudo se mexe e se transforma continuamente.” (p. 92)

Nossas memórias não traduzem certezas, nem são lineares, pois o tempo passado se confunde e se mistura com os acontecimentos do presente. A memória, portanto, carrega as marcas da relatividade, da descontinuidade e da impossibilidade de atingir um conhecimento pleno daquilo que se passou. (Almeida, 2004, p. 92)

Deste modo, é necessário compreender o esquecimento não como um antagonista da memória, mas sim como um de seus elementos constitutivos. Isso pois “sem o esquecimento, a memória humana é impossível.” (Meneses, 1992, p. 16) Por isso, é preciso que as lembranças sejam constantemente descartadas e combinadas para que se possa classificar e estabelecer ordem em meio ao caos (Lowenthal, 1998).

O conto “Funes, el memorioso” de Jorge Luiz Borges, serve como o perfeito exemplo dessa perspectiva. Nele, o personagem principal, com nome que dá título a obra, sofre um acidente que o deixa parálítico e com uma memória “potencializada”. A partir desse momento Funes torna-se incapaz de esquecer, transformando-se em um prisioneiro de sua própria memória (Lucena, 2011). Embora pudesse reconstruir dias inteiros graças a sua memória infalível, levaria também um dia inteiro para

relembra-los. Para esse indivíduo, onde o esquecimento não era uma possibilidade, viver havia se transformado em um círculo repetitivo de lembrar todos os detalhes de todos os dias que havia vivido, desde o seu acidente até sua morte pouco tempo depois.

Desse modo, é fundamental compreender como se constitui a memória. Neste sentido, Maurice Halbwachs é um autor essencial não só pelo seu caráter pioneiro, mas também por fornecer uma base consistente que serve para legitimar a natureza social e coletiva da memória. Isso pois para o Halbwachs (2004) é em sociedade que o indivíduo, geralmente, adquire suas lembranças, que é capaz de se recordar delas, reconhecê-las e as localizá-las.

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, na realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (...) Outros homens tiveram essas lembranças em comum comigo. Muito mais, eles me ajudam a lembrá-las: para melhor me recordar, eu me volto para eles, adoto momentaneamente seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte, pois sofro ainda seu impulso e encontro em mim muito das ideias e modos de pensar a que não teria chegado sozinho, e através dos quais permaneço em contato com eles (Halbwachs, 1990, p. 26-27).

Nunca estamos sós. Nossas lembranças se contaminam com as dos demais indivíduos com os quais convivemos em sociedade e com os grupos dos quais fazemos parte. Além disso, até mesmo a memória individual precisa recorrer a instrumentos como palavras e ideias, ambas produzidas no ambiente social (Barros, 2009).

Partindo de Halbwachs, o que veio à sua consciência não é uma imagem completa que emergiu os confins da memória, mas uma imagem que foi completada a partir de referências atuais, no instante da evocação, e adquiridas no decorrer de sua vida - isto é, no âmbito de suas interações sociais, de seus processos de socialização e de suas relações de interdependência com outros indivíduos, os eventos e ritmos sociais, palavras e coisas (Graeff; Graebin, 2018, p. 64).

No presente caso isso quer dizer que ao lançar um olhar sobre a história de vida de professoras sindicalistas vinculadas ao 17º Núcleo do CPERS/Sindicato, embora sejam feitas entrevistas individuais com cada uma delas, baseando-se na individualidade de suas experiências, busco compreender a realidade para o grupo.

Isso tampouco quer dizer que as lembranças dos indivíduos devem ser idênticas, muito pelo contrário, elas poderão ser relativamente diferentes pois “a posição que cada indivíduo ocupa em sociedade é única e particular.” (Graeff; Graebin, 2018, p. 66) Ao mesmo tempo, elas também não poderão ser demasiadamente diferentes, já que de acordo com Halbwachs (1990), para que a nossa memória possa recorrer a dos outros é preciso que “ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre uma base comum.” (Halbwachs, 1990, p. 34)

Sendo assim, fica claro também que a reatualização da memória exerce uma força constante no que diz respeito à identidade do indivíduo. Candau (2012) afirma que a reatualização da memória acompanha a construção da identidade do indivíduo e que as duas possuem uma relação dialética, em que uma modela a outra com o objetivo de produzir uma narrativa.

Para Pollak (1992), essa relação é estreita pois é através dela que o indivíduo é capaz de construir uma representação de si próprio, que possa ser aceita por ele e pelos demais. Neste contexto, segundo o autor, está inserido um processo de negociação entre a forma como o indivíduo deseja ser visto e a forma como ele entende as normas de aceitação dos grupos do qual faz parte.

Segundo Woodward (2007), a identidade é construída na relação entre a sociedade e a interpretação dos símbolos produzidos por ela. Neste sentido, o homem seria visto sempre como um animal social e cultural e que a identidade, como uma construção social, sempre acontece no quadro de uma relação dialógica com a ideia do “outro” (Candau, 2012).

Neste sentido, a identidade tem caráter marcadamente relacional, mutável e é sempre marcada pela diferença. Sua construção, junto à memória, geralmente ocorre em meio a conflitos, disputas e a constante transformação das suas experiências levando em consideração as necessidades apresentadas a partir de um determinado contexto sociocultural e também os símbolos produzidos por ele.

Vale destacar também, que no presente caso, o grupo entrevistado é composto por mulheres idosas. Momento da vida que, em muitas culturas, está ligada a noção de sabedoria, onde o contar histórias e o lembrar estão diretamente ligados não só à sua imagem como à sua função.

Conforme Bosi (1979), o processo de evocação da memória de pessoas idosas é diferente da dos jovens ou adultos. Isso ocorre pois os adultos em meio à sua rotina não se ocupam com o passado, e quando o fazem, essa prática é como um sonho, é lazer ou contemplação.

“sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou até mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que uma pessoa de idade (Bosi, 1979, p. 23).

Isto é, uma pessoa idosa quando recorre a sua memória “está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma de sua vida.” (Bosi, 1979)

1.3.1 A produção de fontes da pesquisa

A atenção especial dada à história oral, em diálogo com a memória e a identidade serve para demonstrar o espaço que as fontes orais ocupam nessa pesquisa. Afinal, é principalmente através do testemunho das professoras entrevistadas que foi possível responder aos objetivos propostos.

O contato de possíveis participantes da pesquisa foi fornecido pela própria sede do Núcleo do CPERS, tendo sido feito o primeiro contato com uma professora que foi uma das primeiras diretoras da seção situada em Bagé e que já havia sido entrevistada em uma outra pesquisa. A partir daí, trabalhou-se com a indicação de possíveis nomes indicados pelas próprias entrevistadas, buscando mulheres que tivessem sido atuantes no 17º Núcleo.

O primeiro encontro realizado com cada uma das professoras que constituem o grupo foi acompanhado pelo uso de um questionário de caráter exploratório, composto por cinco perguntas abertas e gerais sobre suas origens, detalhes sobre a família, infância, adolescência e vida jovem, casamento e filhos, bem como a escolha pelo magistério como carreira.

Já o segundo encontro também foi acompanhado por um questionário, mas este contava com 15 perguntas abertas, que tinham como objetivo fazer conhecer os detalhes da atuação sindical das participantes da pesquisa, desde as suas motivações, o relacionamento com as colegas, até os principais desafios encontrados, com a família ou com o próprio Estado.

As entrevistas tiveram como intuito explorar as subjetividades de suas histórias de vida e, ao mesmo tempo, direcionar a abordagem de assuntos ligados aos objetivos da pesquisa. Ambos os encontros foram feitos em um dos casos no escritório de uma das entrevistadas, que é advogada, e nos demais em um café no centro da cidade. A duração média das entrevistas foi de 60 minutos, no primeiro encontro, e cerca de 80 minutos no segundo encontro realizado.

Por último, vale destacar que, no caso da Nara, foi preciso realizar três encontros no total. Isso ocorreu pois não foi possível responder todas as perguntas do segundo questionário na data marcada devido a um conflito de horário em outro compromisso já agendado por ela, na mesma tarde da entrevista.

A tabela abaixo tem como objetivo apresentar o perfil das entrevistadas, fornecendo dados fundamentais como nome, idade, formação, período de atuação sindical e cargos ocupados dentro do 17º Núcleo do CPERS/Sindicato.

No que diz respeito aos nomes, vale destacar que, junto ao Termo de Consentimento, entregue após a realização das entrevistas, havia a possibilidade de usar um pseudônimo, que seria indicado pela entrevistada, caso assim preferisse. Contudo, todas as participantes da pesquisa optaram por utilizar seu próprio nome.

Tabela 1 - Perfil das entrevistadas.

Nome	Idade	Formação	Período de atuação no sindicato	Cargos ocupados no sindicato³
Delcimar	71	Magistério, Licenciatura em Biologia, Licenciatura em Pedagogia, Especialização em Ecologia e Meio Ambiente, Especialização em Orientação Educacional.	1980 - Atual	Sócia Diretora Conselheira
Itamara	65	Magistério, Licenciatura em	1983 - Atual	Sócia Conselheira

³ Os cargos relativos à “conselheira” dizem respeito aos Representantes 1/1000 que são eleitos na proporção de um para cada mil associados em cada Núcleo, compondo o Conselho do Núcleo e o também o Conselho Geral.

		Letras, Especialização em Educação Infantil.		Representante de Escola
Regina	65	Magistério, Licenciatura em Pedagogia, Especialização em Orientação e Supervisão Educacional, Bacharel em Direito.	1990 - Atual	Sócia Diretora
Nara	70	Magistério, Licenciatura em Letras, Especialização em Interpretação e Produção Textual, Especialização em Coordenação e Supervisão Escolar.	1990 - Atual	Sócia Secretária Tesoureira
Gladis	66	Magistério, Licenciatura em Educação Artística e Artes Plásticas, Especialização em Arte e Educação.	1994 - Atual	Sócia Conselheira

Fonte: Autora (2022)

É importante destacar que o grupo de entrevistadas é composto por mulheres idosas residentes do município de Bagé e com idade média de 67 anos, sendo todas aposentadas. Sua formação situa-se em cursos de licenciatura, especialização e em alguns casos também no magistério.

No momento das entrevistas, três delas, mesmo já aposentadas, ainda trabalhavam formalmente. Uma delas como advogada e as outras duas como professoras, uma na rede estadual e outra em uma escola privada de cursos preparatórios para concursos.

Além das fontes orais, em uma das visitas realizadas à sede do 17º Núcleo foi localizado um arquivo documental. Embora localizado na sala mais isolada do núcleo, sem nenhuma organização aparente ou catalogação específica, o acervo estava em ótimas condições de preservação. Entre os itens estavam fotos, seguidas por diversos cadernos de presença de Assembleias e demais atividades desenvolvidas na sede da entidade ou nas escolas, além de alguns cadernos de atas de reuniões de caráter diverso.

As fotos eram relativamente recentes, registros de movimentações grevistas, reuniões e confraternizações na capital ou em Bagé, por volta dos anos 2000. Os cadernos seguiam praticamente esse mesmo recorte, contando com assinaturas de atividades diversas realizadas durante as décadas de 1990 e meados de 2000. Enquanto isso, as atas partiam do final da década de 1970 até parte dos anos 1990.

É importante destacar que há considerável lacuna no preenchimento do livro intitulado “Atas Reuniões de Diretoria a/c 19/11/1979 à 20/08/1994”. Este documento tem o seu primeiro registro em 1979, ao passo que o próximo preenchimento é datado apenas em 1984. Isso quer dizer que há um lapso de registro dos cinco primeiros anos da história do 17º Núcleo na documentação encontrada na sede da entidade.

Segundo a secretária da entidade, um dos motivos que justificam o tamanho relativamente pequeno do acervo, assim como algumas das lacunas nos anos, seria um incêndio ocorrido há algum tempo nas instalações. No entanto, o material disponível não apresenta nenhuma avaria característica de documentos que tivessem passado por um incêndio, como folhas parcialmente queimadas, cinzas ou fotos danificadas. Pelo contrário, como mencionado anteriormente, o arquivo disponível se destaca por sua preservação.

Além disso, de acordo com ela, o material existente, teria sido guardado por iniciativa de uma das ex-presidentes do Núcleo, reconhecendo sua importância. Em outras palavras, parece que até pouco tempo não havia uma iniciativa concreta de preservação de documentos ou de criação de um arquivo sobre a história específica desta seção da entidade.

É importante destacar que nesse esforço de conhecer a história ao 17º Núcleo, e assim, compreender seu processo de constituição. Sendo as atas de reuniões da direção a principal fonte de informação sobre a entidade, sem terem

sido encontradas até o presente momento, outras fontes escritas que permitissem o cruzamento com dados externos. Sobre isso:

A utilização de atas como fontes históricas para a realização de uma pesquisa possibilita refletir quanto ao contexto geral que permeia as circunstâncias do momento em que foram escritas, visto que não há neutralidade nas relações sociais, dado que existem ideologias que cercam e interferem nas fontes que não passam de produções do homem. (Santos; Corso; Zanlorenzi 2012, p.1)

Ainda que as atas contenham informações parciais, influenciadas pelas ideologias e percepções do grupo em questão, o que as transforma em documentos de caráter ambíguo, elas têm enorme potencial como fontes já estabelecidas no campo historiográfico. Além disso, possibilitam a análise de diversos pontos de vista do contexto geral dentro da instituição.

(...) é impossível transformar um documento; é preciso aceitá-lo tal como ele se apresenta, tão incompleto, parcial ou impreciso que seja. (...) Entretanto, continua sendo capital usar de prudência e avaliar adequadamente, com um olhar crítico, a documentação que se pretende analisar. Essa avaliação crítica constitui, aliás, a primeira etapa de toda análise documental. (Cellard, 2012, p. 299)

Por mais que esse tipo de fonte seja considerado rico pelas possibilidades que apresenta aos cientistas sociais, ele também suscita algumas questões sobre as quais é fundamental estar atento. Já que a informação circula em um único sentido, e “embora tagarela, o documento permanece surdo, e o pesquisador não pode dele exigir precisões suplementares” (Cellard, 2012, p. 296).

Estes documentos foram observados com a intenção de conhecer a história do 17º Núcleo, conforme será contemplado no próximo capítulo deste trabalho. Além disso, eles demonstram grande potencial para o cruzamento com as fontes orais, isso pois são registros do contexto no qual essas mulheres estavam inseridas, sendo possível, inclusive, encontrar suas assinaturas ou suas imagens em muitos dos documentos arquivados.

Capítulo 2. O Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS/SINDICATO)

2.1 A história do CPERS/Sindicato

Ainda que este não seja um trabalho sobre o CPERS/Sindicato e, tampouco sobre o 17º Núcleo, é fundamental lançar um olhar sobre a história da instituição. Essa escolha foi feita com base em Pollak (1989), pensando que a memória como um todo se integra em “tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes.” (p. 9)

Entre essas coletividades, estão os sindicatos. Por isso, é importante considerar que mais do que um espaço, a entidade representa o grupo ao qual as mulheres analisadas nesta pesquisa pertencem, operando diretamente em sua identidade, memória e esquecimentos. Sendo assim, conhecer a trajetória da instituição, história, lutas e conquistas, se torna fundamental.

Além disso, é preciso reconhecer seu caráter majoritariamente feminino. Desse modo, julga-se pertinente destacar que sua fundação remonta a 21 de abril de 1945, em Porto Alegre/RS, com o nome de Centro dos Professores Primários Estaduais⁴ (CPPE). Nesse momento já composto por um grupo majoritariamente feminino: líder e primeira presidente, Cléia Argolo Ferrão; e as companheiras Suely Goulart, Maria Paula Dias Pacheco, Maria Messias Corrêa, Indiana do Vale, Horacina Lague, Cecília Torcelli, Maria Quites, e o único homem, Arno Saraiva.

Essa tendência majoritariamente feminina seguirá presente ao longo de toda sua história, já que conforme um levantamento realizado em 2018, o CPERS/Sindicato conta com um total de 82.796 sócios, entre os quais 74.292 são mulheres e apenas 8.504 são homens. Esses números equivalem a um percentual de cerca de 89,72% para as mulheres e apenas 10,27% para os homens.

Ücker (2019) diz que os números seguem a mesma tendência no que diz respeito aos dirigentes gerais da entidade e também dos Núcleos. A autora afirma que “ao longo desses setenta e quatro anos de história, estiveram à frente do

⁴ Segundo Pereira (2020): “O período, caracterizado pelo fim da Era Vargas, apresentava as relações de trabalho regidas por uma legislação que atrelava os sindicatos ao governo, permitindo a intervenção do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio nos mesmos, bem como a proibição aos funcionários públicos de se organizarem em sindicatos.” (p. 13)

CPERS/Sindicato, vinte e quatro dirigentes, sendo vinte delas mulheres e apenas quatro homens, entre eleições e reeleições.” (Ücker, 2019, p. 13) O que representa cerca de 83,33% de dirigentes mulheres e 16,67% de dirigentes homens, formando percentuais muito similares com os demonstrados anteriormente.

Ao todo, seis mulheres conseguiram se reeleger como dirigentes da instituição. Dos quatro homens que ocuparam essa posição, dois também se reelegeram. As mulheres são maioria também à frente da direção dos quarenta e dois núcleos que compõem esta entidade. De acordo com os dados obtidos nas eleições que ocorreram no segundo semestre de 2017, elas são responsáveis pela direção de vinte e cinco núcleos, sendo os demais dezessete núcleos dirigidos por homens. Mesmo nos núcleos dirigidos por homens, são as mulheres quem ocupam as suas vices direções, como é o caso do 24º Núcleo. Raros são aqueles dirigidos somente por homens, pois dos quarenta e dois núcleos que compõem o CPERS/SINDICATO apenas o 27º Núcleo (Três Passos), o 35º Núcleo (Três de Maio) e o 41º Núcleo (São Borja) têm homens nas suas direções e vice direções. (Ücker, 2019, p. 13)

Portanto, é possível afirmar que o CPERS/Sindicato, durante seus setenta e sete anos de história, se manteve uma entidade majoritariamente feminina tanto na base, quanto nas direções gerais e de Núcleos que estão presentes em todas as regiões do estado do Rio Grande do Sul.

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, optou-se por não utilizar a palavra “professores” para se referir a luta protagonizada pela entidade ao longo de todos os anos, já que as ações envolvidas nesse processo, em sua grande maioria, foram protagonizadas por mulheres.

Como marco de seus primeiros anseios, ainda em 1945, o CPPE exigia o ingresso das professoras normalistas nas Faculdades de Filosofia e reajustes salariais. No entanto, essa organização não passou despercebida.

As críticas de setores mais conservadores da sociedade gaúcha, que não aceitava a ideia de professoras primárias fundarem uma entidade para reclamar seus direitos, não tardaram muito para acusar o grupo de professoras fundadoras do CPPE de comunistas e agitadoras da ordem social. (Correa, 2006, p. 2)

A partir desse cenário, é possível observar logo nos primeiros momentos, o descontentamento de parte da sociedade com a ideia de um grupo composto por mulheres desenvolvendo qualquer tipo de protagonismo sindical ou liderando movimentos de ação reivindicatória.

Sobre essa realidade é importante destacar a persistência desse tipo de comportamento enraizado na sociedade brasileira, aqui mais especificamente no caso do Rio Grande do Sul. De acordo com um estudo realizado pela autora a

presente pesquisa, esse mesmo tipo de episódio seguiu presente ainda muito tempo depois. É possível observar essa tendência no relato de professoras grevistas vinculadas ao 17º Núcleo (Bagé/RS) durante o período de 1979 a 1991 (Rosa, 2019).

Além disso, Pacheco (1993) aponta que esse rechaço se deu também pois algumas das professoras à frente da instituição nesse momento estavam ligadas ao PCB (Partido Comunista do Brasil), o que gerou “uma forte oposição por parte de professoras que se identificavam como “católicas” e eram contrárias à fundação do Centro, acusando-o de ser comunista.” (p. 31).

Ainda assim, nos próximos anos a movimentação toma corpo. O grupo se mobilizou em prol de temas como a discussão e criação do estatuto da entidade, a conquista do direito à aposentadoria aos 25 anos de serviço, a luta contra cortes efetuados pelo governo em suas gratificações e reivindicação de abono natalino.

Entre o descumprimento das promessas feitas pelo governo, ocorre uma expansão no quadro de sócios e uma manifestação pública é promovida em frente ao Palácio do Governo. Nesse momento se discute, pela primeira vez na história do magistério gaúcho, a possibilidade de uma paralisação grevista.

A hipótese de dar início a uma greve pode ser um marcador da mudança de postura que vinha ocorrendo no CPPE nesse período. Isso pois a instituição, que ao longo da sua primeira década de história, tinha uma conduta de caráter mais conciliatório, passa a transitar para um lado mais combativo (Pacheco, 1993).

Por esse motivo, a década de 1950 é importante para a entidade. Ao longo desse período a organização das professoras se intensifica e sua postura muda. A luta se materializou em debates mais ativos, assembleias, e mobilização através da imprensa, etc. O que diz Pacheco (1993) vai ao encontro disso:

Esta Assembléia [de junho de 1956] contou com forte esquema de mobilização com chamadas pela imprensa, visitas às escolas e convites aos Grêmios dos professores das principais escolas da capital e inclusive à entidade paralela, a União dos professores do estado do Rio Grande do Sul. A própria SEC colaborou suspendendo as aulas a partir das 15 horas. A Assembléia contou com cerca de 1.000 professores, um número extremamente expressivo para época e analisou apenas um único ponto de pauta: a questão salarial [...]. Também foi nesta oportunidade que ocorreu a primeira manifestação pública do magistério rio-grandense. Foi deliberado que a Direção do CPPE, acompanhada de todos os presentes na Assembléia procurariam imediatamente o Governador do Estado para levar as decisões da categoria. A diretoria foi recebida pelo secretário de Governo, Dr. Adail Moraes e membros da Casa Militar, enquanto os demais aguardavam em frente ao Palácio (p. 62-63).

Observa-se que os debates começavam a tomar corpo e as professoras debatiam a possibilidade de mobilizar a categoria para atividades mais consistentes, em diálogo com outros setores da sociedade e que pudessem demonstrar a força do seu movimento reivindicatório.

A partir da década de 1960, a instituição passará a encontrar novos desafios, como a renúncia de Jânio Quadros (PTC), o turbulento contexto em que João Goulart (PTB) toma posse e assume o governo, culminando na execução do golpe em 1º de abril de 1964 e seus 21 anos de vigência.

Foi também nesse período, mais especificamente em 1966, que o então Centro dos Professores Primários Estaduais (CPPE) passou a se chamar Centro dos Professores Primários do Estado do Rio Grande do Sul (CPPERS). A partir desse momento o magistério, a nível nacional, passa a conviver com a difícil realidade da repressão, perseguição, violação de direitos e ameaças durante a ditadura civil-militar (1964-1985).

Segundo Correa (2006), durante o período conhecido como os Anos de Chumbo (1968-1974), e especialmente durante o governo de Emílio Médici, as movimentações das professoras sofreram certo freamento. Para ser mais específica, “de 1971 a 1975 as manifestações, as lutas e reivindicações do magistério gaúcho sofrem um refluxo devido à violência por parte dos aparelhos repressores do Estado” (Correa, 2006, p. 3).

Contudo, a categoria demonstrou apoio às iniciativas de retorno da democracia ao país e se orgulha em ter sido “a primeira categoria do estado e a segunda do Brasil a entrar em greve após o golpe militar de 1964.” (Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul/SINDICATO, 1995, p. 12).

Ao longo da década de 1970, mais especificamente a partir de 1971, as professoras do Ensino Médio também passam a poder fazer parte da entidade. Com esse novo contexto, a nomenclatura muda mais uma vez, agora para a mais atual e conhecida: Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS).

No final da década de 1970, tem início uma nova era para o CPERS/Sindicato e para outros segmentos da sociedade brasileira. Isso em razão da renovação de lideranças pelas quais o sindicalismo brasileiro passa, voltando a ganhar grande força em âmbitos de contexto nacional.

O ano de 1976 é muito importante para a categoria, pois é a época em que são retomadas as discussões em torno das reivindicações do magistério

que passam a ser discutidas publicamente através de notas na imprensa e contatos com outras categorias de trabalhadores e setores da sociedade. É nesse ano que começava a se construir as bases para as lutas que marcaram o perfil de atuação do CPERS a partir do final da década de setenta e durante toda a década de oitenta, ou seja, uma entidade que passa a perceber que as suas lutas precisam ser discutidas com a sociedade em sua totalidade, não se restringindo às suas assembleias. (Correa, 2006, p. 4)

Tendo em mente o contexto apresentado acima, é importante também destacar um outro ponto importante. Segundo Bulhões e Abreu (1992), essa movimentação significou um novo capítulo na história da instituição servindo como marco de rompimento definitivo da ideia do magistério como sacerdócio.

Ainda entre os motivos que expressam a importância da década de 1970 para o CPERS, se destaca a data de 4 de abril de 1979 como o dia em que se deflagrou a primeira greve da história do magistério gaúcho, entre as muitas que ainda estavam por vir.

Nesse período o clima era intenso, as professoras viviam um ciclo repetitivo que variava entre negociações, o descumprimento de acordos firmados e novas greves até o atendimento, mesmo que nem sempre integral, das reivindicações propostas pela categoria.

Em 1980, após a realização de uma das maiores assembleias da história da classe, com cerca de 24 mil professoras reunidos no Gigantinho, o então governador Amaral de Souza (ARENA) “tenta suspender as atividades do Cpers, mas o professorado vence e a entidade mantém-se intacta.” (Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul/SINDICATO, 1995, p. 20).

Ao decorrer de todo o período de 1979 a 1991, o CPERS/Sindicato deflagrou diversas greves, hoje consideradas históricas, de caráter intenso e de longa duração. Somente neste recorte foram realizadas nove greves. Sendo assim, compreendendo sua importância para o passado e o presente da instituição, trago abaixo uma tabela com as principais informações (Rosa, 2019).

Tabela 2 - Greves do CPERS/Sindicato (1979-1991)⁵.

Ano	Duração (em dias)	Principais conquistas
1979	13	Aumento salarial de 70%

⁵ Conforme os acordos de greve firmados pelo governo estadual.

		(parcelados); abono de faltas e não punição das professoras grevistas; nomeação de 20 mil concursados.
1980	21	Garantia de 25% do orçamento do estado destinado à educação; 2,5 salários mínimos; percentuais de reajuste salarial; criação do Quadro de Pessoal por Escola; garantia de efetividade e não punição das professoras grevistas; estudar e regulamentar os critérios de escolha de diretores de escola juntamente com o CPERS.
1982	3	Greve pelo descumprimento do Acordo 80*
1985	60	2,5 salários mínimos; garantia do 13º salário; 35% da receita de impostos destinados à educação (destes, no mínimo 10% para a conservação, manutenção e construção de escolas); eleição de diretores de escolas de acordo com os termos do projeto de lei elaborado pela Comissão Mista (SEC/CPERS).
1987	96	Garantia de emprego aos contratados; garantia do Plano de Carreira; não discriminação dos aposentados; 'reservação do Acordo 85, reatualizando os prazos; pagamentos dos vencimentos relativos a junho de 1987.
1988	9	95% de reajuste (distribuídos entre outubro e dezembro); unidocência; aceleração da regularização do pagamento de difícil acesso; cronograma de regularização das promoções; redução do período de reajustes para

		bimestralidade.
1989	42	54% de reajuste (distribuídos entre maio, julho e setembro); publicação e pagamento das alterações de níveis; nomeação de 3 mil professoras; agilização do pagamento da unidocência;
1990	58	105,4% de aumento salarial; garantia de reposição da inflação de maio, junho e julho; revisão salarial em agosto.
1991	74	191,61% de aumento salarial; retirada da proposta de abono.

Fonte: Rosa (2019)

Através da tabela podemos observar o que havia sido mencionado anteriormente com relação a longa duração e a frequência das greves deflagradas pelo CPERS/Sindicato. Destaca-se o foco nas reivindicações salariais, aspecto já observado por autores como Bulhões e Abreu (1992), Correa (2006) e Pereira (2020). No entanto, fica claro que os professoras também conquistaram espaço e protagonismo para discutir questões relativas a políticas públicas educacionais a nível estadual e federal.

Percebe-se que o CPERS/Sindicato levantou diversas bandeiras em prol da educação. Entre elas gostaria de salientar a reivindicação de um orçamento específico destinado para a área e a exigência da participação da entidade representante do magistério gaúcho em decisões que impactassem não só as professoras como também as escolas e seus alunos.

Além disso, é importante evidenciar que as greves não se definiam apenas pela suspensão das aulas, já que as professoras se organizavam através de atividades como passeatas, manifestações e acampamentos, que ocorriam no interior e na capital, além das grandes assembleias realizadas no Gigantinho.

Essas ações passam a interferir diretamente no dia a dia da sociedade gaúcha, tanto em Porto Alegre como nas demais regiões do estado. Foi assim que a Praça da Matriz, localizada em frente ao Palácio Piratini, passou a ser conhecida

como “Praça das Sinetas”⁶ após ter sido tomada por 75 barracas e equipamentos de som de professoras em greve que constantemente batiam suas sinetas.

As ruas da capital também foram tomadas por atos públicos do magistério gaúcho como o “passeatão dos 40 mil” e a passeata “Luz nas Trevas”. E o Gigantinho foi um dos principais locais de encontro das professoras durante suas assembleias, chegando a receber 40 mil professoras durante a greve de 1980.

Além disso, havia também manifestações descontraídas, que buscavam denunciar o descaso do governo com relação às negociações e também o descumprimento de acordos firmados.

Criatividade e bom humor por parte dos professores não faltaram nos três meses de paralisação *[greve de 1987]*. Logo surgiram as figuras do movimento - os marajás, os fantasmas, os palhaços e as viúvas da democracia, que de forma satírica ironizavam a atuação do governo que se dizia democrático (Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul/SINDICATO, 1995, p. 43).

Tais feitos estiveram presentes também nas ações desenvolvidas pelas professoras do 17º Núcleo, onde observou-se a realização de atividades como distribuição de carreteiro nas praças da cidade e divulgação de seus contracheques como uma maneira de conscientizar a sociedade e principalmente conseguir o apoio da comunidade escolar (Rosa, 2019).

Alguns autores se dedicaram a analisar a reincidência das greves a partir da perspectiva da crise econômica em vigência durante o período. A partir de dados registrados pelo Banco Central do Brasil e da Fundação Getúlio Vargas, Bulhões e Abreu (1992) apontam que as conquistas referentes a reajustes salariais - principal reivindicação da categoria - eram corroídas por aspectos econômicos relativos à queda do PIB e o forte crescimento da inflação.

O índice do vencimento básico real da categoria caiu de 83,28 em 1974 para 68,13 em 1977; a relação entre o vencimento básico e o salário mínimo passou de 2,14 em 1974 para 1,65 em 1977, conforme os estudos da subseção do DIEESE no CPERS/Sindicato. Como os índices de reajustes deixaram de repor a inflação do ano anterior, a partir de 1977, a reivindicação salarial tornou-se central na luta do CPERS. (Bulhões; Abreu, 1992, p. 23)

⁶ A partir de 1985 a sineta se tornou o mais importante símbolo da luta do professorado gaúcho, ela representa o protesto. Em manifestações ocorriam os “sinetaços” que tinham como intuito destacar e demarcar a “[...]contrariedade em relação ao descaso com que os governantes tratam a educação pública.” (CENTRO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/ SINDICATO, 1995, p. 29) Além disso, o jornal da instituição recebeu o nome de “Sineta”.

Ainda que a categoria conseguisse ter suas reivindicações atendidas, a situação econômica do país fazia com que as professoras não pudessem colher de forma branda os frutos de sua luta a médio e longo prazo.

Um outro ponto a ser destacado com relação a história do CPERS/Sindicato é a integralização com outras entidades sindicais e movimentos sociais. Quando a instituição ainda levava o nome de CPPE, já tentava trabalhar de modo conjunto a demais setores do funcionalismo público, tanto estaduais como municipais.

Nesse sentido, marcou presença também em lutas como a revogação da Lei de Segurança Nacional, a democratização do país, foi *lobby* de destaque no processo constituinte e atuou firmemente no movimento “Fora Collor”.

Ainda que o período de 1979 a 1991 seja importante para a história do sindicato devido ao caráter histórico das greves deflagradas nesse período - sendo esse recorte cronológico privilegiado em diversas investigações -, a luta da categoria não acaba aí.

A virada do século e a chegada dos anos 2000 contribuiu para importantes mudanças no mundo todo. Essa realidade transformou também o contexto para o CPERS/Sindicato e o movimento sindical como um todo.

O movimento sindical depara-se, hoje, portanto, com problemas muito mais complexos do que aqueles do início da década de 1980. Esgotou-se o padrão de acumulação capitalista concentrador e dependente vigente até então, crescendo a recessão e o desemprego. A maioria da população, sem as mínimas garantias de cidadania, tem enfrentado a luta diária pela sobrevivência, desacreditando dos caminhos coletivos para a solução de seus problemas. (Bulhões; Abreu, 1992, p. 115)

Consciente desse novo contexto, o CPERS/Sindicato, passou a procurar maneiras de se adaptar. Isso pois, além de buscar por melhores condições de trabalho e remuneração, as entidades teriam que incorporar a seus debates lutas como a manutenção dos empregos - que desde a década de 1990 apresentava altos índices de desemprego -, instrução dos trabalhadores, aliado à defesa e garantia de seus direitos básicos como cidadão.

A partir dessa conjuntura, o CPERS passa a defender firmemente a ideia de um Sindicato-Cidadão. Nesse novo momento, a própria entidade e os trabalhadores passam a ser vistos a partir de uma nova ótica.

o trabalhador é pensado não apenas como um assalariado, mas como um cidadão completo, isto é, um sujeito social e ativo, localizado dentro de um espaço político mais amplo, num projeto coletivo de transformação social. (...) Portanto, o sindicato precisa tornar-se um instrumento a serviço do

processo de apropriação da cidadania e de politização da sociedade (Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul/SINDICATO, 1995, p. 127).

A alternativa encontrada pelo CPERS, assim como demais entidades sindicais, foi ampliar seus ramos de atuação, conforme mencionado acima. No entanto, até o momento não há pesquisas ou dados que tenham lançado um olhar sobre esse capítulo na história da entidade.

Ainda assim, é importante destacar que, atualmente, o CPERS, além dos departamentos de caráter mais tradicional, conta também com outros como o Departamento de Combate ao Racismo, o Departamento de Juventude e o Departamento de Gênero e Diversidade. Estruturação que representa um sinal da ampliação referida anteriormente.

De 1997 a 2017 a entidade deflagrou várias greves onde características como a longa duração e a reincidência continuaram presentes. Embora atualmente sejam motivadas não mais reivindicando melhorias mas tentando preservar os direitos dos trabalhadores que estão sob ataque.

Tabela 3 - Greves do CPERS/Sindicato (1997-2017).

Ano	Duração (em dias)	Principais conquistas
1997	14	Não informado
2000	32	14,9% de reajuste salarial parcelado; reajuste de 20% no vale-refeição; fim da sobreposição de níveis; retomada dos debates sobre o Plano de Carreira; comprometimento em não aumentar a contribuição para o plano de saúde (IPE);
2004	29	Garantia do IPE público e da condição de dependência para cônjuges ou companheiros.
2006	37	8,57% de reajuste parcelado; promoção de professoras referentes ao ano de 2001 e o

		comprometimento com a promoção dos funcionários de escola do ano de 1999; atualização de repasses para as escolas e suspensão dos contratos de gestão.
2008	15	Retirada do regime de urgência do projeto que rebaixava o piso salarial estadual e garantia de não votação de projetos que retirassem direitos durante o recesso escolar.
2009	6	Garantia da manutenção dos Planos de Carreira.
2011	15	Acordo de criação de um completivo para professoras com salários inferiores ao piso.
2016	54	Fim do reenquadramento do Difícil Acesso; repasse de verbas atrasadas relativas a merenda e manutenção de escolas; prorrogação de prazos de validade dos concursos em exercício para funcionários de escola; a finalização das discussões sobre o PL 044 e a promessa da não criminalização de professoras e estudantes que participaram das greves e ocupações de escolas.
2017	94	Não informado

Fonte: Autora (2022), de acordo com site do CPERS/Sindicato⁷.

Como é possível observar, a situação do CPERS/Sindicato nesse recorte é bem diferente do anterior. As professoras passaram a viver situações onde as movimentações, antes em prol de conquistas e reivindicações, agora se baseiam na

⁷ Disponível em: <https://cpers.com.br/historia/>

não retirada de direitos previamente conquistados, muitos inclusive resultado direto das lutas travadas pelo próprio movimento sindical no final da década de 1980.

Ao longo desse período importantes mudanças ocorreram. Em 2001 a entidade conquistou o Plano de Carreira de Funcionários de Escola, aprovado na Assembleia Legislativa do estado. No entanto, é só mais tarde, em 2015, que ocorre o enquadramento dos funcionários. Neste ano a entidade se ocupou em garantir que todos os funcionários recebessem os direitos trabalhistas de acordo com o que havia sido estipulado no Plano de Carreira.

A entidade participou também de uma manifestação intitulada Movimento Unificado dos Servidores (MUS), um ato histórico reuniu cerca de 35 mil manifestantes de diversas categorias do funcionalismo estadual procurando fazer frente às iniciativas do governador Sartori (PMDB), como o parcelamento e congelamento dos salários dos trabalhadores.

Ainda no governo de Sartori (PMDB), as professoras deflagraram uma greve particularmente importante. Dessa vez contrários a política de parcelamento de salários e a entrega da gestão de escolas as chamadas Organizações Sociais, as professoras contam com a presença de alunos secundaristas que ocupam escolas, realizam atos em frente à Secretaria da Fazenda e ocupam também a sede da Assembleia Legislativa.

A nível federal os últimos anos também têm sido particularmente difíceis. Por isso, em 2017 o CPERS/Sindicato participou da chamada Greve Geral, juntamente com outras entidades e movimentos sociais que buscavam barrar as reformas trabalhistas e da previdência idealizadas pelo governo do então presidente Michel Temer (MDB).

Nesse mesmo ano a entidade empreendeu sua mais recente greve que se estendeu por 94 dias, sendo a segunda maior de sua história. Nessa ocasião as professoras tentavam, mais uma vez, resistir contra a política empregada pelo governo de Sartori e reivindicavam o pagamento do 13º salário que estava em atraso, além da prática de parcelamento de salários.

Depois de 2017 não foram encontrados registros de novas greves, que agora se tornam particularmente difíceis devido à pandemia de Covid-19. Contudo, o que foi feito ao longo do ano de 2019, em algumas ocasiões, foram as paralisações. Com um caráter totalmente diferente das greves, tendo duração de apenas um ou dois dias nos quais as professoras paralisaram suas atividades com o objetivo de

demonstrar seu descontentamento com o atraso nos salários e demais ataques por parte do governo estadual e federal.

Na atualidade, o CPERS/Sindicato segue tentando incorporar à sua luta a resistência contra princípios neoliberais, que ganham força no mundo todo e que tendem a impactar diretamente no crescimento das desigualdades e a exclusão social. Isso pois o magistério gaúcho, assim como a classe trabalhadora como um todo, vive um momento crítico, agravado pela intensificação da crise econômica, política e social que o país enfrenta mesmo após a pandemia de Covid-19.

Assim, grande parte do funcionalismo do estado, que já vivia com a ameaça das privatizações, o atraso e parcelamento dos salários, a falta de concursos públicos em paralelo ao aumento no número de contratados, o fechamento de escolas e a falta de manutenção, nas que ainda seguem ativas atualmente enfrentam o agravamento desta realidade devido ao momento vivido.

2.2 Reconstruindo passos: a trajetória do 17º Núcleo

Ao considerar a história do CPERS/Sindicato, é importante destacar que os núcleos que constituem o sindicato possuem singularidades que caracterizam sua atuação sindical. É o caso do 17º Núcleo, que tem sua própria história, conta com desafios e características específicas de uma entidade situada no interior do estado do Rio Grande do Sul, distante da capital e próximo à fronteira com o Uruguai, com suas particularidades e necessidades econômicas, culturais e sociais.

Embora existam algumas iniciativas de lançar um olhar sobre alguns dos núcleos da entidade - como é o caso do 24º Núcleo (Pelotas/RS) -, até o momento nenhum pesquisador teve o 17º Núcleo (Bagé/RS) como objeto de sua investigação.

Sendo assim, procurou-se preencher, pelo menos, algumas das lacunas que cercam a sua trajetória. Para isso foram realizadas duas visitas à sede do Núcleo em Bagé, onde foi possível ter acesso a um arquivo próprio da instituição, composto por documentos de caráter variado e que permitiram conhecer alguns passos dados pelo 17º Núcleo no município de Bagé.

O arquivo estava localizado na sala mais isolada do local, e mesmo que sem nenhuma organização ou catalogação, encontrava-se em ótimas condições de preservação. Entre os itens foram encontradas fotos, diversos cadernos de presença de Assembleias e outras atividades desenvolvidas na sede da entidade ou

nas escolas estaduais do município e região, além de alguns cadernos de atas de reuniões de caráter diverso.

Entre esses documentos, destaca-se a Ata de Inauguração da sede do 17º Núcleo, que aponta para a data de 19 de Novembro de 1979 como o possível momento de fundação do Núcleo na cidade. O documento registra que “às 14h, na sala 203 do prédio 1015 da Avenida Sete de Setembro, em Bagé (RS), foi inaugurada a sede do 17º Núcleo do CPERS.”

É possível observar que a Ata de Inauguração apresenta detalhes como o endereço, nome e cargo dos indivíduos presentes, além dos votos feitos através dos discursos proferidos. Sobre a localização vale destacar que se situa no centro do município, na avenida mais importante da cidade, onde sempre estiveram localizados consultórios, escritórios, lojas, praças, etc. Essa informação pode sugerir um investimento financeiro considerável em relação ao valor do aluguel, enquanto a instituição dava o que pode ser considerado seus primeiros passos no que diz respeito à organização sindical na região.

Além do primeiro diretor do Núcleo, professor Maurício de Campos, participaram da solenidade de inauguração diversas professoras, membros da diretoria e algumas personalidades. Entre elas é importante destacar o professor Hermes Zaneti, segundo homem a presidir o CPERS/Sindicato e presidente da Confederação de Professores do Brasil⁸. Além disso, a professora Maria Augusta Feldmann, vice-presidente do CPERS na época, também esteve presente “fazendo votos para que o Núcleo faça juz às diretrizes do CPERS.”

Ainda de acordo com este documento, a abertura da solenidade foi feita pelo próprio diretor da instituição, dizendo que “embora modesta, aquela sala, dali em diante, seria a casa dos professores.” Em seu discurso, o professor se preocupou em incentivar o surgimento de novas lideranças na entidade, com as quais fosse possível criar uma oposição sadia. Por fim, foram apresentadas também suas metas administrativas frente a direção do 17º Núcleo.

Além dessas autoridades, houve também a fala de Jair Romero, sobre o qual não foram encontradas mais informações, sendo apresentado apenas com o título de “professor”. O pequeno recorte de seu discurso transcrito se assemelha ao do

⁸ A Confederação de Professores do Brasil (CPB) após diversas mudanças se torna a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), entidade a qual o CPERS/Sindicato é filiado. A entidade unifica e reúne cerca de 50 sindicatos em todo o país atualmente.

diretor, fazendo “votos para que o Núcleo seja um elo de união entre os professores, de sorte que desapareça a expressão: “não existe classe mais desunida que o magistério.”

Através da fala do então diretor do Núcleo, Maurício de Campos e do professor Jair Romero, percebe-se que as expectativas com relação ao estabelecimento da sede no município de Bagé giram em torno do sentimento de união da categoria. Além disso, destaca-se o emprego da palavra “casa” utilizada no discurso, fazendo uma alusão a um espaço de acolhimento e de uso coletivo de todos os associados.

Após o ato de inauguração todos se dirigiram ao auditório da escola Carlos Kluwe, localizada no centro da cidade, onde teria sido realizado um painel de debates. Sobre essa parte do evento, não houve nenhuma informação com relação ao tema desses diálogos e nem identificação das pessoas envolvidas.

Há um hiato no preenchimento das atas que vai do final da década de 1979 até 1984. Após a inauguração, a próxima data corresponde a Ata nº 3 de maio de 1984, e já apresenta um outro momento vivido pela instituição. Neste dia, a pauta do encontro realizado girava em torno do processo de eleição que se aproximava, correspondente aos representantes gerais do CPERS/Sindicato e de direções dos Núcleos para o período de 1984 a 1987.

Estavam presentes na reunião os membros da Subcomissão Eleitoral: o presidente, Gerson Alfredo Fulber; o vice-presidente, Glênio Roberto Souza Brião; a secretária, Roseli Peralta; e a tesoureira, Loraci Alves da Silva. Sobre esses nomes, gostaria de chamar atenção para como estão organizados, hierarquicamente e com relação ao sexo, isso pois essa mesma tendência foi reproduzida nas chapas inscritas para eleição nas atas apresentadas a seguir.

Conforme é possível observar no grupo mencionado acima, os cargos relativos à presidência e vice-presidência são ocupados por homens, já aqueles de posição hierárquica mais baixa, como o de secretária e tesoureira, são ocupados por duas mulheres.

No entanto, antes disso, ainda na Ata nº 3 de 4 de maio de 1984, é fornecida uma nova informação: o 17º Núcleo, além de viver outro momento, tem também sua sede em um novo endereço. Agora localizado na sala 12 do Edifício Ibajé, muito próximo a seu antigo endereço, situado no centro bageense.

Da ata nº 3, até a ata nº 20 de 14 de outubro de 1984, observa-se intensa movimentação relativa ao processo eleitoral, entre os quais considera-se fundamental chamar atenção para o perfil das chapas inscritas no âmbito do 17º Núcleo, tendo sido essa a primeira eleição da qual foi possível levantar algumas informações.

A primeira chapa inscrita, de acordo com a Ata nº 5 de 11 de maio de 1984, foi intitulada “Renovação, Trabalho e Luta”, composta pelos seguintes nomes e cargos: o diretor, Elson Barbosa de Borda; o vice-diretor, Ademir Goulart Rodrigues; a primeira secretária Marília Logueiro Ferreira; o segundo secretário, Elbio Renato Procellis; o primeiro tesoureiro, Cezar de Quadros Palomeque; e a segunda tesoureira, Ana Cecília Goulart Viçosa. Já a segunda chapa, mencionada na Ata nº 6 de 16 de maio de 1984, foi denominada “Participação e Unidade”, e se constituiu pelos seguintes integrantes: o diretor, Aristides João Rosa da Silva; o vice-diretor, Maurício Proença de Campos; o primeiro secretário, Edy Petri Lucas; a segunda secretária Ana Aleluia Porciúncula Silveira; a primeira tesoureira Ilce Maria Faria dos Santos; e a segunda tesoureira, Vera Lúcia de Leon Lousada Borges.

Essa é a primeira eleição no 17º Núcleo da qual se tem informações. Sendo assim, é curioso observar dois pontos fundamentais já ressaltados, as mulheres, não só formaram a minoria em quantidade com relação aos homens dentro das chapas, como foram consideradas apenas para cargos de secretária e tesoureira.

É importante salientar que, através de informações encontradas em visita à sede, estima-se que nas primeiras três gestões eleitas do 17º Núcleo, o cargo da diretoria geral foi ocupado por homens. São eles: professor Maurício de Campos (1979-1983); professor Aristides da Silva (1983-1984); professor Elson Borba (1984-1987). Sobre as duas próximas eleições - 1987-1990 e 1990-1993 -, não foram encontrados, até o momento, documentos que pudessem fornecer dados do processo eleitoral ou resultados. Ainda assim, a próxima diretora eleita - e a primeira mulher no cargo da qual foram encontrados registros - foi Regina Quadros, uma das entrevistadas dessa pesquisa, e que foi diretora do Núcleo durante o período 1993-1996.

Conforme foi mencionado, não foram encontrados registros sobre as duas eleições posteriores aos mandatos dos três primeiros diretores homens. No entanto, Regina afirmou durante a primeira entrevista que sua antecessora foi uma mulher -

no mandato 1990-1993 - e que depois dela, somente mulheres assumiram o cargo de diretora geral do 17º Núcleo.

Sendo assim, é possível observar que, embora os três primeiros cargos de diretor geral tenham sido ocupados por homens, há indícios de que essa realidade mudou a partir da década de 1990. Inclusive, atualmente, a direção de modo geral tem um perfil predominante feminino em todos os cargos, estando constituído da seguinte maneira: a diretora geral é Ana Lúcia Xavier Cabral; a vice-diretora é Fernanda Trindade Dutra de Almeida; a secretária é Claire Maria Moraes do Amaral; a tesoureira é Sandra Regina Rocha Peres; e os diretores são Gianna Beatriz Garcia Lucas, Gilberto Brinhol Carrion, Marcos Rosa Mesquita, Maria da Graga do Couto e Marlaci da Silva.

Ao comparar o perfil da atual gestão com o das chapas inscritas e mencionadas no começo deste capítulo, é possível afirmar que há uma grande diferença. Se naquela ocasião as mulheres preenchiem apenas os cargos de secretária e tesoureira, agora elas não só ocupam a direção como também são a grande maioria geral ocupando os demais cargos também.

Nesse sentido, situar o contexto específico do 17º Núcleo perante a característica majoritariamente feminina do CPERS/Sindicato, considerando o número de sócios e classificação por gênero, era um dos grandes objetivos da ida a campo. No entanto, logo na primeira visita ao Núcleo foi possível averiguar que não há nenhum dado evidente com relação a essas informações disponíveis na sede. Ainda assim, a secretária - que se chama Maria -, foi categórica ao dizer que “aqui somos a grande maioria mulheres, com certeza.”

Diante dessa realidade, a alternativa foi então lançar um olhar sobre um Caderno de Presença, utilizado como registro para atividades que vão de assembleias regionais e municipais, plenárias de eleição para diretoria ou de formação de calendários alternativos, além de solenidades de posse e outras atividades variadas. Embora o Caderno percorra um período relativamente curto, que vai de 1991 a 1995, também foram encontrados, anexados a ele, recortes de duas publicações retiradas do Diário Oficial do estado do Rio Grande do Sul que tratavam sobre o compromisso com a divulgação das professoras beneficiadas pela alteração de nível e também decisões tomadas pelo governo diante da greve realizada no ano de 1989.

Além das informações relativas às atividades desenvolvidas no 17º Núcleo durante o período de 1991 a 1995, este documento se tornou fundamental no que diz respeito a lacuna apresentada acima com relação a ausência de um levantamento do número de sócios e de seu perfil. Sendo assim, a partir dele foi possível lançar um olhar, mesmo que a certo ponto vago, sobre quem são os indivíduos que pertencem à entidade, e mais do que isso, aqueles que participavam das ações propostas pelo Núcleo e já mencionadas anteriormente.

A presença majoritariamente feminina, no que diz respeito a base do Núcleo, é tão presente que apenas ao folhear as páginas do documento ao longo dos anos, é possível confirmá-la. Isso pois a grande maioria dos nomes são de mulheres, professoras e funcionárias de diversas escolas públicas da rede estadual do município, além de um pequeno número de aposentadas.

Ainda assim, por mais que esse perfil seja visível, foi feita uma análise quantitativa de algumas das datas aleatórias registradas. No caderno, a Assembleia Regional de 14 de Abril de 1993 contou com um total geral de 58 assinaturas, representando funcionárias ativas e/ou aposentadas. Valendo destacar que destas assinaturas, 52 eram mulheres e apenas 6 eram homens, números que equivalem a um percentual de 89,65% e 10,34% respectivamente. Ainda que esses números não representem o total de sócios daquele ano, ele é visto aqui como um forte indicativo de confirmação de que a tendência majoritariamente feminina na base, já estabelecida nos números gerais do CPERS/Sindicato, também se faz presente no caso do 17º Núcleo.

Além disso, nas fotos encontradas no arquivo do 17º Núcleo, as mulheres aparecem, na maioria das vezes, em atos nas praças de Bagé no começo da década de 1990. Sua presença nas praças da cidade se mistura às barracas de acampamento e a cartazes relativos à greve em vigência naquele momento. Há também outros cenários, um deles muito similar a uma residência, que pode ser uma das antigas sedes do Núcleo, onde as professoras estão reunidas, sentadas no chão conversando e aparentemente cansadas. Além disso, há também registros de momentos de confraternizações como jantares, nos quais todos demonstram um semblante alegre, compartilham a comida e estão vestidos com trajes e acessórios diferentes dos usados em outras fotos.

Todavia, há dois pontos encontrados nessa fonte que merecem destaque. O primeiro, mais uma vez, é a presença quase que inteiramente feminina em meio a

um ou outro homem. Além disso, chama atenção a presença das crianças, provavelmente filhos/as das sócias. Elas estão em meio aos adultos e parecem confortáveis, como se estar naquele espaço fosse comum. Condição essa já encontrada no relato de algumas professoras do 17º Núcleo (Rosa, 2019).

Capítulo 3. História de vida de professoras sindicalistas

O presente capítulo tem como objetivo principal apresentar cada uma das professoras entrevistadas, assim como compartilhar os principais detalhes do primeiro encontro realizado com cada uma delas e as lembranças obtidas a partir de um questionário exploratório.

Neste processo, terão destaque suas histórias de vida, realizando uma imersão em suas subjetividades, ao abordar a origem familiar, as vivências da infância e adolescência (que incluem a escolha profissional e o casamento), a atuação docente e o caminho percorrido no íntimo de suas história de vida antes de chegar ao 17º Núcleo do CPERS/Sindicato.

3.1 Regina Quadros: “Eu trabalhava de manhã e de noite na escola para poder vir para o Núcleo de tarde.”

Regina foi a primeira das participantes a ser entrevistada. No entanto, o encontro com ela foi, na verdade, um reencontro. Isso pois ela já havia sido entrevistada anteriormente durante o processo de desenvolvimento da pesquisa que originou o presente estudo, minha monografia, realizada em 2019.

O convite para participar da pesquisa foi feito através de uma mensagem no *Whatsapp* e a entrevista aconteceu em 3 de Maio de 2022. Uma tarde atípica para o mês, muito abafada, com algumas nuvens e pouco sol.

Diferente das demais professoras, ela preferiu ser entrevistada em seu escritório de advocacia, localizado no centro da cidade, onde trabalha com o marido e a enteada, assim como havia feito alguns anos atrás. Esse reencontro durou pouco mais de uma hora e nele, mesmo já havendo conversado com ela anteriormente, foi possível conhecer sua história de maneira muito mais abundante.

Regina é uma mulher branca, de estatura média, com cabelos pintados de vermelho, de comprimento à altura dos ombros e olhos castanhos. Seu tom de voz é levemente grave e muito firme, seu riso é forte e se transforma em gargalhadas que preenchiam a sala onde estávamos.

Atualmente é advogada, mas já foi professora, apresentadora de televisão e rádio e trabalhou em diversos cargos públicos, além da própria atuação no movimento sindical. Talvez por isso sua voz e seu discurso sejam tão bem

articulados e eloquentes. De modo que ao responder minhas perguntas, parecia estar fazendo um discurso em uma sala cheia de pessoas.

Sua história de vida poderia ser um filme. Nasceu em Bagé, é filha do segundo casamento de um militar chamado José e de uma dona de casa chamada Nilda. Segundo ela, sua mãe era “uma mulher à frente de seu tempo.”

Uma mulher que se casa em 1955 com um homem desquitado, em desquite... E que ao retornar da sua lua de mel já trazia para casa dois filhos, uma filha e um filho desse primeiro casamento dissolvido. E portanto, ela enfrentou, eu acredito que, enormes preconceitos em um tempo em que a sociedade, se hoje é restritiva, antes era muito mais. E nos ensinou grandes lições de vida. (Regina, 2022)

Sua infância e juventude são classificadas como um período muito corrido e repleto de aventuras. Ainda criança, por volta dos 7 anos de idade, com a instauração da ditadura civil-militar de 1964, seu pai, que era sargento do Exército, recebe uma punição e é transferido para Ponta Porã/Mato Grosso do Sul, na fronteira do Brasil com o Paraguai.

Pela maneira como Regina conta essa parte de sua história, esse processo foi uma grande adaptação para a família toda, pois sempre havia morado em Bagé e, de repente, se viram diante de uma realidade desafiadora.

Então nós passamos a viver no meio da selva. Naquela época a cidade tinha nove quadras de comprimento e depois já era selva. Naquela época a gente convivia com animais, tínhamos macaco, tucano, pavão. Um dos meus brinquedinhos era uma coral verdadeira. Cobra cruzeira na cama da minha irmã. E com isso a gente viveu e aprendeu a viver. Tirando grandes períodos nas estradas para vir à Bagé. (Regina, 2022)

A partir do seu relato foi possível observar que a família viveu cerca de 4 anos no Mato Grosso do Sul e logo em seguida dirigiu-se ao Paraná, mais especificamente na capital do estado, Curitiba. Nessa época Regina conclui o que naquele momento era denominado Ginásio e fez a prova para entrar no Instituto de Educação do Paraná onde deu início a sua formação no magistério.

Após alguns anos, seu pai se torna militar da reserva e eles retornam para Bagé. Já na cidade natal, com 16 anos, ela dá continuidade aos estudos no magistério e começa a trabalhar, contra a vontade de seu pai, como ela fez questão de destacar. Seu primeiro emprego, ainda adolescente, foi em uma escola de educação infantil com o nome de Cirandinha. Período do qual ela demonstra ter muito orgulho dizendo *“com 16 anos alfabetizei a minha primeira turma. Hoje tem grandes profissionais alfabetizados por mim.”*

Embora a formação acadêmica dos filhos fosse um dos seus principais objetos, seu pai parece não ter aprovado essa decisão em um primeiro momento.

O meu pai sempre teve a expectativa de formar seus filhos, né? Eu sou a mais velha do segundo casamento, os dois primeiros não tinham concluído... nenhum dos dois fez faculdade. E as fichas dele estavam em cima de mim, e tinham mais dois depois de mim. E ele dizia: “Não, tu não vai trabalhar porque tu está estudando.” Eu estava no segundo ano da Escola Normal e eu disse: “Não, eu vou porque eu quero.” E ele disse: “Mas eu te dou tudo o que tu precisa.” Eu disse: “Eu sei mas eu quero.” E fui e não tenho nenhum arrependimento. (Regina, 2022)

Sobre sua juventude, Regina comenta que tinha uma vida social intensa. O pai fazia parte da Diretoria do Clube Caixeiral - frequentado pela classe média bageense -, onde atuava como cerimonialista e organizadora de eventos como blocos de carnaval, bailes de debutante, etc. Tendo inclusive, sido eleita Rainha do Carnaval em uma oportunidade.

O seu envolvimento no Clube por muitos anos lhe proporcionaram uma vida social agitada e por ser muito extrovertida foi convidada para ser apresentadora de um programa de televisão. Segundo ela mesma, contrariando todas as expectativas e sem ter a formação necessária para desenvolver a função, foi contratada.

E a juventude traz muita irresponsabilidade, tu não avalia por hoje porque é óbvio que seria bem diferente. Nós terminamos a entrevista e o gerente, que era o Marcos, pediu para que eu passasse no escritório dele e eu fui. Ele disse que queria me fazer um convite, se eu poderia no dia seguinte fazer um teste para trabalhar na televisão. Eu disse **posso**. Aí subi o Cerro no outro dia, me botaram na frente de uma câmera e me deram um papel para mim ler e eu li. (Regina, 2022)

Em um primeiro momento, o convite dizia respeito a um especial no mês da Páscoa que contava com apresentações para o público infantil. No entanto, após o encerramento, foi convidada a assumir um programa como apresentadora, onde trabalhou por cerca de três anos, no final da década de 1980.

Vale destacar que sua atuação na televisão ocorria em paralelo com a rotina de professora, onde destaca a aprovação em concursos municipais e estaduais, não só como professora mas também orientadora educacional. Além de também ter trabalhado na Fundação Bradesco, onde contribuiu para a implementação do chamado Segundo Grau.

Embora demonstre ter sido muito feliz como professora, o curso com o qual sonhava era o de Artes Dramáticas. No entanto, esse curso não era oferecido na

cidade, e, por não ter o apoio do pai para cursá-lo em uma cidade próxima, como segunda opção, acabou escolhendo Pedagogia pois “*não tinha Matemática*”.

Regina também teve uma intensa experiência em cargos públicos de diversas áreas para além daqueles ligados à educação. Graças ao seu envolvimento com o movimento político em Bagé, principalmente através do Partido dos Trabalhadores (PT), ela teve a oportunidade de trabalhar na implementação da Diretoria de Cultura e posteriormente na construção do Parque do Gaúcho através da Secretaria de Segurança e Mobilidade Urbana.

Como professora, ela comenta que tinha pouco conhecimento com relação a algumas das áreas nas quais atuou. Embora afirme que sempre teve muita humildade e chamava especialistas para conversar, o que a levou a conhecer muitas pessoas e aprender muito.

Eu tenho uma grande companheira de caminhada que dizia: “Basta ser alfabetizado.” E é verdade. (...) Nós nos juntamos lá no Gabinete do Prefeito, cerca de quarenta ou cinquenta pessoas, e aí essas pessoas é que opinavam. E aprendi a ler planta, elaborar projeto ... A gente tem que estar sempre aprendendo. (Regina, 2022)

Um dos pontos que mais chama atenção sobre sua história de vida é justamente esse, embora tivesse formação no magistério, Regina teve uma vasta experiência em cargos de caráter diverso, dentro e fora do movimento sindical.

Além de ter sido professora e atuado em diversos cargos dentro do CPERS/Sindicato, como Conselheira 1/1000, Diretora do 17º Núcleo, membro do Departamento dos Aposentados, etc. Foi apresentadora de TV, Presidente da Intersindical de Bagé, trabalhou na Secretaria de Educação, foi presidente do Núcleo de Orientadores Educacionais de Bagé (NOEB), foi Coordenadora de Educação Municipal e membro da Associação dos Orientadores Educacionais (AOERGS), entre tantas outras participações.

Por volta de 1985 casou-se pela primeira vez, mas se divorciou alguns anos depois. Sem dar muitos detalhes sobre o matrimônio, diz apenas que ele ocorreu antes do seu envolvimento com movimento sindical no CPERS/Sindicato.

Sobre o seu segundo casamento, com o atual marido, chamado Luís, ocorreu algum tempo depois, no final da década de 1990. Ela diz que “*o casamento se dá em plena campanha*”, se referindo à disputa pela diretoria do 17º Núcleo.

Embora não tenha tido filhos biológicos, devido à endometriose, Regina demonstra ter uma relação muito próxima com os enteados, especialmente com Patrícia, que trabalha com ela e o marido no escritório.

O céu não me deu filhos. Eu tive endometriose, então não tive filhos. Mas depois ele me deu de presente a Patrícia, e aí está ela sentada. E por sua vez eles me deram os netos. (...) Não saiu do meu útero a Patrícia e se tivesse saído, talvez não fosse tão parecida na luta e na garra com que ela defende as causas, que é algo que nos dá muito orgulho. A projeção que a Patrícia tem hoje na luta pela negritude e que ela... Eu me enxergo nela! A Patrícia quando foi eleita lá em Porto Alegre para Comissão da Igualdade Racial da OAB. **Porque eu me enxergo nela, eu tive uma trajetória assim.** (Regina, 2022)

Conforme é possível observar acima, e em diversos momentos durante a entrevista, Regina se posiciona de maneira muito firme com relação à luta contra o racismo, exaltando a atuação do marido e da enteada. Além disso, através da sua narrativa, deixa claro não se conformar com as normas de gênero e, principalmente, a presença do machismo nos ambientes em que atuou.

Em 2013, já aposentada do magistério, ela decide retornar à faculdade para estudar Direito. Embora nesse momento voltasse a ocupar o espaço de sala de aula enquanto aluna, passou a reencontrar muitos de seus próprios ex-alunos.

Eu tive a grata satisfação de retornar à faculdade em 2013 para fazer Direito. E qual é a minha surpresa? Entro na sala de aula, o Heitor Goulart, que foi alfabetizado por mim, era um dos meus colegas. Ele me chamava, sempre me chamou e vai continuar me chamando, de professora. Para ele eu sou. É bem isso, outros tantos que eu alfabetizei e que me dão muita satisfação, marcaram a minha vida, sem dúvidas. (Regina, 2022)

No final de 2017 Regina concluiu a graduação e desde então atua como advogada em seu escritório, localizado no centro da cidade, onde trabalha com o marido e a enteada, também advogados.

Te digo com muita tranquilidade que o teste que eu fiz no Instituto de Educação do Paraná me dava em primeiro lugar Direito, em segunda lugar o Magistério, e em terceiro lugar Comunicação. Eu tive a graça de passar por todas. Eu tive a oportunidade de passar por tudo isso. (Regina, 2022)

Demonstrando a sensação de dever cumprido, mas não concluído, ela afirma ser feliz na atual profissão e não tem planos de se aposentar novamente. Além disso, segue participando das atividades no 17º Núcleo, principalmente no Departamento dos Aposentados.

No momento da entrevista não ocupava nenhum cargo no 17º Núcleo e, assim como as demais entrevistadas, comentou certo distanciamento devido às diferenças políticas com a atual diretoria do Núcleo em Bagé.

3.2 Gladis Deble: “Nós somos vistas como doidas, mas estamos direto na frente do Piratini”

Gladis foi uma das professoras atuantes no 17º Núcleo indicadas por Delcimar e Regina. Embora nunca tenha tido contato direto com ela, já havia ouvido falar seu nome devido ao seu envolvimento não só no movimento sindical, como também cultural e literário, pelo qual é conhecida na cidade. Além disso, sua filha caçula foi minha colega na graduação e devido ao relacionamento próximo das duas, com frequência, me deparava com fotos suas nas redes sociais.

O primeiro contato ocorreu, assim como nos demais casos, através do Whatsapp. No entanto, a entrevistada já havia sido avisada da indicação pela própria colega Regina. Sendo assim, quando conversamos pela internet, ela prontamente aceitou conversar pessoalmente e marcamos a primeira entrevista para a manhã ensolarada de 5 de maio, em um café no centro da cidade.

Gladis é uma mulher de estatura média, com cabelos pintados de vermelho escuro, de comprimento médio e olhos verdes por detrás dos óculos. Em um primeiro momento, a voz muito calma e baixa chamou à atenção. Além disso, levava consigo uma pasta com folhetos e revistas do CPERS/Sindicato, bem como dois livros produzidos pelo grupo de escritores do qual faz parte, que me deu de presente no final da entrevista.

Foi professora de Educação Artística e atualmente está aposentada mas ainda hoje atua no movimento artístico e cultural de Bagé, tanto nas Artes Plásticas como na escrita, seja escrevendo e publicando seus poemas, participando de concursos literários dentro e fora do estado ou organizando eventos como saraus, feiras literárias, etc.

Sua história de vida inicia em Panambi, na região noroeste do estado, onde morava a família de sua mãe. E embora tenha nascido na cidade, não mencionou muitas lembranças do lugar já que logo após o seu nascimento seus pais passaram a viver em Bagé, onde viveu a maior parte de sua vida.

O pai era funcionário público federal, trabalhando no aeroporto da cidade, e a mãe era dona de casa, além de se dedicar a atividades informais como a costura e produções de doces caseiros. Gladis menciona a mãe diversas vezes ao longo da entrevista, a descrevendo como uma mulher muito batalhadora e “muito resolvida”.

Quando a gente era pequeno, naquele tempo não era muito comum, ela tinha uma responsabilidade imensa com os filhos. Ela sentia assim, como se o que fosse acontecer com a gente no futuro era ela a única responsável, carregava o mundo nas costas. Quando atrasava o dinheiro, porque naquele tempo não tinha essas leis que protegem o menor, a criança, ou adolescentes, ela tinha que se virar, fazer outras coisas para complementar o dinheiro que não chegava. (Gladis, 2022)

É possível observar que ela e a mãe tinham um relacionamento muito próximo desde a infância. Embora tivesse dois filhos, a mãe buscava sempre protegê-la de maneira especial, por ser menina:

Ela conseguia carona de avião no aeroporto e eu ia com ela para Porto Alegre. Ela dizia: “Minha filha menina eu não vou deixar com o pai, o menino pode ficar.” Se perguntassem como é que ele ia fazer para trabalhar com o menino lá, ela dizia: “Eu não sei, ninguém pergunta pra mim o que eu faço com as crianças para ir trabalhar.” (Risos) Ela sempre dizia: “A menina eu levo comigo porque eu não garanto deixar ela assim, né? Mas o menino ele pode levar pra trabalhar.” Ela [a mãe] me carregava sempre com ela. (Gladis, 2022)

É interessante observar algumas questões de gênero presentes na diferença do relacionamento com os dois filhos. Por um lado, a filha é colocada em situação de certa vulnerabilidade, havendo insegurança, ou até medo em deixar a filha com o pai, distante do seu cuidado. Enquanto isso, o filho homem não é tratado com a mesma cautela, parecendo não estar exposto aos mesmos riscos que a irmã e, conseqüentemente, sujeito a passar por situações diversas.

Sobre a infância e juventude, ela comenta que não tinha muitas atividades exceto ouvir o rádio em casa. No entanto, começou a namorar muito cedo e como o namorado era músico, o acompanhava em bailes nos finais de semana.

Quando eu namorei, ele era músico. Ele tocava em bailes nos finais de semana então ia junto. Eu ia para o baile para dançar com os outros enquanto ele tava tocando, não era bom pra ele. (Risos) Mas eu acompanhava muito ele. (Gladis, 2022)

Gladis teve um percurso um pouco diferente das demais entrevistas, além de ter começado a namorar na adolescência, casou-se muito cedo, com 17 anos. Por esse motivo, só conseguiu terminar a Escola Normal e ingressar na faculdade alguns anos depois, quando as duas primeiras filhas não eram mais bebês.

Aí eu casei, tive duas crianças e tive que parar de estudar. Quando a Helena tinha dois anos eu tive outra. Então, foi muito próximo, e esse tempo todo eu tava parada. Às vezes eu dizia: “Vou retomar.” E eu fui guerreira de retomar porque não dava, não tinha quem atendesse de manhã as crianças. Eu não podia deixar sozinha e ir para escola, aí eu não ia pra aula. Eu não tinha terminado o ensino médio. Aí eu desisti várias vezes e quando pensava que estava morta a história, de novo no outro ano. Bem determinada e persistente. (Gladis, 2022)

Segundo ela, durante esse período de retorno e ingresso na faculdade “*tudo foi muito corrido e difícil*”. Sobre a escolha pelo curso, destaca que não tinha muitas opções, mas como sempre gostou de Arte, Arquitetura e História escolheu o mais próximo entre essas áreas, e que estava disponível na época, a Licenciatura em Educação Artística e Artes Plásticas.

Em um primeiro momento a família, mais especificamente o marido, parece não ter compreendido o seu interesse em ingressar na faculdade.

Achava [o marido] que eu nem precisava daquilo. Ele dizia: “Pra quê? Tu tá tão bem, não te desgasta.” E eu dizia: “Mas não é desgaste, é prazer meu, é minha profissão. Eu tenho que trabalhar para viver, como é que vai ser a minha vida?” E ele aceitou, mas achava que não precisava. E a mãe dizia: “Deixa, é gosto dela. Eu ajudo com as crianças. Eu ajudo, contem comigo para o que precisar.” (Gladis, 2022)

Pelo seu relato, o apoio da mãe foi fundamental para que ela pudesse seguir os estudos, já que era ela que cuidava das netas e, muitas vezes, ajudava Gladis a fazer os trabalhos não só da Escola Normal, como também da faculdade.

A atuação como professora tem início na rede privada de Bagé, mais precisamente no Colégio Franciscano Espírito Santo, escola situada no centro da cidade. Embora não tenha fornecido muitos detalhes sobre o período em que atuou na instituição, comenta com orgulho que participou de uma greve que ela considera histórica, já que a escola era privada.

Em 1994, é aprovada em um concurso da rede pública estadual e passa a dar aulas em Dom Pedrito, município localizado a cerca de 75 km de Bagé. Durante o período em que atuou na cidade, considera que o apoio do marido foi fundamental já que tinha conflito de horários e era ele quem muitas vezes a buscava de carro.

Além disso, trabalhou também em Aceguá, município fronteiro, localizado a cerca de 60 km de Bagé, onde algumas das demais entrevistadas também trabalharam. Embora nesse primeiro encontro não tenha fornecido muitos detalhes sobre o seu dia a dia como professora, lembra com carinho de dois filmes que produziu junto aos alunos, um deles em Dom Pedrito e o outro em Aceguá.

Após alguns anos, passou a dar aulas na rede estadual em Bagé, especialmente em escolas da periferia. Nota-se que esse parece um período mais tranquilo de sua vida, já que contava com certa estabilidade na profissão e as filhas já eram adultas. No entanto, é nesse momento, com mais de quarenta anos de idade, que engravida novamente.

Depois que eu já tinha três netos eu tive a Yasmin. (...) Mas eu acho que deu pra fazer uma família bonita. Eu não me assustei com a gravidez depois dos 40 anos. As pessoas se apavoram, né? E me diziam: “Será a menopausa? Será isso, será aquilo?” E eu dizia: “Não, é a minha gravidez.” (Gladis, 2022)

Ela afirma que a chegada da filha caçula foi um momento feliz para toda a família. Inclusive, lembra com muito carinho as aventuras proporcionadas pela filha, que era mais nova dos sobrinhos mas tentava cuidá-los, mesmo com a aparente diferença de idade entre eles.

Gladis parece ter escolhido focar sua atuação e formação acadêmica na Arte. Foi professora de Educação Artística por muitos anos e sua especialização também está ligada a essa área, diferente de algumas das demais entrevistadas que, além de professoras, atuaram também na Orientação Educacional.

Essa proximidade com tudo o que é ligado à Arte, fez com que tivesse uma experiência diversa em cargos relacionados a esse universo. Além de ter sido professora da disciplina por cerca de 30 anos, trabalhou na Secretaria de Cultura de Bagé, foi patrona da 15ª Feira do Livro de Bagé, é membro do grupo Poetas do Cultura Sul e cronista do jornal Correio do Sul.

Além disso, é uma escritora premiada no Brasil e no exterior por suas obras literárias, entre as quais se destacam os poemas que escreveu ao longo dos anos. Entre os prêmios, destacam-se os seguintes: Prêmio Jorge Amado, no Centro Cultural de São Paulo; Menção Honrosa no Prêmio Varal do Brasil, em Genebra/Suíça; Segundo Lugar no Prêmio 100 anos de Vinicius de Moraes; Primeiro lugar no concurso Universo dos Poetas, em Maceió; entre outros.

Sobre sua longa lista de prêmios, ela destaca que só se tornaram possíveis pois tinha muito apoio em casa, tanto da mãe como do marido. Ele era técnico em eletrônica e, segundo ela, sempre foi um grande incentivador de suas ideias.

Ele me fazia ir, comprava passagem, fazia de tudo. Eu ganhei um concurso em São Paulo e ele me fez ir. Eu tinha ganhado e ele disse: “Como que tu não vai ir?” E eu disse: “Mas ir lá, gastar horrores de dinheiro só pra pegar um diplominha assim e uma medalha. Não tenho essa vaidade.” E ele

disse: “Não, é importante.” Aí eu saí para dar aula e ele disse pra Yasmin: “Pega os documentos da tua mãe. Eu vou comprar pela internet a passagem dela, aí ela não vai ter saída.” (Gladis, 2022)

Seu marido, que se chamava Domingos, faleceu em 2017, depois de um longo período de luta contra o câncer. Contudo, no momento da entrevista, foi possível observar a emoção que Gládis sente ao recordar momentos como este.

A relação que tem com a Arte é tão longa e intensa como a que ainda mantém com o movimento sindical. Durante seus anos de atuação no 17º Núcleo do CPERS/Sindicato, ocupou algumas vezes o cargo de Conselheira 1/100 e, na última direção da colega Delcimar, coordenou o Departamento dos Aposentados desenvolvendo um trabalho cultural que envolvia dança.

Atualmente, já aposentada, ela se divide entre esses dois universos, participando do grupo de Poetas Cultura Sul e outras atividades culturais, além de participar das atividades do Departamento dos Aposentados no 17º Núcleo, ainda que com certas ressalvas devido à nova Direção.

3.3 Delcimar Delabary: “Eu acho que se eu nascer de novo, eu vou ser professora novamente”

O nome de Delcimar foi não só indicado, como mencionado diversas vezes pelas companheiras de sindicato. Segundo elas, de todas do grupo, talvez seja a mais envolvida na entidade nos últimos anos. Isso devido ao cargo de Diretora do Núcleo para o qual havia sido eleita por volta de 2018 e também por, no momento da entrevista, ser uma das representantes 1/1000 do 17º Núcleo.

O primeiro contato, assim como as demais, foi feito pelo *Whatsapp*. No entanto, Delcimar preferiu me ligar para que pudéssemos conversar, já que segundo ela, não tinha muita proximidade com as redes sociais. Embora prontamente tenha aceitado que nos encontrássemos pessoalmente, em sua voz havia certa insegurança. Chegando inclusive, a dizer que não sabia se sua história de vida ia servir para me ajudar com a pesquisa.

No momento da entrevista ainda atuava como professora de Ciências e Biologia em uma escola pública da periferia da cidade em regime contratual. Além disso, também era uma das Conselheiras 1/1000 da instituição, pelo 17º Núcleo.

Quando nos encontramos pessoalmente, na manhã do dia 6 de maio, em um café localizado no centro da cidade, ela ainda parecia um pouco insegura ou

desconfiada. Logo, procurei, mais do que com Regina, que já me conhecia, compartilhar um pouco da minha própria história antes do começo da entrevista, de modo a fazer com que ela se sentisse mais à vontade.

Ao fazer isso, tentei mencionar informações que pudessem, de algum modo, nos aproximar. Sendo assim, falei um pouco sobre minha própria família e sua origem rural, minha vida de estudante em escolas estaduais do município e, por fim, minha trajetória na universidade, chegando até o desenvolvimento de minha monografia sobre professoras grevistas do 17º Núcleo, em 2019.

Após esse momento, foi possível observar que ela se sentiu relaxada e a partir dali a entrevista virou, de fato, uma conversa. Ao dividir sua história de vida comigo, conversamos por mais de uma hora, compartilhando nesse tempo diversas emoções, indo do riso às lágrimas.

Delcimar é uma mulher branca, de estatura média, cabelos pintados de loiro, lisos e compridos à altura dos ombros e olhos castanhos por detrás dos óculos. Nasceu em Lavras do Sul, município pequeno, localizado a cerca de 80 km de Bagé, e seus pais trabalhavam como pequenos agricultores.

A minha infância foi em Lavras. É assim, um ovo, né? Foi bom porque todo mundo se conhecia. Os meus avós moravam na zona rural, então nas férias, como a gente não tinha dinheiro para viajar, era uma expectativa. Se entrava em férias e a gente ia para zona rural. Lá tu tinha mais liberdade, tinha uma vida mais... Tomava banho de rio, andava a cavalo, fazia esse tipo de coisa. (Delcimar, 2022)

Embora lembre com carinho do tempo em que morou na cidade, comenta que desde muito cedo percebeu que os amigos e vizinhos não tinham a formação como um objetivo de vida. Inclusive, comenta que seu pai, assim como seus irmãos e irmãs, não puderam concluir os estudos.

A família do meu pai eram 12 ou 13 irmãos, então eles deixavam os filhos aprenderem a ler e escrever e tinham que ir trabalhar. Até porque tinham que sobreviver de alguma maneira. (Delcimar, 2022)

No entanto, ela e as irmãs, desde muito cedo foram influenciadas pelo pai e pela madrinha a estudar. Isso pois sempre ouviu que esse era o único caminho para alcançar certa estabilidade e satisfação, especialmente como mulheres.

E ela [sua madrinha] tinha, é claro, um padrão de entendimento que a gente não tinha, ela tinha visão, cultura. Ela sempre dizia: "Se tu não estudar, tu não vai ter a tua aspiração de vida. De participar das coisas, de ser esse motor da mudança que só vem através da educação." E ela era muito assim: "Mulher é pior." Ela dizia: "É importante a educação para todo

“mundo, mas para a mulher tudo é mais difícil.” Porque a 50 anos atrás, tudo era mais difícil. (Delcimar, 2022)

A mulher a qual se refere acima era sua madrinha, professora de História e esposa de um primo de seu pai. É possível perceber que essa mulher tinha grande influência sobre as decisões referentes à educação dela e de seus irmãos. Isso pois seu pai, embora sempre tenha tido interesse em proporcionar educação a seus filhos, sempre recorria à ela para orientá-lo.

Já com relação à figura da mãe, é possível observar que esta aparece poucas vezes em seu relato, a caracterizando como uma mulher muito católica.

A minha mãe era uma pessoa muito do lar, sabe? O meu pai participava mais das coisas. Era o meu pai que ia na escola, que dava bronca, que providenciava material escolar, sabe? Ela ia mas não, sabe assim, ó? Não era uma coisa frequente. Uma vez no mês, quando tinha uma festividade. Tinha o mês de Maria, ela tava lá. Mas bem mais, ela era muito católica. Tinha uma fé mas ela não era muito de participar, sabe? Era mais na dela. (Delcimar, 2022)

É interessante observar o cenário construído por Delcimar ao falar dos pais. A imagem da mãe está ligada ao lar, a religião, de certo modo alheia, ou possivelmente submissa, às decisões do marido. Enquanto isso, o pai é figura ativa, é quem toma as decisões e quem está presente ao longo de todo seu relato.

Contudo, ainda que seu pai e sua madrinha tenham influenciado seu interesse pelos estudos, Delcimar destaca que sempre gostou de ler e estudar. Na escola era líder dos trabalhos em grupo e ajudante dos professores.

De resto assim, eu sempre fui muito de ler. Sabe assim ó, quando eu me alfabetizei o meu pai dizia que eu lia para os vizinhos. Os vizinhos levavam a bula das receitas para mim ler. Então, às vezes eu estava chegando da escola e já tinha um vizinho lá em casa me esperando. E eu tinha uma paciência, que eu tinha assim ó, tudo. Sabe o que é tu pegar e ler todo? E às vezes eles tinham os filhos mas eles não tinham paciência e eles diziam: “Eles não leem com a clareza que tu lê.” E assim, tu sabe que eu tinha uma revista do Jeca Tatu? Aquele almanaque eu li e eu tinha ele até pouco tempo. Não sei onde eu coloquei. O que me dessem para ler, era uma maravilha. Pode trazer! (Delcimar, 2022)

Desse modo, após concluir o Ginásio mudou-se para Bagé, passando a morar com uma tia, com o objetivo de dar início aos estudos na Escola Normal e posteriormente à faculdade de Biologia. Além disso, anos depois especializou-se em Educação e Ecologia, concluiu também a faculdade de Pedagogia e em seguida a especialização em Orientação Educacional.

Esse caminho foi seguido por ela e as irmãs, uma também professora de Biologia e a outra formada em Administração. Diferente dos dois irmãos que

concluíram o Ensino Médio e o curso técnico em Contabilidade ofertado em sua cidade natal, mas decidiram não seguir estudando.

Delcimar não dá muitos detalhes sobre o período referente à sua juventude, comenta apenas que começou a trabalhar como professora muito cedo. Além disso, suas relações parecem estar muito ligadas ao núcleo familiar, principalmente ao pai, sem mencionar muitas atividades com grupo de amigos ou colegas.

Embora tivesse começado a trabalhar ainda quando cursava a Escola Normal, o pai a ajudava a pagar a faculdade e a apoiava incondicionalmente.

A pessoa que mais se emocionou [com sua formatura] foi o meu pai. Então quando eu fiz faculdade, até hoje eu lembro da formatura (*Choro*). Se ele tivesse tido a oportunidade teria sido... porque eles não tinham. (Delcimar, 2022)

Como é possível constatar ao longo de sua narrativa, a imagem do pai é presente em todos os momentos de sua vida. Delcimar enfatiza que, embora o pai não tivesse tido a oportunidade de concluir os estudos, acreditava na Educação.

Outro ponto que inunda sua história de vida, e que parece estar relacionado com o pai, é a crença na importância da educação. Delcimar associa sua história e as oportunidades que teve devido ao acesso à educação diversas vezes, deixando claro a todo momento que é este fio que liga sua atuação no sindicato e em sala de aula como professora.

Eu acho que a educação é mola. Tanto é que em todas as campanhas políticas, desde o vereador até o presidente, o primeiro item é a educação. Só que é só nesse momento que eles lembram da educação. E quando a educação começou a ficar mais acessível para a classe mais popular, os menos favorecidos, eles perceberam que o filho do pedreiro seria engenheiro, que o filho do pequeno agricultor poderia ter qualquer curso. (...) E aí o que acontece? Aí eles resolveram, né? Projetos para acabar com tudo isso aí. (...) Incomodou eles, se sentiram incomodados que até o pobre tem direito a viajar de avião. E o que levou a isso? Foi o avanço da educação. O que vai mudar as coisas é a educação. (Delcimar, 2022)

Sobre sua experiência como professora, ela comenta que começou a trabalhar muito cedo, como contratada em uma escola em Bagé e outra em Lavras do Sul, sem ainda ter concluído a faculdade. Para isso, ela precisava viajar todos os dias, gastando cerca de 4 horas por dia em locomoção, atuando como professora pela manhã e pela tarde, ao mesmo tempo que fazia a faculdade à noite.

Ela conta que chegou a participar da primeira greve - se referindo a greve de 1979 - ainda como contratada. Embora tenha admitido que sentiu medo de ser

demitida, devido à posição de vulnerabilidade em que se encontrava, destaca que contava com o apoio do pai e que não pensou em desistir.

Após alguns anos, deixou de atuar na cidade natal e manteve apenas escolas de Bagé. Isso acontece após a sua aprovação em um concurso para assumir 40 horas na rede estadual, que a levou a exercer a carreira por cerca de 20 anos, atuando em escolas públicas da periferia do município até a aposentadoria.

Sobre a atuação no 17º Núcleo, ela afirma ter sentido certa insegurança e timidez de falar em público, viajar ou tomar à frente em um primeiro momento. No entanto, destaca que essa barreira foi vencida após começar a participar dos Congressos do CPERS/Sindicato onde tinha acesso a informação, cursos, palestras, trabalhos coletivos, discursos dos colegas, etc.

Delcimar começou sua atuação em cargos sendo Conselheira 1/1000, posteriormente assumindo a direção do Núcleo após o afastamento da colega Regina Quadros, participou da formação de cerca de quatro chapas das quais venceu duas como diretora do 17º Núcleo. Além disso, no seu último mandato, que precisou ser estendido, esteve à frente da instituição durante a pandemia de Covid-19.

Conforme mencionado anteriormente, a entrevistada não deu muitos detalhes sobre sua juventude e seus relacionamentos além daqueles ligados ao núcleo familiar. Contudo, na segunda vez que nos encontramos, ela esclarece que nunca se casou pois teve “um desencontro” com um rapaz.

Sabe assim, eu gosto de sair, eu gosto de viajar, eu gosto de passear e eu me envolvo muito com essa coisa sindical e com outros movimentos sociais sempre que foi necessário, mas não foi... Sabe assim, eu não cheguei a pensar: “Eu quero, eu não quero.” É a vida que me levou para esse caminho, é uma coisa natural. Embora, às vezes, as pessoas digam: “Ah, tu deveria ter casado!” (Delcimar, 2022)

Delcimar não teve filhos biológicos, mas fala com orgulho do sobrinho que foi criado por ela e com o qual tem um relacionamento próximo.

Eu criei um sobrinho, ele é veterinário, tem duas guriinhas e ele resolveu que eu sou a avó. Então eu sou a avó. Sabe assim ó, porque, na realidade, mãe é quem cria a quem educa. (Delcimar, 2022)

Após a aposentadoria, ela volta a atuar como professora de Ciências e Biologia em uma escola da periferia da cidade através de um contrato. Essa segunda etapa de sua caminhada profissional já dura cerca de 20 anos. Apesar de

estar com 72 anos de idade, mantém firme as mesmas crenças da madrinha e, principalmente do pai.

No momento da entrevista ela ocupava o cargo de Conselheira 1/1000 novamente e era membra ativa do Departamento dos Aposentados no 17º Núcleo. Embora tenha demonstrado certa reserva com a atual diretoria do Núcleo, com o qual havia disputado a última eleição, segue participando de manifestações e atos diversos na cidade ou em outros pontos do estado.

3.4 Itamara Santos: “Eu sozinha não faria nada”

Itamara foi a quarta participante a ser entrevistada. O convite para fazer parte da pesquisa foi feito através de uma mensagem no Whatsapp. No entanto, diferente das demais colegas, não combinamos uma data nesse primeiro contato devido à rotina que tem com uma irmã idosa de quem cuida e que estava doente naquele momento. Sendo assim, apesar de ter aceitado o convite, ela disse que iria entrar em contato novamente para marcar um encontro assim que fosse possível.

Cerca de uma semana depois, ela enviou uma nova mensagem e marcamos o encontro para a tarde do dia 16 de maio, no mesmo café em que as colegas haviam sido entrevistadas. Era uma tarde quente, com sol e céu claro.

Itamara é uma mulher branca, de estatura média, com cabelos muito curtos, pintados de castanho, mesma cor dos olhos por trás dos óculos. Seu tom de voz é firme mas calmo, e têm o costume de gesticular com as mãos enquanto fala.

Em contraste com a maioria das colegas, ela não tinha um emprego formal no momento da entrevista. Atualmente é aposentada, dividindo seu tempo entre Bagé e Florianópolis, onde moram os filhos e netos. Eventualmente realiza viagens e encontros com o marido ou grupos de amigos, além de atuar no Departamento dos Aposentados no 17º Núcleo, sempre que são realizadas atividades.

Itamara nasceu em Bagé, é a mais nova de 7 irmãos, 4 mulheres e dois homens. Sua família era humilde, moravam em uma casa alugada pelo pai, que era mecânico de grandes máquinas, e a mãe que era dona de casa.

Eles sempre disseram que a única coisa que eles podiam nos deixar seria o legado de estudo. Então, como a gente não era uma família de posses, cada um tinha que tentar por... Embora eles não tivessem tido a oportunidade de estudar, eles tinham o básico de saber ler e escrever. Assim, não estudaram mas incentivaram que a gente fizesse, embora eles não tivessem dinheiro para pagar e para nada. Então eles davam a

oportunidade e diziam: “Corre atrás!” Tipo assim: “Vai e vê o que tu consegue fazer.” Então, todos conseguiram fazer assim, né? Vida de correr atrás, de conseguir bolsa, algum auxílio, alguma coisa. Sempre foi assim! (Itamara, 2022)

Quando nasceu, a mãe já tinha mais de 45 anos de idade e confessa que, por esse motivo, sempre foi mimada por todos da família. Também devido a esse detalhe, a diferença de idade com os irmãos é relativamente grande.

Sobre a infância, destaca que foi um momento tranquilo. Embora morasse próxima ao centro da cidade, tinha certa liberdade para brincar na calçada e estar com os amigos e vizinhos, com a supervisão dos irmãos, sem sentir medo.

No entanto, destaca que a adolescência foi diferente pois conheceu o marido ainda muito cedo. Segundo ela, isso fez com que não tivesse algumas experiências.

A minha adolescência foi... Eu acredito até que assim, foi meio curta. Aos 15 ou 14 anos eu conheci a pessoa que é meu marido até hoje. (...) Então assim, eu acho agora, na época não, que foi muito curta. Eu tive poucas oportunidades de sair, de namorar e de passear com as amigas. Eu não tinha muitas amigas, né? Então não sei se por isso. Mas eu conheci ele no carnaval, eu ia com as minhas irmãs mais velhas, conheci ele e a gente namorou. Eu tinha 14 anos. Cedíssimo, né? (...) Então ele foi na minha casa quando eu fiz os meus 15 anos, aí que minha família conheceu ele e tal. Uma das minhas irmãs é que apresentou e tal. E aí a gente seguiu namorando e nunca mais se largou, né? (Itamara, 2022)

Por volta desse período dá início aos estudos na Escola Normal, momento do qual se recorda com carinho mas não fornece muitos detalhes. Além disso, confessa que, embora sempre tenha tido interesse em trabalhar com crianças, a decisão pelo magistério foi influenciada pelos irmãos mais velhos, já que quatro deles eram professores.

A minha família é uma família basicamente de professores, eu tenho quatro irmãos professores, já aposentados é claro, mais velhos que eu. Eu sou a mais nova, imagina! (Risos) (...) Meu pai e minha mãe não eram da área, né? A gente não tinha, assim, na família, ninguém era professor. Aí começou pelos meus irmãos mais velhos e a gente entrou nessa área da educação acho que pelos irmãos, né? (Itamara, 2022)

Sendo assim, logo após concluir a Escola Normal, dá início a sua atuação em sala de aula no município fronteiriço de Aceguá, cerca de 60 km de Bagé, em regime contratual. No entanto, em seguida faz seu primeiro concurso para a rede estadual de ensino e é aprovada, passando a se dividir entre as duas cidades.

Já trabalhando, ela decide começar a graduação e o curso escolhido é Letras Português e Literatura. Ela comenta que, como a família não tinha condições

financeiras para ajudar os filhos, ela começa utilizando seu próprio salário para pagar as mensalidades e em seguida tem acesso a um crédito educativo.

Alguns anos depois, já com a graduação concluída, ela faz outro concurso e é aprovada novamente, chegando a carga horária de 60 horas semanais. Nesse momento, além de trabalhar com a educação infantil, passa a dar aulas de Português para alunos do 5º e 6º ano.

Como professora, tanto de Português como Literatura, Itamara teve uma experiência diversa, atuando em turmas da educação infantil em grande parte de sua vida, passando a lecionar para turmas com alunos pouco mais velhos, no turno noturno, apenas nos últimos anos de atuação em sala de aula.

Ainda assim, ao longo de todo seu relato destaca que, de todas essas experiências, seu verdadeiro interesse era a Educação Infantil. Por isso, quando teve a oportunidade, decidiu seguir os estudos da pós-graduação nessa área.

Nesse meio tempo surgiu também uma oportunidade, através da 13ª CRE, de uma pós-graduação em Educação Infantil. E a minha paixão sempre foi a educação infantil, embora eu tenha feito o curso de Letras, gostava e gosto muito da minha área, mas eu me identificava mesmo era com as crianças. Aí então eu fiz, consegui fazer gratuitamente, com essa bolsa que tinha da CRE. Tinha duas vagas só e eu consegui uma delas. (Itamara, 2022)

Trabalhou com crianças por cerca de 25 anos até que, de acordo com ela, decidiu afastar-se da educação infantil, devido ao cansaço que se tornava cada vez mais evidente devido a sua idade. Nesse período começa a trabalhar com alunos mais velhos, atuando na EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Conforme mencionado anteriormente, ela e o marido se conheceram muito jovens e se casaram por volta dos 20 anos de idade. Embora não tenha fornecido muitos detalhes, informou que ele trabalhou como bancário durante muitos anos e atualmente é aposentado, assim como ela.

Além disso, conta que no início da carreira, quando precisava viajar para chegar até a escola onde atuava, era o marido quem a acompanhava até a parada de ônibus, já que devido à distância precisava sair de casa de madrugada.

Segundo ela, sempre contou com muita harmonia no casamento. Em um primeiro momento confessa que o marido se preocupava com a atuação no movimento sindical por achar perigoso, mas diz que com o tempo *“consegui trazer ele mais para o meu lado e a minha filha também. Mas o meu filho não muito.”* (Itamara, 2022)

Ela e o marido tiveram um casal de filhos, chamados Rodrigo e Aline. O filho é o mais velho, nasceu dois anos após o seu casamento, já a filha é seis anos mais velha que o irmão. Ela afirma que a escolha pela espera em ter a filha ocorreu devido aos desafios que encontrava em conciliar o cuidado com o filho, o trabalho e a atuação sindical, mesmo que tivesse uma rede de apoio, formada por uma irmã mais velha e, em um determinado momento, uma babá.

Conforme mencionado acima, ela comenta que conseguiu trazer o marido e a filha para “o seu lado” mas o filho não. Nesse momento ela se refere às diferenças de posicionamento político entre ela e o filho, o que não acontece com o marido e a filha, que embora não estejam inseridos no movimento sindical, apoiam a sua participação e estão de acordo com as suas ideologias.

A filha vivia na cidade no momento da entrevista, tem um filho e administra, junto com o companheiro, a pizzeria que Itamara e o marido abriram há cerca de 15 anos atrás. Enquanto isso, o filho mora em Florianópolis com a esposa, trabalha com consultoria e é pai de duas meninas pequenas.

Atualmente Itamara, juntamente com o marido, se divide entre as duas cidades, Bagé e Florianópolis, procurando passar mais tempo com os filhos e netos, além de cuidar da irmã mais velha. Por fim, embora ainda atue no 17º Núcleo, especialmente no Departamento dos Aposentados, destaca que, assim como as demais colegas, coloca-se como oposição política à diretoria atual da instituição em Bagé.

3.5 Nara Maestri: “Eu vou morrer na luta.”

Nara foi a última das participantes a ser entrevistada. O convite para participar da pesquisa foi, assim como nos demais casos, feito através de uma mensagem no *Whatsapp*. Ela foi indicada por uma de suas colegas, que já havia comentado que eu entraria em contato.

Assim como a maioria das colegas, preferiu ser entrevistada em um café no centro da cidade, próximo a escola de cursos preparatórios onde trabalha atualmente. Vale destacar que, nessa mesma escola, ela havia sido uma das minhas professoras de redação, cerca de 8 anos atrás, quando frequentei o curso preparatório para o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).

No entanto, embora a tenha visto diversas vezes em sala de aula, nunca pudemos conversar ou ter uma relação próxima. Por esse motivo, ela não se recordou de mim até que mencionei ter sido sua aluna alguns anos atrás.

Sendo assim, nosso primeiro encontro ocorreu no dia 11 de maio de 2022, uma tarde de clima quente, com sol forte e céu claro. Nos encontramos no café combinado e conversamos por pouco mais de uma hora.

Nara é uma mulher branca, de estatura média, com cabelos pintados de loiro escuro, de comprimento pouco abaixo dos ombros, olhos castanhos e usa óculos. De algum modo, o seu tom de voz, embora firme, por vezes parece quase rouco, como se entregasse o longo período que exerce a profissão.

Além disso, é uma mulher divertida. Em certos momentos não se recordava de alguns detalhes, confundia datas ou nomes e se divertia com os próprios erros, provocando risadas. Sendo muito extrovertida e gostando de conversar, parece fazer amigos por onde anda e, por isso, durante as entrevistas alguns ex-alunos chegavam até a nossa mesa ou a cumprimentavam de longe.

Atualmente é professora em um curso preparatório e trabalha como revisora de textos de nível acadêmico, como Trabalhos de Conclusão de Curso e Monografias. Além disso, foi professora na rede estadual por mais de quarenta anos e atuou em diferentes Núcleos do CPERS/Sindicato ao longo de sua vida.

Sua história de vida passa por diferentes cenários. Nara nasceu em Porto Alegre, assim como os irmãos, dois homens e uma mulher. Sua família era humilde mas nunca passaram dificuldades, o pai era comerciante e a mãe dona de casa, além de também trabalhar com o marido no negócio familiar.

Meus pais, naquele tempo, não estudavam muito, né? Mas meu pai e minha mãe sempre foram muito batalhadores, são pessoas que eram de muita luta. E eu lembro que eles tiveram, construíram por eles mesmos, né? Mas sempre, sempre incentivando... Nos incentivando a estudar. Eles eram assim ó, meu pai se fazendo, começou com uma venda. Aquelas vendas de bairro, sabe? Depois ele construiu um mini, vou ter dizer, um mini mercadinho, né? Depois ampliou um pouquinho, e ele sempre com a minha mãe, trabalhando junto, que era nossa casa. (Nara, 2022)

Ela conta que, devido às condições econômicas dos pais, todos os filhos estudaram em escolas públicas. No entanto, no momento de dar início aos estudos na Escola Normal, seu pai, através de um padre amigo da família, consegue uma bolsa de estudos em uma escola católica da rede privada onde ela será professora após concluir os estudos no magistério.

Assim como Delcimar, a imagem do pai aparece diversas vezes durante seu relato. Enquanto isso, a mãe é mencionada poucas vezes, embora a descreva como uma pessoa neutra e fechada, mas com um coração grande.

A minha mãe era uma pessoa muito passiva, ela ficava neutra. Não era uma pessoa que fosse agressiva mas ao mesmo tempo ela era... Essa neutralidade fazia dela uma pessoa muito fechada, ela não dava muita abertura para gente conversar com ela, aqueles assuntos. Eu tinha... Sempre tive muito mais liberdade de conversar com meu pai. Mas era [a mãe] uma pessoa boa, de um coração assim, enorme, né? (Nara, 2022)

É interessante observar, não só o cenário mas o papel que ocupam as mães na história de vida das entrevistadas, principalmente para Delcimar e Nara. Mais uma vez a figura da mãe está ligada ao cuidado com os filhos, parecendo alheia às decisões, assim como as conversas e trocas de opinião. Além disso, são caracterizadas com adjetivos generalizantes, por vezes parecendo ocupar papel de coadjuvantes nas histórias de vida de suas filhas.

Embora tenha crescido durante um período repressivo, sua infância e juventude se caracterizam como um momento muito próximo à atuação política, primeiro em função das ideologias do pai e, logo em seguida, em função da sua própria atuação no movimento estudantil, político e sindical.

E eu tenho lembrança também assim, né? E talvez por isso esse meu engajamento muito político dentro do sindicato. Meu pai sempre foi muito politizado, ele via muito. O pai era adepto do Brizola, né? Quando o Brizola foi para o Uruguai, meu pai foi atrás. E ele cedia um espaço que tinha nesse mercadinho que ele foi ampliando lá em casa. Nós ficamos com um espaço muito grande lá nos fundos e ele cedia para encontros, comícios. Então na época da ditadura ele chegou a ser preso, ele não chegou a ser torturado, mas ele chegou a ser levado para um quartel que tinha lá perto de casa. A gente morava lá no bairro Ipanema e ele chegou a ser levado para um quartel lá. E eu acho que por isso aí eu, acompanhando muito de perto essas atividades do meu pai, em seguida já me filiei a um partido político. E a gente, automaticamente, se tu tem essa visão, tu te engaja na atividade sindical, tu valoriza o trabalho e tudo. (Nara, 2022)

Nesse momento ela tinha cerca de 10 anos de idade e atualmente, com 70 anos ainda se recorda com detalhes do momento difícil que a família passou e, sobretudo, do medo que sentiu.

Eu me lembro, que já tinha, foi em 1963 ou 1964, eu já era bem grandinha. Eu lembro dessa parte de quando eles chegaram lá em casa para levar meu pai. Eu tinha 10 anos, né? Já era bem grande, eu já assistia de perto. Mas foi uma coisa que me marcou porque eu, mesmo pequena, eu via o que acontecia, o que começou a acontecer com as outras pessoas mais adiante. Eu tinha medo que voltasse, mas depois eles não pegaram mais... Mas ele era bem engajado nessa parte, eu tinha medo que acontecesse

alguma coisa com ele, porque tu viu depois, mais adiante, o que aconteceu, as pessoas eram torturadas. (Nara, 2022)

Nara diz que a ditadura civil-militar esteve presente *“todo o tempo”*, fazendo referência a toda sua infância e juventude. Ainda assim, ela se engaja no movimento estudantil, *“embora naquele tempo não existisse muita atividade estudantil devido à repressão.”* (Nara, 2022)

Após concluir a Escola Normal, ela dá início aos estudos na graduação. O ingresso no curso de Letras na UFRGS é a realização de um sonho, já que sempre gostou muito de escrever e dizia a todos que esse era o caminho que desejava seguir.

E eu sempre gostei muito. Eu sempre dizia: “Eu vou ser professora de Português.” Aí fiz o curso normal, fiz o estágio em colégio, e eu tinha aquela visão. Eu dizia: “Ó, eu vou fazer Português. Eu quero ser professora de Português.” (Nara, 2022)

A entrevistada não dá muitos detalhes sobre a juventude além de mencionar que ao ingressar na UFRGS a aproximação com o movimento estudantil se intensifica, assim como o político. Nesse momento também ela toma a decisão de se filiar ao Partido dos Trabalhadores na sua cidade natal, Porto Alegre.

Ainda que contasse com o apoio financeiro dos pais, comenta que começou a trabalhar antes de terminar a graduação e, por isso, muitas vezes não podia fazer a quantidade de disciplinas que gostaria. Além disso, quando estava terminando a graduação decide se casar e logo precisa trancar a faculdade para ir morar em Caxias do Sul com o então marido.

Nesse período havia começado na rede estadual em Porto Alegre, com um contrato de 20 horas. Segundo ela, um pouco antes da mudança de cidade conversando com conhecidos conseguiu transferência para Caxias do Sul, onde seguiu trabalhando como professora de Português.

Nara vincula-se ao CPERS/Sindicato no final da década de 1970, mais especificamente ao 39º Núcleo (Porto Alegre), na sua cidade natal. No entanto, devido a profissão do marido, passa a viver em diferentes pontos do Rio Grande do Sul. É este contexto que possibilita que sua experiência sindical seja diversa, já que ela é a única das entrevistadas que chega a atuar em mais de um Núcleo da instituição. Para ser mais específica, foram eles: o 39º Núcleo de Porto Alegre, o 1º Núcleo de Caxias do Sul, o 8º Núcleo de Estrela e o 17º Núcleo de Bagé.

Entre eles, destaca-se a atuação no 17º Núcleo já que, segundo ela, a passagem pelos demais espaços foi relativamente breve, sem ter chegado a ocupar cargos ou funções específicas dentro da instituição.

Diferente das demais colegas, seu envolvimento com o CPERS/Sindicato tem início no final da década de 1970, em Porto Alegre. Porém, a participação no 17º Núcleo é considerada por ela a mais intensa e de maior duração, tendo início no começo da década de 1990 e persistindo até hoje. É neste espaço que ela consegue construir uma história de luta mas também de muitas amizades e companheirismo.

No 17º Núcleo, ela teve a oportunidade de atuar em diversos cargos. Primeiro como secretária, posteriormente também foi tesoureira em cerca de três direções diferentes, sendo a mais atual com a colega Delcimar, que começou por volta de 2017 e é estendida devido à pandemia de Covid-19. Além disso, também destacou a participação em chapas não eleitas, como foi o caso da última eleição.

Seu relacionamento com o ex-marido dura cerca de 20 anos e se desgasta devido às diferenças entre os dois, principalmente sobre a sua atuação política e sindical, chegando ao fim no início da década de 1990 quando chegam à Bagé. Segundo ela, o casal tinha opiniões muito contrárias com relação à política, ao sindicalismo e também à questões de gênero.

Nara diz que o marido era uruguaio e trabalhava no meio rural, mais especificamente com Engenharia Agrônômica, atuando em instituições que se dedicavam à criação de suínos e ovinos. Sendo assim, precisavam mudar de cidade com frequência e ela, assim como as filhas, sempre o acompanharam.

O casal teve três filhas e embora tenham se divorciado, ela comenta que têm um relacionamento amigável, ainda que tenham passado a não ter um contato próximo, tendo em vista que as filhas já são adultas.

Sobre as filhas conta que as três se formaram e atualmente moram em outras cidades com suas famílias, duas delas no Rio Grande do Sul e outra no Nordeste. Além disso, no momento da entrevista, Nara tinha quatro netas, com as quais têm um relacionamento próximo, mesmo com a distância entre as cidades.

No momento da entrevista, embora já fosse aposentada, ainda trabalhava como professora em uma escola de cursos preparatórios. Também segue atuando no 17º Núcleo, principalmente no Departamento dos Aposentados, embora tenha confessado certo afastamento devido à divergências políticas com a nova direção.

Capítulo 4. Professoras sindicalistas: significados, desafios e tensões

Este capítulo tem como objetivo apresentar as análises das entrevistas realizadas com as professoras sindicalizadas do 17º Núcleo do CPERS/Sindicato. Mais especificamente, buscar-se-á responder ao objetivo geral da pesquisa que procura analisar como se constituíram as trajetórias femininas de professoras sindicalistas atuantes no 17º Núcleo do Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS/Sindicato). Além disso, busca-se compreender questões como o que significa ser mulher sindicalista, e também averiguar quais seriam as possíveis implicações da atuação dessas mulheres no movimento sindical no âmbito pessoal e profissional de suas vidas.

Embora a pesquisa tenha como base a história de vida dessas professoras sindicalizadas, é o segundo encontro que fornece grande parte dos dados utilizados no desenvolvimento deste capítulo, por centrar-se na relação que estabelecem com o espaço sindical. Além disso, parece ter havido nessas entrevistas maior interação, já que nesse momento parte de suas trajetórias, assim como os nomes e características dos personagens nelas inseridos eram também familiares a mim.

Isto é, a reserva ou certa inseguranças que já eram pequenas quando nos conhecemos, nesse momento havia se tornado ainda menores. Ao mesmo tempo que contavam suas histórias de vida atreladas ao sindicato, me perguntavam se eu me recordava de uma história ou de uma figura que haviam mencionado anteriormente, fazendo questão que eu compreendesse o episódio que era narrado.

Esse novo encontro ocorreu no mesmo local indicado por cada uma delas quando da primeira entrevista, tendo sido agendado cerca de uma semana proximamente após a primeira. No entanto, além de ser distinto pela proximidade que desenvolvemos, houveram também outras diferenças que marcaram essas entrevistas. Entre elas está o próprio roteiro de questões, que agora contava não só com um número maior de perguntas, como essas também tinham um caráter mais específico. Esse último detalhe, acabou por prolongar a duração das entrevistas, chegando a uma média de 80 minutos.

4.1 O significado da atuação sindical

Para extrair o significado que a atuação sindical teve na história de vida desse grupo de mulheres é necessário considerar que as narrativas estão apoiadas, sobretudo, em sua memória. Por mais que essa possa parecer uma tarefa complexa, tendo em mente a constante atualização da memória, o segundo encontro realizado com as entrevistadas expôs lembranças relativamente estáveis e muito similares entre elas.

De acordo com Halbwachs (1990), isso acontece quando a memória de um grupo é reconstruída a partir de uma “base comum” (Halbwachs, 1990, p. 34). Isto é, quando as lembranças não deixam de concordar entre si e há diversos pontos de contato entre uma e outra, como parece ser o caso das entrevistadas.

Isso pode ocorrer já que grande parte de suas identidades parecem ter sido construídas a partir de uma relação estreita com o movimento sindical, mais especificamente o 17º Núcleo do CPERS/Sindicato, que faz parte das suas identidades e no qual seguem atuando ainda hoje. Sendo assim, embora sejam mulheres idosas, suas lembranças não são apenas cenas de um passado distante, mas realidade vivida no presente.

Através do relato das participantes, foi possível observar que a participação no CPERS/Sindicato aparece como característica quase inerente da sua identidade, já que quando foram perguntadas sobre o momento em que se associaram ao 17º Núcleo, nenhuma delas soube precisar a data exata ou aproximada. Todas elas responderam à pergunta afirmando que não se recordavam mas que “sempre fizeram parte” ou “sempre atuaram”.

Algo similar ocorre quando questionadas sobre a motivação para inserção no movimento sindical. Nenhuma das participantes apresentou uma causa específica, mas todas afirmaram “sempre ter achado importante” ou “sempre ter tido consciência da importância da organização coletiva de uma classe”.

Outro ponto que chama à atenção é que a grande maioria das lembranças conectadas ao CPERS/Sindicato são demasiadamente positivas. Isto é, mesmo que houvesse diversos desafios para a inserção e atuação no ambiente sindical, como pontuado no capítulo três, este espaço teve um impacto significativo na vida dessas mulheres. A exemplo do que afirmam:

Eu sei que o sindicato abriu meus horizontes no sentido de ver as coisas, de perceber, de entender, sabe? Para mim, o sindicato foi o abrir dos olhos,

sabe? De enxergar as coisas de uma forma diferente e sempre percebendo que a educação é importante, mas não tem educação sem saúde, sem segurança. Não tem educação sem moradia. Então eu adquiri essa visão dentro do sindicato. (Delcimar, 2022)

Mas eu vou te dizer, a gente se envolver com sindicato, tu cria uma paixão. Eu digo às vezes, isso já é uma doença. (Risos) (Delcimar, 2022)

Eu achava apaixonante a luta. Depois eu ia, recuperava *[as faltas]*, não me importava. E eles diziam *[os colegas de trabalho]*: “Ah, essa guria veio lá de Bagé, no sábado!” Mas eu não me importava. (Gladis, 2022)

Os relatos de Delcimar e Gladis dialogam com o que foi apontado no capítulo anterior, por expressarem que apesar de todas as ressalvas e desafios, “o sindicalismo foi para muitas mulheres, um espaço de solidariedade, de sociabilidade, de abertura para o mundo e de tomada de responsabilidade” (Perrot, 2019, p. 150).

Para mim significou assim ó, eu saber que eu tenho forças, que eu estou fazendo parte, de continuar lutando. E eu sempre digo, eu vou morrer na luta. E isso significou, como eu te disse, um amadurecimento muito grande, uma consciência tranquila. Eu sempre coloquei assim ó, eu participo de todas as lutas. Porque a luta não é só fazer greve, porque a pessoa pode pensar que lutou por ter feito greve mas não é assim. É tu tentar levar para as pessoas uma palavra, alguma coisa. (...) Então me mostrou assim ó, significou eu saber que eu era capaz. (Nara, 2022)

Desse modo, através do relato de Nara e Delcimar, assim como na história de vida das demais entrevistadas, foi possível observar que a participação no sindicato contribuiu não só para o seu desenvolvimento profissional, como também pessoal e profissional.

É uma realização como pessoa e como profissional. Porque eu vejo que eu cresci. (...) É uma realização pessoal, é uma realização profissional. É um reconhecimento que tu tá no caminho certo, que tu tem que lugar, que a educação tem que ser defendida pelos educadores. Nós, educadores, temos que defender, porque nós é que temos a noção e sabemos da importância da educação. (Delcimar, 2022)

Considerando que a esfera pública e política foi, durante muito tempo, inacessível para as mulheres, sentir-se à vontade nesse ambiente não foi algo fácil para esse grupo. Delcimar, Itamara e Regina lembram da insegurança que sentiam ao falar em público, participar de congressos ou até de ocupar cargos que exigissem certa visibilidade dentro do próprio sindicato.

Eu ajudava nas escolas, eu ajudava em tudo. E eu achava assim, que eu não podia participar. Porque no CPERS tem uns Congressos do CPERS, que ocorrem a cada três anos. Eu ficava e as pessoas iam. Aí um dia conversando com a Regina ela me disse assim: “Mas porque?” E eu digo: “Não, isso não é pra mim” (...) E eu achava que o meu chão era aquele nas

escolas, visitar os municípios. (...) Aí chegou um Congresso e ela me disse: “Tu vai te inscrever!” Aí eu fui e a partir daí, depois de um... Aí tu sabe toda a organização do sindicato, né? Tem os conselheiros, têm os suplentes, tem não sei o que. E eu era suplente de um professor lá e ele foi embora para Bento Gonçalves, e aí eu fiquei no lugar dele. E a partir daí eu comecei a ter mais atividade. (...) Lá *[nos Congressos]* tem debates sobre Educação, sobre Política, sobre tudo. É um leque que te abre os horizontes. E aí tu percebe que aquilo é interessante e que tu tem que assimilar aquilo. É muito importante para a tua vida, para o teu crescimento. (Delcimar, 2022)

No início, não, porque eu não tinha o que falar, mas depois com conhecimento... Porque no início tu não tem conhecimento, aí tu começa a ler, aí tu começa a te inteirar, aí tu começa a participar das assembleias, tu começa a participar dos encontros em Porto Alegre, onde a grande maioria era um de cada lugar, com pensamentos diferentes, depois tu começa a formar uma... A ter um pensamento, porque tu só pode falar aquilo que tu acredita, aquilo que tu sabe, então, quando tu entra, tu fica muito por fora, assim, até no início, eu acho que eu não tinha ideia que eu tinha tantas qualificações dentro do sindicato, tu acha que tudo é uma coisa só, e não era, até tu entender isso aí... Depois que eu comecei a estudar, comecei a me inteirar mais nos assuntos, saber qual era o meu lado, em que facção eu estava. (Risos) É, é bem assim. Aí sim eu tinha condições. Em Porto Alegre foi muito pouco, porque eu nunca fui a principal. E eu nunca falei lá em Porto Alegre, só em pequenos grupos, mas assim, em grupo grande não. Mas aqui eu sempre fazia, na escola ou quando tinha eventos na praça, eu sempre falava. Mas isso depois que eu comecei a aprender, porque no início eu não me sentia confortável. (Itamara, 2022)

Em 1987 acontece a primeira greve em que eu participo do magistério. Dá para perceber que eu falo muito e passei a falar, estudar, a participar de eventos e enfim. Tivemos uma longa greve de 96 dias, né? Eu entrei para um outro mundo, o mundo sindical. E esse mundo sindical, ele abre as portas para quem quer entrar. (Regina, 2022)

Vale destacar que anos depois, tanto Regina como Delcimar foram eleitas diretoras do 17º Núcleo, estando à frente da instituição em mais de uma ocasião. É interessante observar a superação do receio de falar em público e atuar ativamente em espaços públicos ou em cargos de destaque, o que anos atrás parecia impensável para elas.

Entre tantas mudanças ao longo de suas vidas, quando interpeladas se houve algum momento de distanciamento ou ruptura com o movimento sindical, praticamente todas as entrevistadas foram enfáticas ao responder que não, apesar de terem confessado passar por momentos de questionamento sobre o sentido da própria atuação.

De todas as participantes da pesquisa, Delcimar foi a única que comentou ter pensado em afastar-se do sindicato permanentemente. Ela destaca que isso ocorreu devido a uma série de fatores que a deixaram frustrada.

Tentei e não consegui *[afastar-se do sindicato]*. (Risos) Tentei. Sabe assim, eu falava, falava, falava e os professores não me ouviam. Aí houve uma paralisação, não sei, uma greve, e eu disse: “Não vou participar!” E ficaram todos enlouquecidos. Me disseram: “Como assim?” E eu digo: “Eu vou parar se toda a escola parar.” Acho que vou até... Não vou me desassociar do sindicato porque o sindicato precisa dessa miséria porque é 1% do básico, 2% do básico que tu paga. Mas eu não vou mais! Olha, foi uma função. Até pra Porto Alegre eles ligaram pra fazer greve. Aí todo mundo fez mas voltaram depois de uma semana em greve. E eu continuei, eu e mais 3 (...) E depois eu tive a gestão, agora essa última. Iniciou no governo Sartori e também fiquei mais quatro anos de novo, porque veio a pandemia. (...) E aí depois eu já estava cansada e nós perdemos *[a reeleição]*. E nós perdemos por 10 votos. Aí eu disse para ela *[Gladis]* assim ó: “Ah, eu vou enrolar a minha bandeira. Eu não quero.” Aí a diretoria do CPERS me disse: “Não, mas tu não pode. Nós temos que ter alguém que lute. Não que os outros não vão lutar mas...” Aí eu disse: “Tá, eu vou ficar mas só esse ano então.” (Delcimar, 2022)

No entanto, no momento da entrevista, o período de um ano mencionado por ela já havia acabado, e havia assumido novamente o lugar de Conselheira 1/1000. Em contraste com seu próprio relato, a entrevistada, mesmo aposentada, segue participando das atividades propostas pela entidade e, segundo as colegas, é a mais ativa do grupo atualmente.

A gente agora dia 13 vai para Porto Alegre, vai ter a Marcha dos Aposentados. Os professores aposentados estão fazendo uma manta de tricô, a gente está fazendo tiras de 13 centímetros e 2 metros para facilitar, e é chamada de Tricô da Indignação. Tu vai tricotando e vai pensando em tudo, quando tu começou a estudar, quanto tu escolheu a profissão, quando tu entrou na escola, coisas assim. Tu imaginava que tu ia trabalhar e ia ter uma aposentadoria ou um final de vida digno, né? E a gente está perdendo todos os nossos direitos, de ter que pagar Ipê, vai ter que voltar a pagar a previdência. (Delcimar, 2022)

Sendo assim, entre tantas vivências a relação com o sindicato parece ser uma das mais duradouras de suas vidas. Talvez por esse motivo, muitas de suas lembranças com relação à instituição sigam preservadas mesmo diante do constante processo de atualização e ressignificação da memória.

Um outro ponto que parece dar significado à ação desse grupo de professoras no 17º Núcleo do CPERS/Sindicato são os relacionamentos que foram construídos ao longo dessa trajetória.

Olha, fiz amizades para a vida toda, né? Dentro do sindicato, que até agora eu considero parceiras, amigas. A gente se encontra ainda, e a gente acredita nas mesmas coisas, e aí é fácil. (...) Mas as amigas que eu consegui nesse movimento todo, isso aí é para a vida toda. São pessoas que eu carrego comigo. São pessoas que a gente convive até na casa da gente, então é uma amizade importante. (Itamara, 2022)

Pra mim, assim ó, eu acho que, eu sozinha não faria nada. Então, eu tendo esses meus colegas que estão na mesma luta, na mesma batalha comigo,

a gente consegue muito mais. Porque como diz, né? Uma andorinha só não faz verão. (...) Então eu sou sindicato, aquilo que eu quero eu tenho que tá junto e eu tenho que batalhar junto. (Itamara, 2022)

Olha, eu construí o sindicato com muitas amizades. Eu criei muitas amizades. Tem pessoas que eu conhecia, que eu convivia, mas eu tenho pessoas que participam dos aniversário dos filhos, dos netos, sabe? De vez em quando a gente se encontra, vem tomar um chá aqui, agora não tanto porque a coisa está mais difícil. Nesse período de Covid a gente se separou um pouco, mas a gente está voltando novamente. A gente cria muitos relacionamentos no sindicato. E vou te dizer, eu acho que até mais que dentro de uma escola porque é um caso de ter afinidade, de ter os mesmos objetivos. Tem pessoas que eu conheci dentro do sindicato e até hoje eu tenho o convívio. (Delcimar, 2022)

É importante destacar, inclusive, que grande parte das histórias compartilhadas ao longo do processo de realização das entrevistas se misturam, perpassando por vivências comuns entre as professoras sindicalistas, Regina, Delcimar, Gladis, Itamara e Nara, todas participantes da pesquisa.

Entre tantos momentos partilhados, o estreitamento das relações pela experiência sindical somado ao fator de gênero é evidenciado, uma vez que nenhum homem sindicalista é mencionado nessas narrativas. Quando questionadas sobre a participação de colegas sindicalistas homens, todas as entrevistadas afirmaram ser uma minoria pouco participativa, sendo classificados por Delcimar como pessoas que “não incomodam”.

Sobre as colegas mulheres, as palavras utilizadas são muito positivas. Delcimar destaca o apoio da amiga e companheira Gladis, que fez parte da última chapa liderada por ela para disputar a diretoria do 17º Núcleo ou a motivação que Delcimar encontrou em Regina para participar dos congressos do CPERS/Sindicato. Enquanto Nara lembra com carinho a visita que recebeu das agora companheiras, quando chegou em Bagé e foi convidada para participar da instituição ou quando Itamara afirma que “sozinha não faria nada.” (Itamara, 2022)

De acordo com Pollak (1992) a relação entre memória é estreita, por isso o indivíduo é capaz de construir uma noção de si próprio, que possa ser aceita tanto por ele como pelos demais. Por esse motivo, observa-se que esses relacionamentos são importantes não só por questões puramente afetivas, mas também por terem contribuído para a construção de identidade e reatualização da memória, já que uma exerce uma força constante na trajetória de vida sindical da outra.

4.2 Do sindicalismo aos desafios no espaço privado

Segundo Morente (2015), a participação das mulheres como ativistas, ou neste caso como professoras sindicalistas, geralmente é acompanhada por tensões e resistências no espaço privado. Isso ocorre pois seus familiares, sejam seus companheiros ou filhos, interpretam essa atitude como “a quebra de padrões morais familiares ou sociais.” (p. 22)

No caso das entrevistadas, não foi diferente. Quando questionadas sobre a reação da família acerca de sua atuação no movimento sindical, todas as participantes da pesquisa relataram, de uma maneira ou outra, terem encontrado certa resistência ou receio por parte de seus familiares e/ou companheiros.

Quando ele [*o pai*] me viu na rua fazendo uma passeata pela primeira vez ele ficou louco (Risos). Ele dizia: “Que barbaridade essa guria!” Aí quando eu cheguei em casa ele me perguntou: “O que tu estavas fazendo lá?” (Regina, 2022)

Meu pai dizia: “Ah, é muito arriscado vocês irem.” Porque eu ia para todos os eventos do sindicato. Mas eu nunca desisti. (...) Então a gente sempre discutia esse assunto, mas sem briga. Eu nunca deixei de me posicionar e ele também não. Segui fazendo e ele sempre dizendo: “Te cuida, isso é perigoso.” Pra ter cuidado, mas nunca proibindo nem nada, até porque eu não ia permitir. (Risos) (Itamara, 2022)

Tu sabe que a sociedade é muito machista. Graças a deus o meu pai tinha mente aberta. Mas teve um primo meu que disse assim: “**Sindicato?**” Com aquela cara, achando um absurdo. E eu dizia: “Sim! Sindicato sim! Nós somos do sindicato!” (Delcimar, 2022)

Ele [*o marido*] nunca gostou. A família dele era lá do Uruguai e eles eram bem tradicionais, porque a mãe dele era muito do lar, muito submissa, fazia tudo para o pai dele. E ele achava que eu tinha que ser igual. Ele achava que mulher não tinha que andar fazendo essas coisas. (Nara, 2022)

Sobre esses relatos, primeiramente é interessante observar como as entrevistadas, de modo geral, mencionaram apenas a opinião dos homens, mesmo que a pergunta indagasse sobre a percepção da família. Sendo assim, quando interpeladas especificamente sobre a reação de suas mães, a grande maioria apresentou poucos detalhes, dando a entender que elas não expuseram suas opiniões da mesma maneira que os pais ou companheiros fizeram.

É importante destacar os relatos de Regina, Delcimar e Nara, pois eles demonstram claramente a resistência à ideia de que as mulheres de sua família participassem do movimento sindical. Parecendo haver, inclusive, um choque de expectativas por parte deles nesses três relatos, já que ficam desconcertados ao

saberem da atuação sindical delas. O que, logo em seguida, transforma-se em reprovação, já que parece haver a impressão de que estavam fazendo algo errado.

Já sobre o caso de Nara é fundamental enfatizar a relação dela e do marido. Conforme mencionado no capítulo três, segundo ela, os dois tiveram muitas discussões devido ao seu envolvimento no movimento sindical e posicionamento político, o que gerou muito desgaste no casamento, até sua separação.

Uma vez eu estava fazendo uma passeata na Sete aqui em Bagé e nós passamos ali na frente da ARCO, onde ele trabalhava na época. Eu tava bem na frente, segurando uma faixa e os colegas dele me viram passar ali. Quando cheguei em casa ele me disse: “Os caras lá do trabalho falaram que te viram passar lá na frente, que a minha mulher andava na rua, envolvida em manifestação.”(Nara, 2022)

A partir desse relato, é possível observar que a atuação de Nara no 17º Núcleo, parece ser motivo de certo constrangimento para o marido, perante os colegas de trabalho. Afinal, era “sua mulher” que não só atuava no espaço público, como também participava de manifestações sindicais.

Já Delcimar, que relatou a reação negativa de um primo, contava com o apoio do pai para seguir em frente, mesmo que ele próprio fosse alvo de pressão de outros homens da família e da própria diretora da escola onde a filha trabalhava.

Assim ó, essa crítica, essa pressão, eles tentaram no início mas não comigo. Para ti ver, o machismo era com meu pai. Era com o meu próprio pai que eles falavam: “Mas essa guria no sindicato?” E eu tinha 22 anos e dizia: “Ai, que bom que eu sou guria até agora.” (Risos) Um preconceito! Eles diziam: “Da onde já se viu essa guria no sindicato?” (Delcimar, 2022)

A **primeira** greve [fazendo referência à greve de 1979] que teve eu fui. Aí sabe que a diretora da escola foi lá em casa dizer para o pai que ela estava muito preocupada comigo. Ela disse para o meu pai: “O senhor imagina, ela pode perder o contrato e ela está fazendo faculdade.” E o meu pai disse: “Mas eu não posso impedir. Se ela tem essa visão é porque ela tem consciência que para mudar e para crescer ela tem que lutar. E eu não sabia disso, ele **não me contou**.” (Delcimar, 2022)

Em ambos os casos, tanto a diretora como os familiares, em nenhum momento parecem ter abordado Delcimar diretamente para conversar ou até mesmo repreendê-la. No entanto, procuravam seu pai, a figura masculina de autoridade, para que ele interviesse na situação de alguma maneira. Como bem expressa Delcimar: “Era uma questão de gênero, se eu fosse homem não haveria problema”. (Delcimar, 2022)

Já Itamara comenta que o marido, assim como seu pai, demonstrava certo receio da sua atuação sindical devido aos enfrentamentos com a polícia, mas que

nunca se opôs. Atualmente ela afirma ter conseguido trazer o marido e a filha “para o seu lado”, embora o filho ainda demonstre certa resistência:

No início ele [o marido] não concordava muito, ele falava que era arriscado, ele achava que iam me... Que eu ia para eventos e coisas perigosas... então ele pedia que eu tivesse cuidado e tal, mas ele nunca interferiu. “Não vai” ele nunca disse. (...) Se eu eu digo: “Bah, hoje tal coisa aconteceu no sindicato, não sei o que.” Ele participa dando a opinião. Então a gente nunca teve briga em função disso. Graças a Deus. (Risos) (Itamara, 2022)

Já Regina e Gladis destacam nunca ter tido problemas com os companheiros e encontraram neles, muitas vezes, o apoio que precisavam. Inclusive, conforme foi mencionado no capítulo três, Regina conheceu o atual marido “*em plena campanha*”, como fez questão de destacar, afirmando que ele sempre soube de sua atuação sindical. Gladis comenta que o marido, juntamente com sua mãe, era um dos responsáveis por cuidar das filhas, quando ela se locomovia até Porto Alegre com o 17º Núcleo.

Quando indagadas sobre o contexto geral, com relação às demais companheiras de sindicato, a maioria das entrevistadas comentou perceber a falta de apoio dos companheiros, fosse financeiro ou no cuidado com os filhos.

Eu acho que sempre foi bem complicado, entende? Porque, eu acho, que tem muita gente que não tem apoio do marido, muita mãe solteira, dentro da nossa profissão, né? Mas na época que os meus eram pequenos e os delas também, né? A gente ganhava um pouco melhor, e se a gente fosse casada ganhava melhor ainda porque o marido juntava, então sempre teve o dinheiro todo junto, a gente sempre teve tudo em conjunto, não é o “meu dinheiro” e o “teu dinheiro”, é o “nosso dinheiro”, sempre foi assim, então quem tinha isso, tá tranquilo, agora quem não tinha (Itamara, 2022)

Muitas [colegas do sindicato] eu acho que tinham mas não declaravam a pressão do marido. Porque a gente ia para Porto Alegre e, às vezes, a gente ficava lá para pressionar os políticos, ou vinha de madrugada. (...) E muitas vezes quando era, quando elas sabiam que poderia ficar, a maioria das mulheres não ia. Eu vi professoras da minha escola que entravam em greve, depois começava a greve, a gente ficava... Aí era pressão do marido, só que era uma coisa camuflada, elas não abriam. (Delcimar, 2022)

Mas eu acredito que tinha [pressão dos companheiros], mas elas não externavam. A gente percebia, como eu disse antes, que a gente ia para Porto Alegre, ia e voltava mas tinha que ser um grupo, elas nunca estavam naquele grupo. E a gente até entende, umas até tinham filhos, mas também não era... Eu não tive nada assim ó, de concreto, mas eu tenho certeza que era por pressão do marido pra não ficar. (Delcimar, 2022)

A gente sabia que tinham umas que começavam a greve mas se ficava muito longa acabavam tendo que abandonar porque os maridos mandavam. (Gladis, 2022)

Embora essas mulheres tivessem a possibilidade de se inserir no movimento sindical, assim que a situação econômica e as jornadas de trabalho entrassem em

jogo, muitas eram obrigadas a abandonar o movimento sindical, ou o espaço público, para retornar ao espaço privado e as atividades relativas ao cuidado com os filhos e a casa.

Além disso, vale destacar as subjetividades implícitas nas relações de gênero. Embora algumas mulheres não expressassem de maneira direta as imposições sofridas, isso não quer dizer que elas não existissem. Se por um lado algumas delas encontraram formas de superá-las, para outras houve a impossibilidade de reagir e lutar diante das demandas impostas pela sociedade de maneira naturalizada, sobre a figura das mulheres.

4.3 Tensões no espaço público

As mulheres tiveram uma experiência histórica muito distinta da dos homens (LERNER, 2019), de modo que sua presença no espaço público durante muito tempo causou desconforto àqueles que estavam presentes (Perrot, 2019). Isto é, sua figura, geralmente ligada à reprodução, ao cuidado dos filhos ou da casa, dificultou ou até impediu seu acesso a diversos espaços sociais.

Entre as experiências sociais em restrição à participação feminina está o movimento sindical, ambiente não só ocupado majoritariamente por homens como composto por atividades que muitas vezes exigiam organização política e atuação na esfera pública, temáticas intencionalmente mantidas à distância das mulheres.

O sindicato tinha o Conselho Municipal de Saúde, na intersindical de Bagé junto... Eu lembro que era um monte de homem, mulheres acho que éramos só nós duas. Mas a gente começou a trabalhar, trabalhar e trabalhar, até que fui eleita presidente da Intersindical de Bagé. Conseguimos fazer um bom movimento de integração no movimento sindical, a ponto de sermos recebidos na época pelo Ministro do Trabalho. (...) E foi muito interessante, aí eu tive uma bela experiência na condição de mulher. Eu fui representando o movimento sindical. Então todos os sindicatos de Bagé, que era o dos Comerciários, da Alimentação, da Construção Civil, do Transporte, do Tural, **todos**, acionaram as suas federações. Para a minha surpresa, quando nós chegamos na sala onde seríamos recebidas pelo Ministro e tinham uns vinte homens mais ou menos. Eu e a Nádia [vereadora] entramos e um deles disse: “Qual de vocês é a professora Regina?” E eu disse: “Sou eu!” E ele me disse: “Nós estamos aqui em nome de todo o movimento sindical reforçar o pedido que vocês vieram fazer.” **Eram os presidentes das Federações.** Só homens, e a Nádia e eu de mulheres. (Regina, 2022)

Eu fui eleita para a Direção Estadual da CUT e nós éramos **muito poucas** mulheres. Eu fiquei pouco tempo nesse cargo porque fui convidada a assumir a Coordenadoria Regional de Educação e aí passei para a Jane,

que era minha vice. (...) E esse quadro hoje muda, né? Atualmente são muito mais mulheres. Eu não cheguei a viver isso dentro do sindicato. (Regina, 2022)

É possível confirmar essa característica predominantemente masculina nos espaços sindicais, a partir do relato de Regina em dois momentos distintos. Nos dois casos são destacadas a presença dos homens em cargos de poder e o contraste com o qual a entrevistada se deparou ao acessar esses lugares, já que os números do 17º Núcleo apontam para um perfil feminino.

No caso de professoras sindicalizadas, o contexto de rechaço parece se tornar ainda mais complexo, já que há uma concepção do magistério diretamente ligado à condição materna (Carminati, 1993). Isto significa que o grupo de mulheres professoras sindicalistas que fazem parte da presente pesquisa, parecem ter passado por um processo duplo de rechaço à atuação no movimento sindical, o primeiro como mulheres e o segundo como professoras.

A nossa profissão é basicamente mulheres, tem pouquíssimos homens. Então as pessoas falavam: “Essas mulheres, o que estão querendo? Não vão para casa, não vão lavar uma roupa.” Era aquela coisa de menosprezo, né? Sempre assim: “O que vocês querem aí? Ficam batendo perna.” (Itamara, 2022)

Ah, uns veem a gente como doida, é que nem aquelas velhinhas da praça na Argentina, sabe? (...) Nós somos vistas como meio doidas, mas estamos direto na frente do Palácio [*Piratiní*]. Quando eles nos veem já dizem: “Lá vem elas, pronto!” (Gladis, p. 2022)

É interessante observar não apenas a resistência à participação feminina em manifestações nas ruas, como também a descredibilidade que o movimento pode apresentar por ser liderado por mulheres. Isto é, Itamara e Gladis, em seus depoimentos, dizem sobre a representação negativa das mulheres sindicalistas perante a sociedade, representações carregadas de estereótipos e posturas tidas como inadequadas.

Quando fazem referência ao voltar para casa, na verdade desejam não apenas que elas retornem ao espaço privado, como também que se ocupem de tarefas consideradas femininas, como lavar a roupa ou cuidar da casa. Além disso, por estarem “fora de lugar” são chamadas de “loucas” e a sua presença em manifestações não passa de “bater perna”.

É interessante observar como a utilização da expressão “bater perna” parece ter como objetivo menosprezar a atuação sindical de um grupo predominantemente feminino. Ao utilizar esse termo ocorre uma tentativa de aproximar seu movimento

reivindicatório a uma atividade que se caracteriza como fútil e que tem como significado andar pelas ruas a esmo, procurando distração ou simplesmente vagando sem um objetivo determinado.

Itamara, Delcimar e Gladis observaram uma resistência ainda maior à sua participação no sindicato nas ruas de Bagé. Segundo elas, no interior essas atividades públicas eram mais perceptivas aos olhos da sociedade, que na maioria das vezes tinham não só palavras depreciativas, como também olhares e risos.

A grande maioria achava que a gente era maluca. Principalmente aqui *[fazendo referência à Bagé]*, em cidade pequena. Em Porto Alegre já não é tanto, quando a gente ia para lá. Mas aqui a gente passava às vezes com as caminhadas que a gente fazia e as pessoas ficavam nas portas rindo. Uma que outra apoiava, batia palma ou buzina. Era raro. (Itamara, 2022)

Conforme mencionado anteriormente, todas as entrevistadas compartilharam lembranças predominantemente positivas sobre sua atuação no 17º Núcleo. No entanto, vale destacar que quando foram indagadas sobre a percepção dos demais sobre o mesmo tópico, o contrário foi encontrado.

Tem o lado negativo que às vezes tu carrega na testa e tem pessoas que acham que tu é uma pessoa não grata, né? Mas para essas pessoas eu digo: “Beijinho no ombro, tá?” Nas escolas tem pessoas que são radicalmente contra. E tu pertencer a um sindicato, tu sabe que as pessoas têm uma visão assim: “Tu pertence ao sindicato, tu é comunista!” (Nara, 2022)

Eu recebi ameaças de ser demitida do diretor da minha escola porque no meu carro tinha um adesivo que dizia: “Fora Neuza! *[fazendo referência à Neuza Canabarro]*” (Regina, 2022)

Este processo de construção de identidade como professoras sindicalistas, se dá em negociação com a reatualização da memória, na qual as lembranças positivas do grupo de mulheres encontra apoio nas percepções e nos personagens do próprio grupo. Enquanto isso, as lembranças de episódios negativos se baseiam em personagens que não pertencem ao coletivo sindical. Segundo Candau (2012), isso ocorre pois o processo de construção da identidade ocorre em meio a uma relação dialógica com a ideia do “eu” (ou do meu grupo) e a ideia do “outro”, ou seja o “não sindicalizado”.

Houveram diversos momentos em que a figura do “outro” foi também aproximada ao Estado ou a seus representantes. Entre eles, destacam-se os governadores do estado do Rio Grande do Sul e a própria Brigada Militar.

Passamos por muito perrengue nessa trajetória. Eu tive nariz a nariz com brigadiano na frente do Palácio Legislativo. Eu não sabia que eu tinha tanta força. Tivemos em pata de cavalo na Praça da Matriz. Faz parte, né? (Regina, 2022)

Vivíamos sob ameaça. As patas dos cavalos por cima da gente foi no governo do Collares. Os brigadianos, nariz a nariz comigo na Praça da Matriz, foi no Collares. (Regina, 2022)

Fui tocada a bala de borracha, a gás lacrimogêneo. Eu não entendo muito de armamento mas não sou muito burra. Quando eu vi que atiraram uma coisa no chão e aquilo fazia um chiado. Sabe um *spay*, um trocinho assim? Eu saí correndo, não ia ficar parada. Até eles estavam sem máscara, sem óculos, sem preparo nenhum. Eles estavam dormindo, nós chegamos às quatro horas da manhã, né? (Gladis, 2022)

Tem gente que caiu, que se pisou a perna correndo. A perna tá até hoje correndo (Risos) (Gladis, 2022)

Porque várias vezes a gente foi pra frente de Piratini e os policiais iam com cavalo e cachorro por cima da gente, não deu nem... E agora por último, era gás de pimenta, era paulada até, colegas que foram machucados. (Itamara, 2022)

O primeiro ponto a ser destacado com relação a esses excertos é a repressão violenta que o grupo encontrava constantemente, especialmente nas atividades desenvolvidas em Porto Alegre. Já que todas as participantes da pesquisa compartilharam lembranças negativas, e até traumáticas, com relação a esses momentos.

Já o segundo ponto diz respeito ao gênero desses atores sociais. Se por um lado o CPERS/Sindicato sempre foi composto majoritariamente por mulheres, por outro a figura do governador e da própria Brigada Militar são, historicamente, cargos predominantemente ocupados por homens.

Por fim, vale destacar o caráter ambíguo observado nas lembranças dos momentos de tensão com os representantes do Estado. Se por um lado, as atividades de luta sindical eram, muitas vezes, reprimidas de maneira violenta, causando medo e sofrimento, por outro esses episódios serviram também para o seu fortalecimento como mulheres professoras.

Considerações finais

Ao longo dos anos, a História das Mulheres vem cumprindo seu papel no sentido de reorientar o interesse e a curiosidade dos pesquisadores e das “pessoas comuns” pelas mulheres e suas experiências como sujeitos e agentes da história. Ainda assim, muito do conhecimento que foi construído sobre o mundo que conhecemos hoje está assentado sobre a ideia de um sujeito universal que, na verdade, era masculino.

Certamente a História das Mulheres ainda não foi escrita para todos os grupos de mulheres. É o caso das sindicalistas do CPERS/Sindicato, uma entidade que nasceu no mês de abril de 1945, fundada por um grupo composto majoritariamente por mulheres professoras, que já no seu primeiro ano de existência reivindicava o ingresso de professoras normalistas nas Faculdades de Filosofia, além de reajustes salariais para a classe. Ao longo dos 79 anos que seguiram, a entidade passou por diversas mudanças, mas o seu perfil permaneceu predominantemente feminino, com percentuais mais atuais demonstrando que 89,72% dos sócios da instituição são mulheres.

Embora desde a década de 1990 o CPERS/Sindicato tenha sido um ponto de interesse para os historiadores, a sua característica majoritariamente feminina não foi evidenciada e, muitos menos, estudada durante muito tempo. Tendo a maioria deles recorrido à ideia de um “sujeito universal” em suas pesquisas, pouco se sabe, especificamente, sobre a experiência e vivência do grupo majoritário da instituição, as professoras sindicalizadas. Neste sentido, a presente pesquisa, que baseou-se na história de vida de professoras vinculadas ao 17º Núcleo (Bagé/RS), mostra que o “ser sindicalizada” não só forma parte de sua identidade e memória como molda ambos aspectos de suas vidas na esfera pública e privada. Uma vez que, nas trajetórias analisadas foram encontrados indícios que expõem o impacto que a atuação sindical teve em outros âmbitos de suas vidas, como o pessoal e profissional. Entre os principais estão a construção de laços afetivos com as companheiras de luta, a atualização da memória e da identidade em função do grupo, bem como a abertura para novas visões de mundo e a tomada de responsabilidade e autonomia.

Através dos seus relatos, são inequívocos também os desafios que encontraram, para sua atuação no movimento sindical do 17º Núcleo do

CPERS/Sindicato. Entre eles está o rechaço da família e da própria sociedade à sua atuação sindical como mulheres e professoras, bem como a dificuldade em manter-se nesse ambiente em meio às demais jornadas de trabalho que enfrentavam, principalmente no que diz respeito ao cuidado com a casa e os filhos.

Além disso, vale destacar também a relevância deste trabalho a partir do recorte histórico lançado através da história do 17º Núcleo do CPERS/Sindicato. A entidade foi fundada em 1979, no interior do estado do Rio Grande do Sul, distante da capital e próximo à fronteira com o Uruguai. Ao longo dos anos, tendo representado não só um espaço de organização e luta dos professores pela educação, mas sobretudo, possibilitando a inserção e atuação sindical à professoras mulheres de pequenas cidades como Bagé, Caçapava do Sul, Lavras do Sul, Pinheiro Machado, Dom Pedrito, Candiota, Hulha Negra e Aceguá.

Sendo assim, espera-se que este estudo, assim como outros de caráter similar, sirvam para fomentar reflexões acerca do perfil real da instituição que têm como fio condutor, ao longo de todos os seus anos de existência, o trabalho ativo de mulheres como Regina, Delcimar, Gladis, Nara e Itamara em todos os cantos do estado do Rio Grande do Sul. É o trabalho, em maior parte feminino, que faz desta a segunda maior entidade sindical da América Latina.

Por fim, tendo vivido a experiência de desenvolvimento deste trabalho através da escuta mas também do riso e das lágrimas, reitero não apenas meu interesse, como meu compromisso em seguir trilhando este caminho. Ao fazer isso, me disponho a ser guiada pela narrativa de mulheres que me permitam ouvir e contar suas histórias de vida, atribuindo a elas significados através da memória e construindo relacionamentos baseados na cumplicidade e no respeito por suas experiências.

Referências bibliográficas

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 2ªed., Rio de Janeiro: Editora FVG, 2004.
- ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Vozes esquecidas em horizontes rurais: histórias de professores**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.
- BANUTH, Raquel de Freitas. **“Mulheres contra os poderosos”: a construção da categoria mulher por um coletivo feminista**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.
- BARELA, Liliana; MIGUEZ, Mercedes; CONDE, Luis Garcia. **Algunos apuntes sobre historia oral y cómo abordarla**. Buenos Aires, Patrimonio e Instituto Histórico, 2009.
- BARROS, José Assunção. História e memória: uma relação na confluência entre tempo e espaço. **MOUSEION**, v. 3, n. 5, p. 36- 67, jan./jul, 2009. Disponível em: https://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/artigos/mouseion/2009_v3_n5/jdbarro_s.pdf . Acesso em: 6 dez. 2019.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta. **Usos e Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BULHÕES, Maria da Graça; ABREU, Mariza. **A luta dos professores gaúchos-1979/1991**: o difícil aprendizado da democracia. Porto Alegre: L e PM, 1992.
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CENTRO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/ SINDICATO. **CPERS/ Sindicato, 50 anos**: Compromisso com a cidadania plena. Porto Alegre: Editora Tchê!, 1995.
- CARMINATI, Fábila Liliã Luciano. **Conflitos e confrontos de mulheres professoras no movimento de greve**. Dissertação Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993.
- CELLARD, André. A análise documental. **A pesquisa qualitativa**: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Editora Vozes, 2012.
- CORREA, João Jorge. A história do CPERS/Sindicato e a construção da sua presença no debate das políticas educacionais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE

- ESTUDOS E PESQUISAS, 7., HISTEDBR, 2006, Campinas, São Paulo. **Anais [...]** Campinas, São Paulo: HISTEDBR, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/J/Joao%20jorge%20correa.pdf. Acesso em: 6 dez. 2019
- CORONEL, Márcia Cristiane Völz Klumb. Pesquisas sobre gênero e sindicalismo docente: o que dizem a respeito da participação sindical das mulheres. Reunião Nacional da ANPEd, 2015, Florianópolis. **Anais ...** Florianópolis: Reunião Nacional da ANPEd, 2015. Disponível em: <https://www.anped.org.br/biblioteca/item/pesquisas-sobre-genero-e-sindicalismo-docente-o-que-dizem-respeito-da-participacao> . Acesso em: 18 dez. 2019.
- COSTA, Cléia Botelho da. A escuta do outro: dilemas de interpretação. **História Oral**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 47-65, jul/dez. 2014.
- DRESCH, Marcia. **O discurso do CPERS/Sindicato**: uma abordagem discursiva. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação do Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1994.
- FEDERICI, Silvia. **El patriarcado del salario**: críticas feministas al marxismo. Madrid: Traficantes de Sueños, 2018.
- FERREIRA, Márcia Ondina Vieira . Mulheres e Homens em Sindicato Docente: Um estudo de caso. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 122, p. 391-410, maio/ago. 2004. _____ . Desconforto e Invisibilidade: representações sobre relações de gênero entre sindicalistas docentes. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 47, p. 15-40, jun. 2008
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, jan./mar. 2018.
- GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. **Revista Morpheus**, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 9, n. 15, p. 19-40, 2016. Disponível em: http://www.memoriasocial.pro.br/painel/pdf/publ_19.pdf Acesso em: 10 mar. 2021.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- GRAEFF, Lucas; GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Maurice Halbwachs: dos quadros sociais à memória coletiva In: BERND, Zilá; GRAEBIN, Cleusa M. G (orgs.) **Memória Social, Revisitando autores e conceitos**. Canoas: Editora Unilasalle, 2018.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

_____. **Los cuadros sociales de la memoria**. Barcelona: Anthropos Editorial; Concepción: Universidad de la Concepción; Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A classe operária tem dois sexos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2, p. 93-100, 1994.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA, Luanda de Oliveira. Práticas Invisíveis: o movimento feminista e o sindicalismo no Brasil. III Seminário Nacional de Trabalho e Gênero, 2010, Goiânia. **Anais...** Goiânia: SEMINÁRIO NACIONAL DE TRABALHO E GÊNERO, 2010, p. 1-16.

LIMA, Fabrício Alves. **A greve geral de 1917 e as conquistas trabalhistas no ordenamento jurídico brasileiro**. Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Direito, Universidade Federal do Paraná, 2015.

LOPES, Beliza Stasinski. **Pedagogia da luta**: ações de protesto e greves de conquista e resistência do CPERS/ SINDICATO em tempos de neoliberalismo. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Santa Cruz do Sul, 2019.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**. São Paulo, v. 17, p. 63-201, 1998.

LUCENA, Sarah Catão. Funes, o arquivista da memória - reflexões sobre memória e esquecimento na contemporaneidade. **Baleia na Rede**, Marília, UNESP, v. 1, n. 8, p. 90-97, 2011.

MARQUES, Mauro Luiz Barbosa. A simbólica presença das sinetas nos embates entre trabalhadores em educação e governos (Rio Grande do Sul 1985-1991).

Revista Labor, Fortaleza, v. 2, n. 18, p. 135-149, 2017.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História oral como fonte: problemas e métodos. **Historiae**, Rio Grande, v. 2, n.1, p. 95- 108, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2395/1286>. Acesso em: 6 dez. 2019.

MEIHY, José; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A História, cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9-23, 1992.

MORENTE, Marcela Cristina de Oliveira. **Invadindo o Mundo Público: Movimento de Mulheres (1945-1964)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2015.

OZÓRIO, Maria Beatriz Vieira Branco. **As greves do magistério público estadual: memórias de professoras do instituto de educação general Flores da Cunha (1979-1990)**. XIII ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 2016, Porto Alegre. **Anais ...** Porto Alegre: ENHO, 2016, p. 1-16.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Sindicato e Projeto Pedagógico: A organização e as Lutas dos Professores Públicos Estaduais do Rio Grande do Sul, de 1945 a 1991**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993.

PATAI, Daphne. **História Oral, Feminismo e Política**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PEREIRA, Lisiane Beltrão. **Práticas de resistência e atuação política do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - CPERS no período final da ditadura civil-militar (1979 a 1984)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, 2020.

PERROT, Michelle. Práticas de memória feminina. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, volume 9, número 18, 1989, p. 9-18.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2006.

_____. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

_____. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. São Paulo: Paz & Terra, 2020.

PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais: Espaços Privilegiados da Mulher Enquanto Sujeito Político. In: COSTA, Albertina de Oliveira, BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p. 127-151.

PISCITELLI, Adriana. **"Recriando a (categoria) mulher?"** In: ALGRANTI, Leila (Org.). A prática feminista e o conceito de gênero. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. (<http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/Adriana01.pdf>)

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, 1997, p. 13-50.

_____. História Oral como Gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 22, 2001, p. 9-36.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995.

REINA, Vanderlay Santana. Mulheres no movimento sindical: o “avesso” da história. Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e as Relações de Gênero, 2014, Recife. **Anais ...** Recife: REDOR, 2014, p. 625-642.

ROSA, Diênifer Alves Ramos. **Memória feminina sindical como forma de resistência**: a luta das professoras do 17º Núcleo do CPERS/ SINDICATO.

Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Letras Línguas Adicionais: Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas, Universidade Federal do Pampa, 2019.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa. Rompendo o isolamento: reflexões sobre a história oral e entrevistas à distância. **Anos 90**, v. 27, p. 1-18, 2020.

SANTOS, Claudia Pereira dos; CORSO, Angela Maria; ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. Estado de Conhecimento: atas como fonte histórica. SEMANA DE ESTUDOS DO CURSO DE PEDAGOGIA DE IRATI, 2012, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: SEPED, 2021, p. 1-15.

SARDENBERG *et al.* Mulheres e sindicatos: presença feminina no SINDTÊXTIL-BAHIA nos anos 50. In: SARDENBERG, Cecília; VANIN, Iole Macedo; ARAS, Lina M^a Brandão de (Org). **Fazendo gênero na historiografia baiana**. Salvador: NEIMUFBA, 2001. p.00-00

SARTI, Cynthia Andersen. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA LASA, 21., 1998, Chicago.

Anais [...] Chicago: [s. n]. Disponível:

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2019.

SCOTT, Joan Wallach. **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988.

SOUSA, Karla Romana Ferreira de; DIAS, Maria Djair. História Oral: a experiência das doulas no cuidado à mulher. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 493-499.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**.

Tatuapé: Editora Brasiliense, 1993.

TILLY, Louise Audino. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, Campinas, São Paulo, n. 3, p. 28–62, 1994.

TOMBINI, Sandra Roberta Catto. **O discurso CPERS/Sindicato: Um estudo da designação pelo “novo jeito de governar” de Yeda Crusius**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade de Passo Fundo, 2010.

TEDESCHI, Losandro Antônio. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres**. Dourados: Editora UFGD, 2014.

ÜCKER, Carmén Beatriz Lübke. **A Participação Feminina no Sindicato de Trabalhadoras/ es em Educação: uma análise acerca do 24º Núcleo do CPERS/ SINDICATO**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. **Cadernos Pagu**, Campinas, São Paulo, n. 3, p. 63-84.

Woodward, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In T. T. Silva (Org.), **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais** (7a ed., pp. 7-72). Petrópolis, RJ: Vozes, 2007

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, Diêmifer Alves Barros da Rosa matrícula nº 21100578 declaro para todos os fins que o texto em forma de (x) Dissertação de mestrado ou () Tese de Doutorado, intitulado História de Vida de Mulheres Sindicalistas: o caso das pro é resultado da pesquisa realizada e de minha integral autoria. Assumo inteira e total responsabilidade, sujeitando-me às penas do Código Penal ("Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos").

Pelotas, 19 de Junho de 2024.

Diêmifer Alves
ASSINATURA